Ficha Técnica

Título:

Lei da Mediação de Conflitos e Conciliação
Anotada e Recomendada

Autor:

Maria Diegy Godinho & Sérgio Godinho

Editora:

WA Editora

Edição:

1.ª Edição – Setembro – 2022

Tiragem:

500

Depósito Legal:

11230/2022

ISBN:

978-989-9079-20-5

Impressão

Imprimart

Contactos:**WA Editora**

Cooperativa *O Lar do Patriota*
Rua 50 | Casa n.º 544 | Luanda | Angola
T_ +244 935 807 333| +244 921 665 329
ASAP_ + 244 935 807 333
E_ geral@whereangola.co.ao

Reservados todos os direitos. É proibida a reprodução desta obra por qualquer meio (fotocópia, *offset*, fotografia, digitalização, etc.) sem o consentimento por escrito da Editora ou do autor, abrangendo esta proibição os conteúdos paginados, o arranjo gráfico e o *design* da capa. A violação destas regras é passível de procedimento judicial.

AGRADECIMENTOS

À nossa família, colegas de academia e de trabalho, pelo apoio e incentivo.

Ao **CAMAACL** – Canal Angolano de Mediação, Arbitragem e Conciliação de Litígios, pelo patrocínio e apoio na promoção da obra.

A todos e a cada um, o nosso muito obrigado!

DEDICATÓRIA

Aos nossos pais, pela vida, educação e apoio incondicional.

Aos nossos filhos, pelo amor e por, desde muito cedo, aceitarem, mas não se conformarem com o facto de nos terem ausentes por inerência do trabalho, estudos e dignificação do nome que, tal como nós, carregam com orgulho. A eles, o nosso indelével e imensurável amor e gratidão.

NOTA PRÉVIA

Na realidade angolana, a mediação de conflitos enquanto técnica e instrumento formal de solução de conflitos, em termos práticos, é ainda bastante recente. O método subsiste e é aplicado de modo progressivo, impulsionado mormente por profissionais de carreira jurídica, como forma de fugir à morosidade dos processos nos tribunais, ou por imperativos da lei nos casos em que constitui condição, pressuposto ou requisito para acção judicial.

A mediação e a conciliação não surgiram em 2016 com a publicação da presente lei, porém, é indiscutível o facto de ter sido através dela que áreas específicas, como a mediação e conciliação em matérias como comércio, família, penal e até mesmo laboral, judicial, pré-judicial, institucional e outras, ganharam ênfase em discussões académicas e judiciais.

Trazemos para reflexão o tema fazendo análise, comentários e algumas anotações de doutrina estrangeira, bem como nacional da pouca existente. Igualmente, fazemos uma apreciação crítica da realidade nacional, no que se prende com a aplicação deste mecanismo de resolução extrajudicial de conflitos, pelos centros de mediação privados e pelas entidades habilitadas para o efeito, administrativa ou legislativamente.

Como não podia deixar de ser e porque o diploma legal em apreço assim o suscita, também discorreremos sobre as competências e tarefas realizadas pelo órgão de tutela, que dentre as várias funções

que se lhe exigem, tem a missão de o divulgar e informar sobre as vantagens da resolução extrajudicial, cabendo a todos, principalmente a nós, destinatários deste importante instrumento, identificar os eventuais erros de concepção e opções de políticas legislativas duvidosas e/ ou controvertidas do legislador ordinário, dos intérpretes e/ ou aplicadores da lei, sejam docentes, discentes, magistrados, advogados, árbitros, mediadores, conciliadores, titulares de cargos e funções administrativas do sector público e privado, da administração local e central do Estado, entre outros.

Ao longo dos anos temos assistido em fóruns privados e públicos, nacionais e internacionais, a apresentação de ideias e exteriorização de pensamentos vários a respeito das reformas legislativas feitas no nosso País. Por considerarmos que todas as críticas são válidas – dado que quem as faz dedica-se á apreciação, estudo ou compreensão de um fenómeno ou facto, conseguindo aptidões para apresentar um juízo valorativo concreto, coerente e fundamentado – não nos coibiremos de o fazer neste trabalho, deixando a apreciação ao escrutínio da comunidade científica.

Por conseguinte, o acto de criticar não pode ser visto negativamente, pois toda a crítica é edificante, positiva e necessária para que possamos ter um sistema de justiça forte, desiderato que todos os dias almejamos, cada um na sua área do saber e labor.

Contudo, não é nossa pretensão trazer conceitos acabados e propostas de solução para todos os problemas que identificaremos, porquanto, caso fosse nosso intento, faltar-nos-ia arcabouço científico para o efeito. Assim sendo, a apreciação de alguns aspectos será aqui feita superficialmente, deixando para análise mais profunda em trabalhos futuros.

Entretanto, por considerarmos que a mediação ultrapassa a resolução da lide e possui a virtude de, actualmente, oferecer à sociedade moderna alternativas para o caos instaurado, transfigurando-o num ambiente harmonioso e cooperativo, com rapidez e eficiência, ajuizamos imperioso trazer à liça a apreciação de tal método, para o

caso angolano, devendo *a priori* ser entendida como um mecanismo em que todos os interessados, independentemente da formação académica e/ ou experiência profissional, deverão ter a possibilidade de participar e, à sua medida, alvitrar melhores sugestões e opções a tomar, até porque, no limite e à partida, a mediação não constitui campo exclusivo de pessoas formadas em direito, cabendo nela todas as ciências sociais e humanas. Mais ainda, a mediação representa um condão extremamente relevante como mecanismo de prevenção de conflitos e pacificação social que, embora de modo informal, é muitas vezes feita de maneira singular, por pessoas sem formação académica específica, mas a quem a sabedoria africana nos ensina a respeitar, pela sua autoridade tripartida: a idade, os cabelos brancos e o vasto conhecimento ou experiência da vida.

No que respeita à conciliação como mecanismo de resolução de conflitos, há muito tempo que tem sido usada nos processos de natureza laboral – antes, pelos Órgãos Provinciais de Conciliação e, desde o ano de 2015, com a alteração da então Lei Geral do Trabalho, pela Procuradoria junto das Salas dos Tribunais Provinciais e Comarcas, na primeira instância judicial, desta feita com reserva de competência. Porém, a presente Lei veio evidenciar que a conciliação não é um método adequado apenas para a resolução de conflitos laborais, devendo a sua aplicação ser estendida e fomentada noutros conflitos e litígios de natureza diversa.

A propósito, o actual Código de Processo Civil prevê igualmente o uso desta ferramenta em processos judiciais e por magistrados judiciais – facto que não acontece com a mediação –, pois percebe-se que o mesmo é um mecanismo adaptável ao processo judicial, embora possam ser levantadas diversas teses sobre a eficácia da sua realização nos termos em que vem preceituada na lei processual, bem como a isenção, imparcialidade e a capacitação dos magistrados para a sua adequada aplicação, com técnicas e procedimentos próprios. Dado assente é que, bem ou mal, é aplicada, e tem a sua margem de sucesso.

Assim, a presente lei cria as bases para a implementação de um sistema novo em que, de forma autónoma e afastada do processo judicial (extrajudicial ou pré-judicial) ou enxertada no próprio processo (judicial ou convencionaada), quer a mediação quer a conciliação possam ser aplicadas com bastante êxito, desafiando a reforma dos seus procedimentos, como temos visto e aplicado até agora.

O conflito não deve ser visto apenas na sua perspectiva negativa, assinalando o fim ou a destruição de uma relação, ele também constitui a oportunidade para a mudança e início de uma nova etapa que, em muitos casos, pode determinar o crescimento ou amadurecimento individual ou colectivo.

Aqui chegados, consideramos nosso desígnio levantar os problemas e apontar alguns caminhos, na certeza de que a solução deverá ser encontrada conjuntamente, ainda que, para o bem da justiça e da promoção do direito e acesso a ele, tenhamos de alterar sempre para melhor os diplomas legais existentes, pois “O caminho se faz caminhando”, não nascemos sabendo, mas temos a possibilidade de decidir o percurso a fazer em busca da satisfação de tal desiderato.

Desejamos a todos boa leitura, e que não encontrem soluções acabadas nas nossas notas e comentários. Deste modo, podem provocar uma necessidade de busca pelo conhecimento cada vez maior, o que, quanto a nós, servirá, se necessário for, para justificar a realização da reedição da presente obra, certamente com a necessária revisão, actualização e ampliação, augurando o crescimento da cultura de recurso aos MARC, na sua concepção teórica e prática.

Os autores.

PREFÁCIO

ABREVIATURAS E SIGLAS

Art.^o – Artigo;

Art.^{os} – Artigos;

CAMACL – Canal Angolano de Mediação, Arbitragem e Conciliação de Litígios;

CRA – Constituição da República de Angola;

CC – Código Civil;

CPC – Código de Processo Civil;

CREL – Centro de Resolução Extrajudicial de Litígios;

CPT – Código de Processo do Trabalho;

CEFOAA – Centro de Estudos e Formação da Ordem dos Advogados de Angola;

EOAA – Estatuto da Ordem dos Advogados de Angola;

IGT – Inspeção Geral do Trabalho;

IMAB – Instituto de Mediação e Arbitragem do Brasil;

ICFML – Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos;

LGT – Lei Geral do Trabalho;

LMCC – Lei da Mediação de Conflitos e Conciliação;

LAV – Lei da Arbitragem Voluntária;

MARC – Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos;

MJDH – Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos;

N.^{os} – Números;

OAA – Ordem dos Advogados de Angola;

Pág. – página;

USP – Universidade de São Paulo

ÍNDICE

Agradecimentos	3
Dedicatória	5
Nota prévia	7
Prefácio	11
Abreviaturas e siglas	13
Lei n.º 12/16 de 12 Agosto	19
LEI DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO	20
CAPÍTULO I Disposições gerais	20
ARTIGO 1.º (Objecto)	20
ARTIGO 2.º (Definições)	23
ARTIGO 3.º (Âmbito de aplicação)	33
ARTIGO 4.º (Litígios no seio das comunidades)	36
CAPÍTULO II Princípios	39
ARTIGO 5.º (Princípios da mediação de conflitos)	39
ARTIGO 6.º (Princípio da voluntariedade)	44
ARTIGO 7.º (Princípio da igualdade e imparcialidade)	49
ARTIGO 8.º (Princípio da legalidade)	52
ARTIGO 9.º (Princípio da confidencialidade)	57
ARTIGO 10.º (Princípio da independência)	61
ARTIGO 11.º (Princípios da competência e da responsabilidade)	64
ARTIGO 12.º (Princípio da executoriedade)	66
ARTIGO 13.º (Outros princípios)	71

CAPÍTULO III Procedimento de Mediação	79
SECCÃO I Convenção de Mediação Civil e Comercial	79
ARTIGO 14.º (Espécies de convenção de mediação).....	79
ARTIGO 15.º (Requisitos da convenção de mediação).....	80
ARTIGO 16.º (Nulidade da convenção de mediação).....	82
ARTIGO 17.º (Caducidade da convenção de mediação)	84
SECCÃO II Procedimento de mediação.....	86
ARTIGO 18.º (Início do processo da mediação).....	86
ARTIGO 19.º (Escolha do mediador de conflitos)	97
ARTIGO 20.º (Despesas do procedimento).....	99
ARTIGO 21.º (Presença e representação das partes).....	101
ARTIGO 22.º (Língua utilizada nas sessões do processo de mediação)	107
ARTIGO 23.º (Duração do procedimento da mediação)	108
ARTIGO 24.º (Suspensão do procedimento da mediação).....	111
ARTIGO 25.º (Fim do procedimento de mediação).....	114
ARTIGO 26.º (Elementos do acordo final no procedimento de mediação).....	115
ARTIGO 27.º (Execução do Acordo Mediado)	117
ARTIGO 28.º (Casos de anulação do acordo)	119
CAPÍTULO IV Mediadores e Conciliadores de Conflitos	121
ARTIGO 29.º (Mediadores e conciliadores privados)	121
ARTIGO 30.º (Requisitos para o exercício da mediação de conflitos).....	123
ARTIGO 31.º (Atribuições gerais do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios).....	127
ARTIGO 32.º (Competência do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios)	133
ARTIGO 33.º (Direitos do mediador de conflitos).....	136
ARTIGO 34.º (Deveres do mediador de conflitos).....	139
ARTIGO 35.º (Impedimentos e escusa do mediador de conflitos).....	144
ARTIGO 36.º (Direitos e deveres das partes)	146
ARTIGO 37.º (Entidade formadoras certificadas)	150
CAPÍTULO V Regime dos Centros de Mediação	153
ARTIGO 38.º (Centro de Mediação)	153
ARTIGO 39.º (Entidade gestora dos Centros Públicos de Mediação).....	158
ARTIGO 40.º (Publicidade).....	160
ARTIGO 41.º (Regras de funcionamento)	162
ARTIGO 42.º (Coordenação dos Centros Públicos).....	164
ARTIGO 43.º (Parcerias e intercâmbios)	166
ARTIGO 44.º (Autorização para abertura de Centros de Mediação Privados)	168
ARTIGO 45.º (Supervisão).....	170

CAPÍTULO VI Mediação e Conciliação Familiar	175
ARTIGO 46.º (Matérias Familiares Sujeitas à mediação)	175
ARTIGO 47.º (Intervenção na mediação familiar)	178
ARTIGO 48.º (Obrigatoriedade de informação da mediação familiar).....	179
CAPÍTULO VII Mediação Penal	181
ARTIGO 49.º (Requisitos da mediação penal)	181
ARTIGO 50.º (Remessa do processo para mediação penal)	203
ARTIGO 51.º (Procedimento de mediação penal)	207
ARTIGO 52.º (Tramitação subsequente).....	208
ARTIGO 53.º (Acordo de mediação)	211
ARTIGO 54.º (Presença de advogado nas sessões de mediação penal)	213
CAPÍTULO VIII Mediação e o Processo Judicial	215
ARTIGO 55.º (Mediação pré-judicial).....	215
ARTIGO 56.º (Mediação na fase judicial)	216
ARTIGO 57.º (Suspensão de prazos).....	219
CAPÍTULO IX Disposições Finais e Transitórias	223
ARTIGO 58.º (Norma transitória)	223
ARTIGO 59.º (Regulamentação).....	223
ARTIGO 60.º (Dúvidas e omissões)	224
ARTIGO 61.º (Entrada em vigor)	224
Bibliografia	225

LEI N.º 12/16 DE 12 AGOSTO

(Publicada no Diário da República n.º 137, I.ª Série)

A Constituição da República de Angola (CRA) prevê, no n.º 4 do artigo 174.^{o1}, a necessidade de criação e implementação legal de meios e formas de composição extrajudicial de conflitos mediante, nomeadamente, a arbitragem, mediação, conciliação e negociação;

Em matéria de meios extrajudiciais de resolução de litígios, o quadro Legislativo vigente padece de insuficiências visíveis, não respondendo por completo às necessidades do contexto jurisdicional actual;

À composição de litígios de forma segura, rápida e eficaz, bem como ao descongestionamento dos tribunais, afigura-se imperioso que, paralelamente ao sistema formal de administração de justiça vigente, se implementem os procedimentos de mediação e conciliação, enquanto mecanismos de resolução alternativa de conflitos.

A Assembleia Nacional aprova, por mandato do povo, nos termos do n.º 2 do artigo 165.^o e da alínea d) do n.º 2 do artigo 166.^o, ambos da Constituição da República de Angola, a seguinte:

1 O disposto neste artigo deve ser conjugado com o artigo 72.^o e os n.ºs 1 e 4 do artigo 29.^o da CRA, relativamente à tutela jurisdicional efectiva, porquanto a realização da justiça não é tarefa exclusiva dos tribunais judiciais, visto que existem outros mecanismos que podem ser aplicados de modo precedente ou paralelo às vias judiciais tradicionais. O acesso à justiça e à tutela jurisdicional efectiva não se resume à possibilidade de remessa de um requerimento inicial ou na prolação de uma sentença volvidos, em média, um período superior a três anos. Ele é, sobretudo, a resolução do problema objecto do processo, dentro de um período razoável e útil para as partes.

LEI DA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONCILIAÇÃO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

ARTIGO 1.º

(Objecto)

A presente Lei estabelece as normas sobre a constituição, organização e do procedimento de mediação e conciliação, enquanto mecanismos de resolução alternativos de conflitos.

1. No ordenamento jurídico angolano a mediação, como forma de resolução de conflitos, encontra-se prevista em diversos diplomas legais, sendo que, no rigor, o recurso à mesma não fica restrito a compartimentos estanques, no que se prende às formalidades para a sua realização, podendo as partes, no caso concreto, estabelecer as formas ou procedimentos a seguir².

No entanto, dependendo da natureza do conflito e de eventuais elementos que a tornem especial, este método adopta procedimentos diversos ou diferenciados, como são os casos da mediação feita pela OAA – Ordem dos Advogados de Angola –, nos termos do EOAA – Estatutos da Ordem dos Advogados de Angola –, do Código de Ética dos Advogados e da mediação laboral nos termos da LGT – Lei Geral do Trabalho.

Porém, este facto não exonera a necessidade de existir um quadro jurídico-legal regente, no qual estejam estabelecidas as balizas, princípios, alcance e âmbito da mediação, assim como da conciliação, sejam elas institucionais ou não, seus valores, actores, força jurídica vinculativa, incompatibilidades, entre

² Reflexo do princípio da flexibilidade como característica dos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos.

outros aspectos, com vista à realização eficaz dos procedimentos de resolução de conflitos.

2. Apesar do disposto no artigo *sub judice*, o facto é que a presente lei é muito mais ampla no seu âmbito, dado que não se limita a apresentar os termos gerais, no que respeita aos princípios gerais para a mediação e conciliação de conflitos no nosso ordenamento jurídico, mas também, e de modo particular³, versa sobre a questão do exercício da actividade de mediação e da conciliação, os seus requisitos subjectivos, a mediação judicial, a mediação em questões de família e comercial, a mui nova mediação em matéria penal, o estatuto do mediador, o regime jurídico das instituições de mediação e conciliação, públicas e privadas, bem como a certificação de instituições de formação em resolução extrajudicial de conflitos.

Os métodos de resolução extrajudicial de conflitos são bastante conhecidos pelas siglas ADR, MERC ou MARC e, apesar de existir forte consenso em termos doutrinários, ainda se discute e questiona se a negociação, a mediação, a conciliação e a arbitragem são e devem ser consideradas apenas como formas alternativas em relação ao método convencional ou formal de realização da justiça, ou se todos juntos integram os métodos adequados de resolução de conflitos.

Por outro lado, também se debate se estes mecanismos são ou não métodos extrajudiciais de resolução de controvérsias, uma vez que a sua aplicação sempre pode acontecer também no âmbito do processo judicial.

O ordenamento jurídico e a prática judicial angolanos são provas vivas deste facto, porquanto nos processos judiciais pendentes é comum ser sugerida a transacção directamente pelas partes, assessorada pelos seus mandatários, ou oficiosamente pelo tribunal, embora seja utilizada com maior incidência apenas nos

³ No sentido de ser o primeiro e, até então, o único diploma legal a fazê-lo com pormenor, enquanto regime geral.

processos laborais em razão das disposições da LGT, uma vez que ainda não constitui procedimento obrigatório à luz do CPC.

O mesmo se poderá dizer da arbitragem, uma vez que nos termos da LAV e considerando o compromisso arbitral aplicável ou a cláusula-modelo escolhida pelas partes, poder-se-á aplicar a um determinado conflito, antes da sua remessa ao tribunal judicial, a resolução, por exemplo, em sede de providência cautelar ou arbitragem de emergência relativamente a determinado tema que as partes tenham reservado para uma análise e tratamento por via arbitral, sem prejuízo de vir a acontecer já na pendência da acção judicial o que, na prática, é pouco comum suceder, embora seja legalmente possível. Planeamos aprofundar estas e outras questões noutra obra, que incidirá especificamente na mediação de conflitos laborais, pelo que remetemos para esta uma melhor análise e estudo, sem prejuízo do mesmo exercício ser feito com recurso a autores estrangeiros e melhor reputados.

3. Escusado será apresentar a diferença entre *litígios* e *conflitos*, porquanto a doutrina do direito sobre eles é bastante clara, porém, e por uma questão de cautela, fazemos nota de que a mediação e a conciliação têm três campos de aplicação na relação material:
 - a) O primeiro, no âmbito da prevenção de litígios, uma vez que permite que em razão de determinada situação as partes possam recorrer a ela para esclarecer questões, harmonizar percepções e determinar posições que potencialmente podem constituir razão de conflitos latentes, seja na constituição da relação, seja em determinadas circunstâncias da sua execução.
 - b) Solução de conflitos, diferendos, controvérsias ou harmonização de interesses em caso de uma situação concreta em que as partes têm interesses contrapostos, dissonantes e que caminham para uma situação de crise agudizada, o mais das vezes em relações continuadas em que não se pretende buscar imediatamente a via judicial.
 - c) Nos processos pendentes em tribunal – judicial ou arbitral –, em que embora o litígio esteja consumado, as vias

autocompositivas ou heterocompositivas não impositivas⁴ como a mediação e a conciliação, aceites pelas partes quer nos casos em que voluntariamente procurem estes mecanismos de resolução de litígios, quer naqueles em que a sua realização decorre de uma determinação legal numa fase concreta do processo, de modo a pôr termo ao processo adversário ou contencioso, por via de uma solução consensual homologada.

ARTIGO 2.º

(Definições)

Para efeitos do estabelecido na presente Lei, entende-se por:

- a) “Centros Privados de Mediação”, instituições criadas por entidades privadas, autorizadas por lei, com o objectivo de exercer a mediação e a conciliação;**
- b) “Centros Públicos de Mediação”, instituições públicas que têm como objectivo promover e exercer a resolução extrajudicial e pacífica de litígios, bem como assegurar e coordenar o apoio administrativo necessário ao normal desenvolvimento do processo de mediação e conciliação;**
- c) “Cláusula de Mediação”, convenção segundo a qual as partes se obrigam a resolver os conflitos que venham a decorrer de uma determinada relação contratual ou extracontratual, através da mediação;**
- d) “Compromisso de Mediação”, convenção segundo a qual as partes se obrigam a resolver, através da mediação, um conflito actual, quer ele se encontre afecto, quer não, a um Tribunal Judicial;**
- e) “Conciliação”, método de resolução alternativa de litígios, realizado por entidades públicas ou privadas, através do qual duas ou mais pessoas em controvérsia procuram voluntariamente obter uma solução, com**

4 Dependendo do critério de classificação que venha a ser adoptado.

auxílio de um conciliador de conflitos que propõe acordos às mesmas;

- f) “Convenção de Mediação”, acordo através do qual as partes do conflito convencionam submeter à mediação os conflitos emergentes de uma determinada relação jurídica contratual ou extracontratual;**
- g) “Mediação”, método de resolução alternativa de litígios, realizado por entidades públicas ou privadas, através do qual duas ou mais pessoas em controvérsia, procuram voluntariamente alcançar um acordo com auxílio de um mediador de conflitos, sem que este, contudo, proponha um acordo às mesmas;**
- h) “Mediador e Conciliador”, terceiros imparciais e independentes, com experiência profissional ou formação específica e certificada em técnicas de mediação e conciliação, sem poder de imposição sobre as partes em conflito;**
- i) “Mediação Penal”, processo informal e flexível, conduzido por um mediador que promove a aproximação entre o arguido e o ofendido e os apoia na tentativa de encontrar activamente um acordo que permita a reparação dos danos causados pelo facto ilícito e contribua para a restauração da paz social entre ambos;**
- j) “Organismo da Administração Pública responsável pela resolução Extrajudicial de Litígios”, serviço do Departamento Ministerial encarregue pelo Sector da Justiça, no âmbito dos poderes delegados pelo Presidente da República.**

1. **É necessário prestar atenção ao facto de que a autorização concedida aos centros públicos e/ ou privados para a realização dos serviços de mediação, em tese, não constitui atribuição de autorização para a realização do procedimento de conciliação, pois**

ambos os métodos, embora convergentes em muitos aspectos nos seus procedimentos, não são iguais. Por essa razão, a concessão de uma autorização administrativa para a realização de mediação não pressupõe, necessariamente, uma atribuição de competência também para a realização de conciliações à mesma entidade requerente. Todavia, este facto não afasta a verdade de que, normalmente, quando se requer uma licença para a mediação, dada a proximidade procedimental de tais métodos pressupõe-se igualmente para a conciliação – obviamente, quando não limitada por lei.

No plano regulamentar, e como temos estado a constatar, são aprovados regulamentos e leis, quer pelos centros de mediação quer pelo legislador ordinário, nos quais são tratadas de modo distinto ambas as matérias, a exemplo da LGT.

Não há um instrumento específico que regule a autorização para realização da mediação ou conciliação institucional aos centros privados, sendo que o único centro público existente e que sobre estas matérias labora é o CREL, uma vez que as demais instituições públicas que igualmente trabalham com estes procedimentos não são verdadeiros centros, visto que realizam a actividade por determinação legislativa.

No entanto, a LMCC estabelece o regime geral de funcionamento dos centros privados e remete os demais termos para instrumentos regulamentares internos. Assim, uma vez identificada e atribuída a competência para a autorização ao MJDH, não obstante a necessidade de criação de um instrumento legal específico, à semelhança da arbitragem, por acto administrativo próprio, e no que legalmente não obstar à aplicação analógica do regime de autorização dos centros de arbitragem, a actividade de mediação privada institucionalizada deve ser viabilizada.

2. Quanto à cláusula de mediação, é caracterizada pela declaração de vontade apresentada pelas partes, no sentido de verem resolvidos ou, pelo menos, lançarem mão do procedimento de mediação, submetendo-o a resolução de conflitos futuros no âmbito da

execução de determinada relação material, sendo que a mesma cláusula se pode encontrar ou não inserida num contrato ou noutro instrumento regulador da relação objectiva material.

Somos a advogar a inclusão de cláusulas de mediação cheias, consubstanciadas fundamentalmente na defesa de interesses e estratégias individuais das partes, de forma a evitarem-se constrangimentos que resultam da existência do conflito. A inclusão de uma cláusula cheia significa não somente o evitar de uma série de limitações ao processo de resolução de conflito, mas também uma garantia de eficácia e eficiência do procedimento de mediação ou conciliação.

Igualmente, e muito mais importante, o facto de ser consagrada no contrato uma cláusula de mediação com previsão de todas as nuances que envolvem a concretização da mediação e os seus procedimentos demonstra conhecimento suficiente deste meio, adequado para a resolução de conflitos, e pressupõe a existência e ampla divulgação da cultura de resolução de conflitos fora dos Tribunais. Isto, sem contar que tal facto evidencia a existência de advogados abalizados que se revêem nesta forma de resolução de conflitos, bem como permite uma compatibilização com o judiciário.

À partida, tem-se mostrado pacífica a aceitação da existência de cláusulas de mediação nos contratos de diversas naturezas. No entanto, tal expediente não é muito utilizado, face ao desconhecimento existente relativamente à sua eficácia e valência a par da conciliação, sendo que, quando se faz uso das mesmas, acabam sendo elaboradas de modo rápido, sem a necessária ponderação e análise, o que as torna, muitas vezes, patológicas para o próprio contrato – daí serem também conhecidas como *cláusulas da meia-noite*.

Outro aspecto relevante é que nelas impera a autonomia da vontade, presente em muitas fases do processo, pelo facto do mediador não ter poderes para, *de per si*, decidir, e são as partes em geral que definem o modo de realização ou não do procedimento, tendo a faculdade de desistir a qualquer momento.

Os centros realizam, fundamentalmente, a mediação ou conciliação institucional, sem prejuízo de receberem também procedimentos *ad hoc*, sempre que pelos interessados for requerida a intervenção da instituição sem a aplicação dos seus regulamentos, mas sim de regras distintas ou até mesmo opostas às vigentes.

A consagração no contrato de uma cláusula de mediação afigura-se um tema controvertido, mais ainda se estivermos na presença de relações desequilibradas em que se verifica a hipossuficiência de uma das partes, tal como nas relações laborais e de consumo.

Existe uma tendência para considerar a consagração contratual de submissão para mediação ou a conciliação como cláusula abusiva, servindo como base de sustentação desta tese a fraca capacidade de contrapor ou confrontar a contraparte por parte daquele que, na relação, é visto como o mais vulnerável e desprovido de poderes.

3. A Mediação é considerada como uma actividade técnica multidisciplinar e interdisciplinar, tanto na sua aplicação como na sua concepção, exercida por um terceiro imparcial e sem poder decisório que, aceite pelas partes, as auxilia a identificar a origem, o motivo e a buscar soluções para a controvérsia, pelo que não tem como finalidade a obtenção de um acordo, porquanto este resultará ou não como consequência da intervenção do mediador e sobre tudo da vontade subjectiva e autónoma das partes.

O termo *mediação* deriva do latim antigo *mediare*, que significa *medir, dividir* ou *abrir ao meio*, tendo sido adaptado com o significado de *intervir de maneira pacífica, imparcial, na solução de conflitos*. Pode ser extrajudicial, pré-judicial (ou pré-processual) e judicial, realizada mediante convenção ou por força da lei, quer por centros públicos ou privados, quer por mediadores inscritos ou não na lista do Ministério da Justiça, independentemente de serem certificados.

Importa fazer nota de que, dependendo dos casos e das realidades jurídicas em concreto, a mediação pode ser movida pelas próprias partes, pelo Tribunal ou pelas entidades com legitimidade para o efeito, nos termos do disposto no artigo 18.º da presente lei. Para além disso, a mesma poderá ser impulsionada por imposição legal, nos casos em que o recurso seja obrigatório, sem que para o efeito se perca (pelo menos, significativamente) o domínio pelas partes, uma vez que constitui a sua característica essencial.

Por outro lado, o legislador deixou em aberto e, conseqüentemente, conferiu margem para a doutrina e a jurisprudência apresentarem os seus complementos, com vista à interpretação da presente lei e o seu nível de aplicação, relativamente à classificação da mediação nas suas diversas tipologias. Tal omissão, que julgamos ter sido propositada, pode estar na base da problematização quanto ao âmbito de intervenção ou realização de cada uma delas e do procedimento a seguir no que respeita aos requisitos para os mediadores, a obrigatoriedade ou não da sua realização prévia na fase judicial, o envio das partes e/ ou do processo para mediação, etc.

4. Uma das características da mediação (à semelhança da conciliação) é a autonomia da vontade que, a nosso ver, é o princípio director mais importante destes métodos de resolução adequada de litígios, pois permite que as partes se submetam às regras procedimentais de modo voluntário, escolhendo por elas próprias os mecanismos a usar, procedimentos, prazo e sessões, participando por via da convenção de mediação, facto que contribui para que o seu fim último, para além da resolução do conflito ou controvérsia, seja a criação de paz social, resgatando a situação existente antes do conflito que determinou o recurso ao mecanismo e trabalhando as motivações trazidas pelas partes⁵.

5 Na opinião do Dr. Adolfo Braga, apresentada nas aulas do curso de formação de mediadores, estas motivações compreendem elementos tais como, os interesses, preocupações, expectativas, necessidades e valores.

5. No que se refere ao compromisso de mediação como instrumento ou convenção entre as partes, realizado após o despontar do conflito, pode ser feito quer a quezília esteja a ser resolvida judicial, quer extrajudicialmente. Tal meio pode, muitas vezes, ser preterido por aplicação da lei nos termos em que é permitido, considerando as disposições supletivas existentes e que são diversas face ao carácter voluntário deste método de resolução de conflitos, ou ainda pela adopção pelas partes de um regulamento pré-existente pertencente a um centro, nos casos de resolução institucional ou *ad hoc*.

Outrossim, embora se faça referência entre nós, não constitui prática corrente a realização da mediação judicial, sendo, quando muito, um problema que a pouco e pouco se vai colocando nos procedimentos arbitrais, para se saber se deve acontecer antes ou durante a arbitragem, nos casos em que, por exemplo, se prevêem cláusulas escalonadas, mediação incidental⁶, entre outras.

A mediação incidental, teoria apresentada pelo conhecido mediador e arbitralista brasileiro, Dr. Asdrúbal Júnior, consiste na convenção pelas partes e realização paralela do procedimento de mediação e de arbitragem em simultâneo, procurando, por regras próprias, garantir a autonomia da realização dos mesmos, sendo que o conflito é dado por terminado quando, por qualquer dos métodos, é encontrada a solução.

Muito se aponta esta tese pela inconveniência do seu custo financeiro. Porém, se atendermos a que deve ser usada em causas que justifiquem o recurso às mesmas e que, no caso de ser encontrada uma solução pela mediação, é imediatamente colocado termo à arbitragem, certamente o impacto no que se refere às despesas será menor, se considerarmos a não realização dos demais actos e procedimentos da arbitragem, em regra mais solenes, tecnicamente complexos, dispendiosos e mais demorados.

6 Vide www.momentoarbitragem.com.br

Vista por este ponto, a mediação pode efectivamente ser uma boa opção de economia de tempo, de meios e financeira.

Seria curioso e interessante ver discutida esta questão à luz da nossa realidade, a julgar pelo número excessivo de processos existentes nos tribunais e face à inércia de muitos centros de mediação e de mediadores independentes, pois a intervenção destes seria certamente a solução de parte do problema que temos vivido, com a falta de celeridade e o acesso atempado à justiça.

Questionar-se-á, a quem caberia realizar a mediação em processos judiciais pendentes – aos Magistrados Judiciais ou a outras entidades distintas, designadamente os centros públicos⁷, privados e/ ou os mediadores independentes? Muitas são as questões por agora sem resposta, aguardado o depositar do problema, mesmo sabendo-se que o legislador não só deve prever os institutos, tal como aqui o fez, e bem, mas também e sobretudo deve sempre antecipar-se aos factos e aos possíveis problemas decorrentes da utilização de cada um desses institutos, apresentando, na medida do possível, respostas competentes e eficientes.

6. A Mediação Penal, que consiste num processo informal onde se insere a figura de um terceiro imparcial – mediador – tem como finalidade a composição de um conflito. A mesma surge

⁷ Em Angola, os centros públicos são afectos ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos e recebem a denominação de *CREL*. Existe por parte do Ministério de tutela um plano de maximização desta importante instituição, com a abertura de diversas representações provinciais e municipais, considerando a necessidade e a demanda aferida pelo nível de procura e litigiosidade das diferentes circunscrições administrativas. Assim, aproveitando a natural desconcentração dos serviços e procedimentos de mediação das estruturas físicas dos centros para a concepção de representações regionais ou departamentos técnicos provinciais, aumentando desta forma a qualidade das despesas públicas, os serviços estão disponíveis sem estarem necessariamente condicionados à instalação de centros.

Pensamos que uma instituição que visa, dentre outras matérias, desafogar os tribunais judiciais evitando a instauração de novos processos, a diminuição de despesas com a preparação dos mesmos e a gestão dos escassos recursos financeiros e humanos existentes, não devia ter tal denotação, apesar de que, no fundo, também podem ser objecto de tramitação no *CREL* as controvérsias que estejam efectivamente na fase de litígio, pois, a nosso ver, o mais adequado, fazendo eco a diferença entre os conceitos de *litígio* e de *conflito*, seria o *CREL* alterar a sua denominação para *CREC* ou outra que evidenciasse o seu carácter e vocação preventiva anterior aos litígios, bem como o nível de eficácia e eficiência pretendida, o que fundamenta a sua vocação restauradora da paz e da harmonia social, na certeza de que podem existir conflitos sem litígios, mas que a recíproca não é verdadeira, pois resulta de um amadurecimento ou desenvolvimento no sentido negativo da primeira.

como uma alternativa ao poder punitivo do Estado que, quando devidamente aplicada, pode ajudar na redução do sofrimento das partes envolvidas no delito e no decréscimo da insegurança social, se consideramos a sua finalidade restaurativa e não meramente punitiva ou resolutiva.

Na verdade, a criação da paz social, aqui também reconhecida pelo nosso legislador ordinário, não é uma reserva da mediação penal, mas sim, um efeito do próprio procedimento da mediação, porquanto, via de regra, tem como objecto não apenas o conflito, mas sobretudo a causa do conflito, buscando a restauração da comunicação e a estabilidade das relações, cabendo ao mediador a utilização de técnicas e procedimentos adequados à natureza do conflito, aos interesses das partes e ao objecto da mediação.

A mediação penal é muitas vezes confundida com a negociação, por serem ambos procedimentos autocompositivos. No entanto, possuem algumas diferenças, pois na *mediação*, embora as partes tenham o poder para resolver a divergência, a presença de um terceiro imparcial – o mediador –, estimula o acordo entre as mesmas. Já na *negociação*, a comunicação é feita quando as partes têm interesses comuns e opostos, e resulta de uma conversa directa entre as partes, em que as mesmas lidam directamente com o conflito, sem a presença de um terceiro. É o caso, por exemplo, de uma situação operativa, em que autoridades policiais e um suposto autor de um crime, em execução ou já consumado, estabelecem, mediante diálogo, os termos para a rendição deste último. Neste contexto, quer um, quer o outro, são métodos consensuais que contribuem para uma solução directa, assertiva e célere dos conflitos.

7. O nosso ordenamento jurídico não é uniforme na posição apresentada quanto aos procedimentos de mediação e suas fases, relativamente à questão de saber se ao mediador cabe/ compete apresentar ou não propostas de acordo ou imposição de uma decisão vinculativa as partes.

A LGT consagra, no artigo 277.º, que sempre que a IGT, na qualidade de órgão de mediação⁸, seja chamada a intervir nos conflitos laborais, o mediador designado tem o dever de apresentar uma proposta de solução de conflito, isto é, uma sugestão de acordo às partes.

Por sua vez, a LMCC estabelece, de modo claro, que ao mediador impende o dever de não apresentar sugestões ou impor acordos, mantendo sempre uma posição de neutralidade e isenção, respeitando o carácter voluntário da mediação, nos termos das disposições conjugadas do artigo 6.º, das alíneas b) e d) do artigo 34.º e da alínea g) do artigo 2.º.

Defendemos que, para o caso angolano, a mediação de conflitos a todos os níveis e nos termos da presente lei, enquanto lei geral cujo âmbito de aplicação é extensivo ao laboral, nas matérias que não tenham merecido tratamento especial nos termos da LGT, devem-se aplicar os termos previstos na LMCC, considerando as regras gerais de aplicação das leis previstas no CC.

No nosso ordenamento jurídico, a mediação é do tipo facilitadora e não do tipo interventiva, a julgar pela postura a que está obrigada o mediador a manter e a adoptar em todo o procedimento, seja ele realizado extrajudicial, pré-judicial⁹ ou judicialmente, considerando as devidas excepções.

8. Por fim, o conceito de mediação e de conciliação apresentado pelo legislador, em nossa opinião, embora não vincule o aplicador da lei, constitui um meio de revelação da intenção legislativa, bem como influencia em grande medida o uso ou não das ferramentas.

Não subscrevemos a posição apresentada, da qual podemos destacar que para o nosso legislador, a mediação e a conciliação

⁸ Em nosso entender, a competência que a Lei vota à IGT não deve ser exercida pelos seus inspectores, mas sim por mediadores capacitados especialmente para o exercício de tão importante tarefa, reservando aos inspectores a sua função e vocação original. Mais ainda, tal competência não devia ser votada àquele órgão, porquanto se trata de um meio pré-processual e não apenas extrajudicial.

⁹ GOUVEIA, Mariana França, p. 49, 3.ª Edição, Almedina, 2019.

constituem alternativa ao método judicial de realização da justiça, expressão que diminui teoricamente a qualidade destes institutos advogando uma natureza ou carácter secundário que, infeliz e erroneamente, lhe é atribuída.

No mesmo sentido, o legislador labora numa perspectiva pouco rigorosa, em como a finalidade da mediação, tal como a da conciliação, seja o acordo entre as partes. Na definição apresentada não se atende o facto dos procedimentos em questão não só terem em vista igualmente finalidades gerais e intermédias, como a restauração da comunicação entre as partes, o melhor conhecimento do interesse de cada uma e a facilitação na escolha do melhor mecanismo para a resolução do conflito¹⁰.

A mediação e a conciliação não visam, em geral, apenas resolver conflitos, elas podem ser usadas em momento anterior ao conflito, na constituição e execução de determinada relação ou situação de interesse que reclama harmonização.

Outrossim, é passada a ideia de que somente pode intervir um mediador singular, o que em absoluto não é taxativo, visto que as partes podem convencionar os procedimentos de casos de mediações institucionais e estabelecer, como forma de actuação, a intervenção de mediador plural, composto por mais de um profissional¹¹.

ARTIGO 3.º

(Âmbito de aplicação)

Podem ser objecto de mediação, os litígios em matéria cível, comercial, laboral, familiar e penal, desde que os mesmos versem sobre direitos disponíveis.

10 Eles não são métodos alternativos por natureza, mas sim circunstancialmente alternativos. De igual modo, pode ser visto nesta qualidade o método judicial ou outro método tradicional heterocompositivo.

11 *Vide* alínea m) do artigo 34.º, *in fine*, onde se faz referência à co-mediação como modo de actuação dos mediadores.

1. O legislador delimita, aos direitos disponíveis, as matérias que podem ser objecto de mediação e conciliação. Contudo, ainda tem sido muito discutível a nível da doutrina a questão da disponibilidade de direitos e, conseqüentemente, o âmbito de aplicação dos MARC, concretamente, da mediação.

A transacção é um direito que assiste as partes, ainda que o processo sobre o qual é vertido o litígio esteja pendente no tribunal, pelo que em caso de sucesso uma das conseqüências é o fim da demanda contenciosa.

Consideramos esta matéria um grande avanço do legislador angolano, mas as nossas reservas residem no que se refere à eficácia do mecanismo e sua divulgação, de modo a não permanecer como *letra morta*, bem assim como a uniformização dos procedimentos para a sua realização, razão que está subjacente à elaboração da lei e um dos objectivos deste trabalho.

A ideia de bem jurídico ou direito transacionável não tem o mesmo âmbito que a de disponibilidade, pelo que nestes termos pensamos que se justifica a mediabilidade objectiva em matérias de natureza familiar, penal, administrativa, laboral e outras, que à partida transmitem a ideia de indisponibilidade, reserva ou ordem pública.

Existem direitos subjectivos, ou seja, que podem ser abdicados pelo respectivo titular, contrapondo-se aos direitos indisponíveis, que são insusceptíveis de disposição ou transacção por parte do seu detentor. Fica aqui evidente a pretensão do legislador em atribuir um campo de actuação mais amplo à mediação, versando sobre direitos disponíveis, quer sejam direitos patrimoniais disponíveis (aqueles que possuem expressão económica e de que as partes podem livremente dispor, visando salvaguardar os interesses da colectividade) ou não.

Sobre o tema, e com as devidas adaptações, remetemos para os comentários feitos à LAV, bem como para a doutrina do *PhD* Lino

Diamvutu, relativamente à convenção de arbitragem, e, de igual modo, à dissertação de mestrado do Mestre Correia Bartolomeu, com o tema *Arbitragem Voluntária como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angolana*. Ambos os autores mencionados são docentes da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto.

2. Dispõe a presente lei que a mesma se aplica a todas as mediações realizadas em Angola, nos seus termos gerais, sem prejuízo do exercício, pelas partes, de escolherem a adopção de regulamentos ou convenções de mediação mais amplas ou cheias.

Considerando o facto de ser uma lei nova e com um âmbito de aplicação mais amplo, as demais leis e/ou diplomas sobre a matéria, devem ser adaptadas e ajustadas à mesma, salvo reserva expressamente prevista na lei, dando obviamente atenção às excepções nela previstas, como sendo as mediações e conciliações realizadas no meio rural, bem como as judiciais.

Referir que, quanto à aceitação da aplicação da mediação e da conciliação nos conflitos de família, assiste-se a uma resistência muito grande, alegadamente por se tratar de matérias complexas, de reserva para os tribunais e cuja iniciativa processual ou defesa é conferida ao Ministério Público.

Entretanto, entendemos que não se pode perder de vista que, antes mesmo da existência do litígio, existe a relação controvertida e os interesses das partes, que pela autonomia da vontade e capacidade têm a possibilidade de as resolver no todo ou em parte.

No mais, os conflitos qualificados como sendo de competência para a jurisdição de família são tecnicamente tidos como sendo de jurisdição voluntária, pelo que, olhar para eles como campo absolutamente vetado para a aplicação de métodos autocompositivos ou até na arbitrabilidade objectiva dos conflitos, é absolutamente errado, e mais do que isso, atenta contra a paz social e a realização da justiça social, visto que podem sempre ser

implementadas provisoriamente outras medidas de protecção ou fiscalização de forma a mitigar o sentimento de segurança dos cidadãos.

Do mesmo modo, a aplicação da mediação em causas penais também provoca alguma oposição, sobretudo porque se entende que o direito penal é de última *ratio*, pelo que os comportamentos tipificados como crimes reclamam um tratamento diferenciado. No entanto, dependendo do tipo legal de crime, a lei consagra a possibilidade da sua resolução por via da mediação, mormente em crime de dano patrimonial de pequeno valor e outros.¹²

ARTIGO 4.º

(Litígios no seio das comunidades)

Sem prejuízo do previsto na presente Lei, a mediação e a conciliação dos litígios devem ter em conta os usos e costumes das comunidades, desde que não sejam contrários à Constituição, nem atentem contra a dignidade da pessoa humana.

1. A presente norma tem como fundamento a realidade social africana que, na sua matriz tradicional, com base nos usos e costumes, constitui não só uma verdadeira fonte de direito substantivo, mas também apresenta procedimentos particulares para a resolução de conflitos. O respeito pela autoridade dos mais velhos e o reconhecimento destes como grandes reservas de sabedoria e da moral social fazem com que os mesmos – *mediadores naturais* – de certo modo, realizem o direito nas comunidades rurais.

A presente lei delimita, por um lado, os procedimentos, quer para a mediação quer para a conciliação, quer ainda, dentre outras questões, a mediabilidade objectiva e as condições para que se possa exercer a função de mediador, destacando-se a necessidade de um curso de mediação ou habilitação profissional.

¹² Sobre esta matéria, *vide* comentários e anotações constantes no artigo 49.º

2. De lembrar que, para a realização do direito, não se deve ter em atenção única e restritamente o direito positivo, sob pena de não ser alcançado o ideal de justiça e se criarem soledades perigosas, que resultarão no fomento da justiça privada nos locais onde não exista, de modo efectivo, a presença de autoridades administrativas do Estado. Somente com esta visão encontramos a consagração constitucional dos costumes e dos usos locais, nas regiões do interior de Angola, como fundamento para a resolução de conflitos.

Neste sentido, somos de opinião que alguns requisitos para o exercício da função de mediador, nos termos previstos no artigo 30.º, são de afastar ou ponderar, tendo em conta as limitações em concreto, resultantes dos hábitos e costumes das comunidades em que os procedimentos venham a ser aplicados. É o caso da exigibilidade de formação académica ou especializada, sendo que os demais requisitos, no geral, são igualmente exigidos pelas comunidades para que se possa exercer a função de mediador e, muitas vezes, senão quase sempre, com um poder de intervenção de tal ordem que lhe é conferida não só a possibilidade de sugerir, como a de impor a realização da solução apresentada às partes e garantir a sua execução, que quase sempre é acatada voluntariamente, tal é a crença, confiança, idoneidade, imparcialidade, respeito e veneração prestada por toda a comunidade a estes sujeitos, em regra mais velhos (idosos), ou com inequívoca experiência de vida.¹³

Importa ainda tomar atenção ao facto de que a presente norma, conjugada com a CRA, servem de substrato para que pessoas que não reúnam os requisitos constantes na lei, como sejam a inscrição na lista de mediadores, a formação em mediação ou as habilitações profissionais adequadas, possam exercer a função de mediador ou conciliador, tendo como base o direito costumeiro, os usos nas zonas rurais ou o poder tradicional.

¹³ No seio das famílias esta função é reservada aos mais velhos, e nas comunidades, às autoridades do poder tradicional.

CAPÍTULO II

Princípios

ARTIGO 5.º

(Princípios da mediação de conflitos)

- 1. Os princípios consagrados no presente capítulo regem todas mediações realizadas em Angola, independentemente da natureza do conflito que seja objecto da mediação.**
- 2. O disposto nos artigos seguintes relativamente ao procedimento de mediação é aplicável à conciliação, com as necessárias adaptações.**
- 3. Os princípios e procedimentos da mediação no âmbito judicial seguem, em regra, o disposto na Legislação Processual, conforme a natureza do caso.**

- 1 O número primeiro do presente artigo reveste-se de importância capital e vem refazer um dos erros mais crassos do legislador, aquando da elaboração da LGT e outros diplomas que seguiram, no mesmo sentido, critérios contrários aos que são chamados para este tipo de método de resolução de conflitos.

A consagração de tais princípios visa, primordialmente, uniformizar os procedimentos de natureza estruturante pré-estabelecidos por lei, cuja aplicação deve ser feita independentemente da natureza e objecto do conflito ou do órgão que tem sobre si a responsabilidade de realizar a mediação ou a conciliação, seja ele público ou privado.

2. De maneira expressa, a Lei faz referência que a aplicação de tais princípios abrange todas as mediações realizadas em território angolano, não constituindo limites para o efeito a natureza das questões ou matérias que lhe sejam objecto.

Tal afirmação reforça a nossa posição quanto à derrogação das disposições da LGT, contrárias à presente lei e seus princípios,

apresentando um posicionamento do legislador relativamente aos temas controvertidos, como sendo: a precedência obrigatória dos métodos de resolução de conflitos extrajudiciais (mediação e conciliação); o carácter voluntário de submissão ao procedimento por parte do demandado ou requerido e também, e não menos importante, o modo de actuação do mediador interventivo.

As opções feitas aquando da necessidade do recurso ao mesmo ou à sua precedência, em face da escolha de um dos métodos extrajudicial, tal como estabelece a LGT, prendem-se com opções de política legislativa e a necessidade de ver alcançado determinado efeito no tempo, que pode sempre ser alterada em face do que sugerirem as circunstâncias, em nome da realização célere e adequada dos conflitos.

Com feito, torna-se mais do que evidente que a missão que agora se coloca é bem mais simplificada, pois prende-se com a uniformização de procedimentos e já não com a tutela legal dos mesmos, uma vez que julgamos inequívoca a opção actual definida pela lei, embora se possa questionar se o caminho feito é tecnicamente o melhor e se as opções feitas foram as mais acertadas.

Não nos repugna a consagração de um regime especial para a mediação laboral, justificado pela especialidade das matérias e da qualidade mista das suas normas. Contudo, caso tenha sido esta a intenção do legislador, ele deita por terra a sua concretização ao prever na norma a aplicação dos princípios a todas as mediações realizadas em Angola, fazendo esta consagração numa lei posterior à LGT e, mais ainda, por fazer este exercício numa lei especial em razão da matéria de resolução extrajudicial.

Há quem defenda que, no caso, o carácter especial da disciplina laboral sobrepõe-se ao da resolução extrajudicial de conflitos e, nesta perspectiva, nos conflitos laborais deve prevalecer a aplicação dos termos regulamentares previstos na LGT e não os da LMCC. Assim, está lançado o debate, sendo que para nós a chave deve ser encontrada nas regras sobre a aplicação das leis previstas nos termos do Código Civil.

3. A Lei Processual Civil prevê a realização da transacção por via de conciliação em qualquer fase do processo, sendo que nos termos do disposto no art.º 508.º do CPC, em particular, este expediente é realizado findos os articulados, quando o julgador entender haver possibilidade de transacção. Adicionalmente, quando a causa assim admita e as partes residam na Comarca ou localidade onde funciona o Tribunal, nos casos de processos de família, há convocação (facultativa ou obrigatória) do Conselho de Família. Este facto não afasta a possibilidade das partes, por iniciativa própria, individual ou concertada, promoverem os autos neste sentido.

Na verdade, pouco existe sobre a matéria prevista nos termos da lei adjectiva, até porque nela se faz menção da conciliação e não da mediação, pelo que, mesmo que se tentasse adaptar ou ajustar para a aplicar à mediação, seria uma tarefa nada fácil para o julgador, bem como para as partes, se partirmos do princípio que a realização da mesma deve ser feita pelo próprio juiz da causa, na certeza, porém, de que *audiência de conciliação* não é procedimentalmente o mesmo que *sessão de mediação ou de conciliação*.

Fazendo conjecturas, na eventual realização da mediação pelo juiz da causa levantam-se variados questionamentos, tais como o de saber se uma solução deste tipo não colocaria em risco a qualidade da decisão, já que o juiz, enquanto mediador, poderia ter contacto com informações que as partes, em tramitação regular do processo judicial, não teriam trazido, mormente em matéria de prova.

Em que momento deveria ocorrer a mediação: antes ou durante o processo? Se as partes não tiverem reservas em fazer determinadas declarações e, com efeito, prejudicar a eficácia do procedimento, *roubando* tempo precioso necessário para o andamento do processo em causa e outros tantos confiados ao mesmo juiz? Ou ainda, como ficaria a questão da celeridade e da tutela jurisdicional efectiva?

Cogitamos que tais interrogações e respostas que a elas couberem, devem ser tidas em conta para a criação de um regime jurídico

especial que regule quer a mediação quer a conciliação judicial, ferramentas de suma importância para a tutela efectiva dos direitos. Daí que os nossos esforços se façam necessários para pleitear a busca de tais soluções.

4. Ainda sobre a supracitada matéria, o Professor José Miguel Júdice, experimentado advogado e árbitro, numa das publicações feitas pela Associação Portuguesa de Arbitragem, no caso, na edição anual de 2008, pp. 62 a 74, disserta na sua apresentação que a mediação é autónoma face à arbitragem e ao processo judicial, sendo que esta separação existe desde sempre.

Não existe vinculação decisória na mediação – para o nosso caso, e aqui se faz a devida ressalva para as mediações feitas por mediadores listados junto do MJDH, em que, *de per si*, o acordo ganha força executiva e, com efeito, a vinculação firme das partes, primeiro pelo compromisso voluntário, segundo pela força probatória que ganha.

A mediação não é uma arbitragem fraca, é ontológica ou gnosiologicamente autónoma da arbitragem – bem como do judicial, por maioria de razão. Aceitar a mediação feita por árbitros, é dar a possibilidade de decisões salomónicas¹⁴ e a parcialidade aos árbitros das partes de agradarem a cada uma delas, dar ao presidente a possibilidade de agradar aos árbitros, bem como dar aos advogados a possibilidade de procurarem uma decisão que não seja por sentença e que os livre do encargo, em pouco tempo, mas com a mesma quantidade de ganhos, sem que com isso se encontre uma decisão efectivamente de tutela do direito reclamado, distanciando-se da imparcialidade, independência ou neutralidade requeridas, transformando-o num mediador menos formal.

¹⁴ Referidas pelo Professor da USP, Carlos Carmona, as decisões salomónicas qualificam as decisões mal proferidas pelos árbitros, olhando mais para o seu interesse em não prejudicar as partes e garantir que sejam objecto de outras nomeações com julgador. É uma ofensa à figura do Rei Salomão, bíblicamente descrito como um monarca muito sábio— figurando entre os mais sábios do mundo mesmo depois da sua época — a julgar pela origem divina da sua sapiência. Assim, o Professor não recomenda o uso de tal qualificação como sinal de respeito a tão eminente figura da história do mundo.

Refere ainda o Professor que na Europa já existe jurisprudência que anula sentenças, em que os juízes e árbitros se tenham colocado na posição de mediadores, desaconselhando a prática que reconhece ser muito comum nos países da *Civil Law*, e não da *Common Law*.

Com este posicionamento cria-se um desincentivo à resolução das questões antes das sentenças, ficando os advogados e juízes limitados. Porém, a solução não passa por descredibilizar a justiça feita pelos tribunais ou a arbitral, mas sim pelo aumento da mediação por via dos centros e de modo autónomo – sem prejuízo dela ser feita durante o procedimento processual, por pessoas distintas dos árbitros e juízes.

Na mesma senda, levantam-se aqui diversas questões, tais como a suspensão dos prazos no decurso do processo inicial e a determinação de realização do processo de mediação, se a mesma deve ser feita pelo Tribunal ou pelas partes ou se há acesso ou não ao relatório produzido pelo mediador, em caso de falta de acordo.

Como resposta a estas questões, o referido autor avança com a solução da existência do princípio de *favor arbitralis*, à semelhança do que sucede com a competência conferida ao Tribunal Arbitral – mesmo que esta competência seja afastada com a constituição do Tribunal ou seja afastada a hipótese de mediação, é recomendado que a escolha dos mediadores seja feita com a participação dos advogados ou partes. Esta e outras questões devem ser discutidas e decididas depois da instalação do Tribunal ou durante a reunião para o efeito, e devidamente lavradas em acta competente, considerando que, neste momento, as partes estão mais disponíveis a aceitar e ponderar da melhor maneira sobre a questão, sem pôr em causa a sua liberdade e isenção.

Referir que, o tempo descontado da mediação deve suspender o decurso da arbitragem – situação que não se coloca, no processo judicial, da mesma forma.

Finalmente, o Professor advoga que o Tribunal não deve ter acesso ao relatório do mediador, e que sempre que qualquer das partes se mostrar indisponível para a mediação, os árbitros devem repensar na utilidade e oportunidade do recurso ao mesmo, pois pode não ser boa solução.

ARTIGO 6.º

(Princípio da voluntariedade)

- 1. O recurso ao procedimento de mediação é voluntário e implica a obtenção prévia do consentimento esclarecido e informado das partes litigantes, para a realização da respectiva mediação.**
 - 2. As partes em litígio são responsáveis pelas decisões tomadas no decurso do procedimento.**
 - 3. As partes litigantes podem, em qualquer momento do procedimento, revogar o consentimento prestado para a sua participação.**
 - 4. A recusa de iniciar ou prosseguir o procedimento de mediação pelas partes em litígio não configura violação do dever de cooperação nos termos previstos no Código de Processo Civil e demais Legislação Processual Civil.**
-
1. Decorrem das noções apreendidas em Introdução ao Estudo do Direito que os princípios têm um carácter geral e, com base neles, emanam as normas, pelo que esses princípios se encontram hierarquicamente antes das normas. Assim sendo, os princípios são um indicador valorativo do alcance axiológico e epistemológico das normas.
 2. Por natureza, a mediação é um método não impositivo de resolução de conflitos, ou seja, é autocompositivo, por um lado, porque são as partes que decidem sobre a matéria do litígio e, por outro, porque se submetem voluntariamente ao procedimento podendo, com as

devidas limitações legais, definir as regras do procedimento de mediação.

O facilitador mediador ou mediadores, não devem impor nada às partes, de modo tal que elas sejam também responsáveis pelas conclusões a que chegarem durante a execução do procedimento, pois o processo é das partes.

Note-se que existem doutrinas que defendem que o problema referente à actuação com maior ou menor intervenção do mediador é, na verdade, exclusivamente um problema de conceitos, uma vez que, na prática, espera-se do mediador uma posição mais ou menos interventiva, a julgar pelo modo como o processo se encontra, a natureza das partes e do objecto do conflito – vejam-se os casos de mediação escolar, familiar, societária, de recuperação de activos, penal, etc., sendo que uma posição mediana, via de regra é vista como a mais positiva, deixando que as próprias circunstâncias determinem os limites concretos da intervenção do mediador, no que respeita à apresentação ou não de sugestões de solução para o conflito.

Em todos os casos, o mediador deve procurar manter-se imparcial, independente e, acima de tudo, neutro, não obstante tenha ele próprio a sua percepção sobre a matéria do conflito e eventual ou consequente juízo de valor relativamente a tudo quanto resulte dos factos aduzidos durante a mediação.

3. Colocam-se as questões: em sede de uma arbitragem ou de um processo judicial, caberá ao árbitro ou ao juiz remeter as partes a mediação, mesmo nos casos em que, pelo menos uma delas, não pretender tal procedimento? E, em caso afirmativo, não se estaria diante de uma situação de violação ao princípio da autonomia da vontade? Ainda assim, deverá a vontade destes (árbitro e/ ou juiz), na qualidade em que se encontram, o conhecimento técnico que possuam, bem como a experiência que carregam, fazer presumir ou consagrar um favorecimento à realização da sua vontade, devidamente fundamentada, tendo sido as partes suficientemente informadas?

Sendo voluntário, cai por terra a possibilidade de uma das partes obrigar a outra a submeter-se ao procedimento, e, com efeito, o carácter obrigatório do recurso à mesma, em face da possibilidade de recusa inicial ou, ainda, de desistência, a qualquer momento, de qualquer das partes, dilui a ideia, na sua obrigatoriedade.

Porém, a vindicação da parte em aceitar a intervenção no procedimento de mediação pode decorrer directamente de uma convenção de mediação, ou ainda, da lei. Nestes casos ela é vinculativa e, embora com a faculdade de declinar a sua realização logo no início ou em qualquer fase do procedimento, essa opção configuraria uma situação de impossibilidade subjectiva.

4. As partes podem recusar, logo de início, submeterem-se ao procedimento e, caso ocorra é ilegal obrigá-las a aceitar a sua realização, ou seja, é um direito das partes vetar a hipótese de realização de mediação, recusar submeter-se ao procedimento de mediação ou ainda desistir ou revogar o consentimento dado, seja esta declaração de vontade negativa apresentada antes ou durante a realização do procedimento.

Sem dúvida, a grande regra subjacente na presente norma é a faculdade atribuída às partes de, a qualquer momento, desde que devidamente fundamentada e tempestivamente justificada a decisão, poderem manifestar a sua oposição a submeterem-se ao procedimento de mediação ou conciliação, quando notificadas ou convidadas para o efeito.

No entanto, somos de opinião que, dependendo do tipo de mediação ou conciliação em questão e tendo em conta as classificações doutrinárias, poderá ser justificada a aplicação de uma sanção à parte faltosa.

Neste íterim, atendendo aos propósitos da mediação pré-judicial e da mediação judicial, julgamos que a consagração de sanções pecuniárias, ao contrário, por exemplo, da sanção criminal por crime de desobediência – que julgamos absolutamente contrária

à essência do instituto jurídico que são os MARC –, sejam justificadas, uma vez que para a sua realização há um esforço logístico e financeiro considerável, bem como a preclusão de outras sessões igualmente importantes, pelo que pode perfeitamente ser qualificado como um atentado à realização da justiça, sobretudo nos casos em que a lei, tal como regula a LGT, estabelece a obrigação de recurso à mediação ou conciliação.

No entanto, importa referir que esta obrigação, consagrada nos termos da legislação laboral, não pode ser vista como uma violação ao princípio da voluntariedade ou da autonomia de vontade, de modo a permitir a concretização dos intentos do legislador, que é o fomento das mediações e conciliações, assim como o desafogar dos tribunais, permitindo a realização de soluções mais rápidas, adequadas e menos dispendiosas quer para o Estado, quer para as partes.

Assim, o *convite* à mediação e à conciliação pré-processual deve ser sempre aceite, ficando, porém, reservada, à parte requerida, a faculdade de se submeter ou não ao procedimento, não sem antes dar a oportunidade de lhe ser apresentada uma *porta de saída* do conflito.

No nosso ponto de vista, o legislador aqui presumiu, bem, que o desconhecimento da mesma pode ser a grande causa de resistência das partes, razão pela qual são *estimuladas* a participar nas sessões de pré-mediação. Nos termos da presente lei, as sessões de pré-mediação devem ser realizadas pelo mediador, em absoluta advocacia ao recurso à mediação realizada pelos centros públicos, se considerarmos que, para os centros privados, a aceitação do encargo por um profissional tem um custo associado, pelo que é impraticável ser gratuito.

Deste modo, fica determinada a impossibilidade por objecção das próprias partes, sendo que tal facto não constituirá nenhuma ilicitude nem poderá ser entendido como falta de cooperação das partes ou de uma delas, mais ainda e por maioria de razão,

um ilícito criminal, uma vez que se encontram sob a égide da liberdade de exercício e gozo de direitos e, no mais, o mediador não tem autoridade sobre as partes, pois é apenas e unicamente um facilitador para a realização da heterocomposição da controvérsia ou litígio existente.

Concordamos com a tese de que a recusa infundada por parte do requerido ou a desistência deliberada por parte do requerente possam constituir um atentado à realização da justiça, porém somente não sufragamos a tese de que tal falta constitua um ilícito criminal.

Esta posição é bastante questionável e sobre ela assenta, no fundo, a diferença entre o mediador e o conciliador, uma vez que um tem, em relação ao outro, uma intervenção mais presente e actuante (o conciliador), podendo influenciar as partes, apresentando propostas de acordos, em alguns casos fazendo reuniões em separado com cada uma delas, etc.

Note que, no nosso ordenamento jurídico encontramos posições divergentes, se atendermos à LGT, que estabelece, de modo concreto, que o mediador deve apresentar uma proposta de solução volvido determinado lapso de tempo, opostamente ao que regula a LMCC, que proíbe peremptoriamente tal intervenção, independentemente da natureza do conflito *sub judice*.

A justificação para o efeito, pensamos nós, decorre da intenção de consagrar de modo especial uma mediação interventiva para os conflitos de trabalho em face de características específicas que envolvem este tipo de conflitos, o que não seria de estranhar, dado que em algumas realidades jurídicas é igualmente exigível formação especializada para o mediador.

Em suma, há sempre a autonomia de vontade presente como princípio da mediação e conciliação, na medida em que mesmo nos casos em que a mediação tem carácter precedente¹⁵, são garantidas

15 Diferente do que defende a Professora Cátia Marques Cebola, referida em LOPES, Dulce e PATRÃO, Afonso. *Lei de Mediação Comentada*, 2016 – 2.^a Edição, Almedina, p. 32, nota de rodapé 45.

às partes os direitos de escolha do mediador, desistência do procedimento, conformação do acordo, escolha da mediação *ad hoc* ou institucional, definição dos termos do procedimento de mediação ou conciliação, nos casos em que não resultar directamente de um regulamento institucional ou da lei em conformidade com o princípio da flexibilidade.

ARTIGO 7.º

(Princípio da igualdade e imparcialidade)

- 1. Durante todo o procedimento de mediação, as partes em litígio devem ser tratadas de forma igual, competindo ao mediador de conflitos gerir o procedimento de modo a garantir o equilíbrio de poderes e a possibilidade de ambas as partes participarem no mesmo em paridade e igualdade de circunstâncias.**
- 2. O mediador de conflitos não é parte interessada no litígio, devendo agir com as partes em conflito de forma imparcial durante todo o procedimento de mediação.**

1. Por estes princípios, temos que o mediador se encontra acima das partes e de modo equidistante destas, porquanto não está do lado de nenhuma das partes, nem tem interesse próprio em nenhuma das questões envolvidas nos conflitos. Mais ainda, ele deve ouvir e tratar as partes de forma igual, não devendo representar ou aconselhar qualquer uma delas.

Durante o procedimento de mediação ou de conciliação, incluindo a fase preliminar ou de requerimento, em que o contacto é feito apenas com os colaboradores administrativos, ou seja, com o secretariado, as partes devem ser tratadas com absoluta igualdade, de modo a garantir a confiança no centro e nos procedimentos a serem adoptados.

Com efeito, não basta a entrega da carta-convite à parte ou partes requeridas, sem que seja oferecida, igualmente, a possibilidade de um contacto prévio com o centro, para eventuais esclarecimentos anteriores à sessão de pré-mediação, seja pessoalmente ou por telefone, é igualmente necessária a atribuição de tempo razoável para a manifestação da intenção de participar ou não no procedimento, bem como a realização, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º, da sessão gratuita de pré-mediação, preferencialmente anterior à data da sessão inaugural dos trabalhos, conjunta ou em separado.

E mais, considerando o desequilíbrio que podemos encontrar em determinadas relações controvertidas, em função da capacidade financeira, da condição social ou ainda, e principalmente, da posição de uma das partes na relação em conflito, mormente nos casos que envolvam litígios em matéria laboral, deve-se ter sempre presente a isonomia, ou seja, a igualdade material entre as partes, com vista a assegurar oportunidades iguais, mas considerando as diferentes condições de cada par.

O mediador e/ ou o conciliador são o garante da boa realização do procedimento, por darem voz e rosto à justiça – seja ela institucionalizada ou individual, judicial ou extrajudicial –, pois em circunstância alguma o procedimento poderá sobreviver e ter sucesso, mesmo que para o efeito tenham sido escolhidos ou destacados os mais competentes técnicos, se for posta em causa a fidúcia, questão que ganha forma e alcance de apreciação diferenciados nos procedimentos de mediação especial, como é o caso dos conflitos laborais.

Deve ser votada particular atenção à informação prestada às partes, de modo a evitar desequilíbrio entre elas, facto que poderá colocar em causa a eficácia do procedimento, fundamento sobre o qual repousa a opção legislativa no âmbito dos conflitos laborais, por força do disposto no artigo 40.º da Lei de Contrato de Trabalho Doméstico e artigos 274.º e 275.º da LGT.

Com efeito, podemos concluir que, ao ser legislada a obrigatoriedade do recurso à mediação e/ ou conciliação, levanta-se a questão da sua constitucionalidade, por ser julgada atentatória a tutela jurisdicional efectiva, prevista na CRA, no artigo 29.º. Adicionalmente, também põe em causa o princípio da igualdade e da autonomia da vontade, ao pretender deixar prevalecer a vontade de apenas uma das partes, ainda que a escolha feita por esta não tenha sido objectivamente a mais acertada, por ser forçada e não resultar de um processo de convicção livre, voluntário e consciente das partes.

Neste contexto, urge uma nova questão, que é a de se saber se, uma vez não sendo alcançados os objectivos decorrentes da escolha feita por uma das partes e imposta à outra a sua aceitação, poderá esta ou a parte contrária, antes do recurso a via judicial, usar do mesmo direito e recorrer a outro meio autocompositivo para resolução do mesmo conflito, podendo nos mesmos termos impor à contrária a sua aceitação *inelutável*.

Queremos pensar que não, e que a limitação decorrente da faculdade de escolha dos mecanismos previstos da LGT, bem como a obrigação de aceitação com a opção feita pela parte contrária foi a forma tida como mais prática, a julgar pelo recurso habitual aos métodos autocompositivos de praxe. Contudo, as conclusões e efeitos são absolutamente diferentes, quando a escolha da via extrajudicial para a resolução do conflito recai para a arbitragem.

2. A imparcialidade é um dever especial dos mediadores e conciliadores, mas também se estende às demais pessoas que participam no procedimento, como os colaboradores e outros intervenientes que, por razões próprias e interesse das partes, sejam chamados a intervir no processo.

Neste contexto, a imparcialidade dos mediadores e conciliares deve ser evidenciada e demonstrada, visto que, tendo ela uma matriz material, não deve apenas *ser*, devendo sempre e da melhor maneira *parecer*, por meio de uma postura neutra¹⁶, sem

16 Vide alíneas d) e g) do artigo 34.º.

tratar qualquer das partes com preferência, diferenciação ou favorecimento, no sentido de alcançar uma solução para o conflito ou controvérsia, aplicando regras previamente estabelecidas e do conhecimento absoluto das partes e abstendo-se de estimular a realização de cedências anormais, que possam tornar uma solução, ainda que declarada e voluntária, manifestamente injusta. Na verdade, a imparcialidade e a neutralidade de quem preside ou dirige o procedimento é inestimável na sua valoração pelas partes, pelo que as pessoas chamadas a assumir tão relevante papel devem estar devidamente aptas, uma vez que caso se verifique e seja identificada falta de imparcialidade, o procedimento fica comprometido, podendo mesmo ser anulado.

3. Diversas iniciativas têm sido apresentadas no sentido de serem criados mais centros privados de resolução de conflitos pela via da mediação e conciliação, o que é deveras positivo no que respeita à expansão dos MARC. Porém, muitas destas iniciativas fazem *tábua rasa* à necessidade de garantir a neutralidade – imparcialidade, independência e isenção dos mediadores e conciliadores, porquanto muitos destes centros são, na verdade, instituições cujo escopo está virado para a defesa dos interesses de determinadas partes ou franjas sociais, o que, por si só, levanta a suspeição da existência efectiva da reclamada e necessária neutralidade. Vejam-se os casos da IGT, do INADEC e do CREL, em que é parte nos conflitos o próprio Estado ou entes públicos menores.

ARTIGO 8.º

(Princípio da legalidade)

1. **Todo o acordo alcançado no processo de mediação deve respeitar a lei, a ordem pública e os bons costumes.**
2. **O acordo final alcançado não deve contrariar normas legais imperativas, incluir disposições menos favoráveis para qualquer uma das partes do que o consagrado na lei.**

1. A mediação e a conciliação, ainda que extrajudiciais, integram os métodos de resolução de conflitos e, concomitantemente, constituem uma forma de realização material do princípio constitucional do acesso à justiça¹⁷ e ao direito, bem como uma forma, ainda que indirecta, do Estado realizar a sua obrigação de satisfação da necessidade colectiva de justiça. Por este conjunto de factores, elas não podem ser arbitrárias e encontram-se sujeitas ao respeito do princípio do primado da lei e dos limites por esta imposta à autonomia de vontade.
2. Os acordos resultantes da vontade declarada e livre das partes têm um valor considerável e com maior dimensão, quando se trata de direitos absolutamente disponíveis, que não colocam em causa qualquer questão ou situação protegida por critérios de interesse público, reservados pela ordem pública interna ou internacional e concretizados pela sua consagração legal, por via de normas imperativas e/ ou outras técnicas de garantia, como a excepção, a condição, etc.

No entanto, devemos ter em conta o facto de que, actualmente, a doutrina defende a necessidade de atendermos ao valor do acordo em face da lei, desde que as cedências feitas por quaisquer das partes resultem, inequivocamente, aos olhos do mediador ou do conciliador, de absoluto conhecimento das consequências do acto e não do obscurantismo sobre a matéria do conflito e os seus direitos, ou da urgência de ver atendida determinada necessidade pessoal ou, ainda, de terceiro sob sua responsabilidade.

17 Quanto à arbitragem, não se colocam dúvidas que, efectivamente, é uma forma de exercício da jurisdição, no nosso entender, devolvida aos particulares e realizada nos termos da Constituição e da Lei. Entretanto, existem vozes que questionam se esta qualidade também é votada aos métodos autocompositivos ou, como classifica o Professor José Lopes Semedo, métodos heterocompositivos não impositivos, como são os casos da conciliação e da mediação. Entendemos que, apesar da nossa Constituição, no n.º 4 do seu artigo 174.º, fazer referência que “A lei consagra e regula os meios e as formas de composição extrajudicial de conflitos (...)”, à luz do nosso ordenamento jurídico (à semelhança da Constituição Brasileira que, aliás, expressamente assim o prevê), as outras vias de resolução autocompositivas de conflitos são efectivamente tidas, constitucionalmente, como formas de exercício da jurisdição.

Neste sentido podem ser encontradas, pelas partes, soluções de equidade que não conflituem em concreto com normas imperativas ou de melhor protecção e garantia para os interesses das partes, ou seja, soluções equilibradas, lícitas e subjacentes à autonomia da vontade dos seus autores.

Em sede de negociação é comum existirem renúncias recíprocas e assunção de responsabilidades por actos lesivos à parte contrária ou que dele tenham sido despoletadas tais consequências, mesmo que de modo indirecto ou involuntário.

Por outro lado, sob pena da intervenção do Estado, por via da lei, provocar a ineficácia dos mecanismos de mediação e conciliação, pensamos que, em concreto, devem ser atendidas as limitações que se prendem com eventuais violações da ordem pública, evitando assim flagrantes danos às limitações aos direitos da parte, dentro dos limites do razoável.

No fundo, a lógica dos métodos autocompositivos ou heterocompositivos não impeditivos assenta na ideia de que ninguém é mais apto do que as partes, com plena consciência, independência, exercendo a ampla autonomia da vontade, conhecendo absolutamente os conflitos existentes e as implicações da solução encontrada, para, de sua justiça, tomarem posição sobre o que lhe é mais vantajoso ou favorável, razão pela qual defendemos que o critério da não prevalência de decisões menos favoráveis em relação às consagradas na lei pode ele próprio, em muitos casos, vir a ser um problema adicional, se consideramos a subjectividade da interpretação do conceito de favorável.

A mediação e a conciliação como formas de realização da justiça não podem ser mecanismos de viabilização de ilegalidades. O mediador, as partes, os seus advogados, os centros públicos e privados e demais intervenientes nos procedimentos estão vinculados a dever de boa-fé e de cumprimento da constituição e da lei. Por esta razão, a realização de acordos que violem preceitos legais imperativos não devem ser realizados, pois, em última instância estarão propensos a declaração judicial, na sua nulidade.

3. De referir que o acordo final alcançado entre as partes e lavrado em acta ou termo de acordo deve reflectir a vontade manifestada pelas mesmas, e o seu conteúdo não deve ser escrito com posicionamentos do mediador, apenas das partes e dos seus mandatários, se os houver, sendo que nesta fase do procedimento, ao mediador/ conciliador incumbe a missão de auxiliar as partes na elaboração da acta, bem como fiscalizar se o acordo a ser lavrado não viola disposições imperativas, de modo a garantir também a sua realização concreta no plano material e no plano foral ou legal, evitando assim a possibilidade de impugnação.

Esta supervisão do mediador deve, em determinados casos em face da natureza do conflito e do seu objecto, mormente em matéria de direitos relativamente disponíveis, ser feita durante o procedimento, esclarecendo as partes e seus mandatários dos limites legais de exercício da faculdade ou direito de disposição.

Pensamos que esta atitude pode ser corrente nos casos de mediação penal, familiar, laboral, de conflitos de consumo, recuperação de empresas, etc., sempre que para o bom andamento do procedimento seja necessário lembrar as partes ou seus advogados sobre a observância de disposições imperativas da lei.

Neste contexto, não nos repugna a ideia de, nos conflitos em que estejam em causa direitos de menores, pôr a hipótese de que o acordo seja remetido para vista da Procuradoria Junto da Sala de Família para que, num prazo determinado, porém, sempre curto, com prioridade sobre os demais processos e sem necessidade de distribuição, se possa, querendo, pronunciar sobre a legalidade no geral do procedimento, mas em particular da solução encontrada pelas partes/ direitos dos menores, pelo que de direito a constituir seria uma opção a considerar, ou mesmo ao nível dos regulamentos dos Centros de Resolução de Conflitos, na medida em que ela certamente é mais eficiente do que a homologação por sentença, ressalvado os casos de mediação judicial em que a homologação constitui formalidade indispensável para a extinção da instância mediante decisão sobre o mérito.

4. Por fim, como já foi dito, o princípio da legalidade tem o sentido de evitar que o acordo alcançado no processo de mediação viole dois elementos distintos, designadamente a ordem pública e as legislações vigentes.

Entretanto, não é tão simples garantir o controlo da legalidade, porquanto a efectividade desta norma fica de certo modo limitada ao conhecimento que o mediador tem do que é a ordem pública – entendida como o conjunto de regras destinadas a manter o bom funcionamento de determinado país, os seus serviços públicos, a segurança e a moralidade nas relações entre particulares, e que deve ser respeitada. Para além disso, tal controlo é condicionado ao conhecimento que o mediador tem da legislação vigente, sendo que a graduação que se exige para o exercício da mediação, bem como o curso de capacitação (nos termos do disposto no artigo 30.º), no mais das vezes, não capacita o mediador para facilmente identificar/ reconhecer as ilegalidades.

Por isso, para que a presente norma tenha condições de produzir o almejado resultado, torna-se imperioso que o mediador estude previamente toda a legislação aplicável e/ ou susceptível de aplicação ao litígio, e que se especialize gradualmente em algumas áreas. Diante da complexidade e natureza do conflito assegura-se igualmente recomendável que o mediador solicite a admissão de outro mediador, para o auxiliar na resolução do conflito.

Outrossim, importa referir a existência de outra situação, em que deve incidir o controlo da legalidade, que é a que recai ao juiz, a quem, nos termos da Lei processual, incumbe a homologação, por sentença, do acordo obtido em audiência de mediação judicial, depois de reduzido a termo. Tal procedimento exigirá do juiz, inevitavelmente, a leitura do acordo e, sobretudo, que consiga aferir eventuais ilegalidades.

Ao mediador e ao conciliador impende, tal como ao julgador e, no limite, às próprias partes assistidas ou não por advogados, pelo menos até à fase da pré-mediação, estarem suficientemente

esclarecidas sobre os termos dos procedimentos, bem como das limitações importantes à sua realização concreta.

Esta é uma das razões da opção feita pelo legislador no artigo 30.º da LMCC, ao consagrar que, para além da capacitação ou certificação em técnicas de mediação, os mediadores devem igualmente possuir licenciatura adequada ou experiência profissional relevante para o exercício da função.

A probabilidade de existir algum vício da acção ou omissão, quer das partes quer do mediador ou conciliador, justifica a existência de mecanismos de fiscalização preventiva e sucessiva, alguns específicos, no âmbito das mediações institucionais, e outros comuns do direito, como a anulação.

ARTIGO 9.º

(Princípio da confidencialidade)

- 1. O procedimento da mediação é confidencial, devendo o mediador de conflitos manter sob sigilo absoluto todas as informações de que tenha ou venha a ter conhecimento no âmbito do referido procedimento, e delas não pode fazer uso em proveito próprio ou de outrem.**
- 2. As informações prestadas a título confidencial ao mediador de conflitos por uma das partes litigantes não podem ser comunicadas ou partilhadas, sem o seu consentimento, às restantes partes envolvidas no procedimento.**
- 3. Todos os intervenientes no procedimento de mediação ficam sujeitos ao princípio da confidencialidade.**
- 4. Não é permitido ao mediador intervir, por qualquer forma, nomeadamente como testemunha, em quaisquer procedimentos subsequentes à mediação, como sejam o processo judicial ou o acompanhamento psicoterapêutico, quer se tenha aí obtido ou não um acordo, ainda que tais procedimentos estejam apenas indirectamente relacionados com a mediação realizada.**

5. **O dever de confidencialidade sobre a informação respeitante ao conteúdo da mediação só pode cessar por razões de ordem pública, na estrita medida do que, em concreto, se revelar necessário para:**
 - a) **Assegurar a protecção de um interesse público superior, quando esteja em causa a protecção da integridade física ou psíquica de qualquer pessoa;**
 - b) **Efeitos de aplicação ou execução do acordo obtido por via da mediação.**
6. **Exceptuando as situações previstas no número anterior, ou no que diz respeito ao acordo obtido, o conteúdo das sessões de mediação não pode ser valorado em tribunal ou em sede de arbitragem.**

1. Resulta da necessidade de se proteger o sigilo das informações, documentos, declarações, opiniões, sugestões, promessas e propostas apresentadas, assim como todo e qualquer material produzido durante o processo, sendo que tais dados só poderão ser usados nos termos em que forem deliberados e determinados pelos envolvidos.

A confidencialidade absoluta ou relativa, conforme os casos, acompanha o procedimento de mediação, sendo absolutamente reservadas ao mediador determinadas informações prestadas pelas partes durante o procedimento, quer com relação a outra parte, quer para si própria, pelo que este princípio é corolário do dever de revelação do mediador, de modo a ficar clara a inexistência de conflitos de interesses e, por conseguinte, que a informação prestada não seja usada pelo profissional para outro fim.

2. O consentimento da parte que prestou a informação a título confidencial exonera o profissional de mediação ou conciliação do dever de guardar sigilo, já que tal desobrigação se pode julgar necessária para levar ao conhecimento da contraparte

a informação prestada por aquela, bem como para um melhor e eficaz andamento do procedimento – a este respeito, *vide* nota do artigo 13.º, ponto 8.

Para além da excepção supracitada, resultante da autorização da parte que prestou a informação confidencial, a presente norma admite claramente a excepção a tal princípio, nos casos em que a lei exija a sua divulgação por razões de interesse público superior, por exemplo, quando a informação confidencial obtida esteja relacionada com a ocorrência de um crime público, ou ainda quando tal divulgação seja necessária para o cumprimento do acordo.

3. Não sendo o mediador ou o conciliador os únicos técnicos no processo, o dever de confidencialidade é extensivo a todos intervenientes, designadamente as partes (uma vez que quase sempre é do interesse destas evitarem a exposição quer do recurso ao mecanismo, quer da existência do conflito, salvo em situações muito concretas nas quais, muitas vezes, elas próprias ou por sua iniciativa levam ao conhecimento de terceiros a pendência do processo de resolução); os membros da equipa do mediador ou conciliador; os advogados e os assessores técnicos, assim como toda e qualquer pessoa que tenha participado directa ou indirectamente no processo.

Caso um dos sujeitos abrangidos pela confidencialidade a viole, podem surgir diversas possibilidades, nomeadamente *a)* Nos casos em que as informações confidenciais sejam utilizadas em processo judicial ou arbitral, há a possibilidade de tornar a prova inválida ou ilícita, por violação do princípio boa-fé, muito importante nos processos de mediação, tendo em conta a necessidade da presença de sinceridade, lealdade, honestidade, justiça e demais atributos para que os procedimentos sejam justos, e *b)* nos casos em que a informação confidencial cause danos a uma das partes, que despoleta a competente acção, há a possibilidade de pagamento de uma indemnização.

4. Para além disso, é vetada ao mediador/ conciliador a possibilidade de intervir em qualquer procedimento subsequente à mediação, seja em processo judicial ou extrajudicial, independentemente da qualidade que se pretende, nomeadamente como juiz, procurador, assistente, advogado de qualquer das partes, testemunha, declarante, perito ou técnico. A relevância da confidencialidade é de extrema importância, pois visa proteger os seus intervenientes em caso de ausência de acordo, impedindo que possam ser utilizadas as informações obtidas neste processo em desabono destes, mormente num processo judicial. Assim, a exigência da confidencialidade constitui um dos motivos principais pelos quais o Juiz não pode ou não deve actuar como mediador ou conciliador, já que, para além da eventual falta de treinamento específico para o efeito, se assim acontecesse as partes com certeza não se sentiriam à vontade para fornecer todos os dados confidenciais e relevantes para se alcançar consenso, por receio de que o magistrado fosse influenciado, na eventualidade de não se chegar a acordo. Adicionalmente, tendo conhecimento de informações confidenciais, um juiz dificilmente conseguiria manter a imparcialidade no momento de produção de prova e da prolação da sentença, num processo judicial.
5. Importa acrescentar que, em algumas realidades, em particular nos EUA, constitui prática corrente, quer em procedimentos institucionais quer *ad hoc*, ser aceite pelas partes a realização de uma mediação antes do procedimento arbitral e, com efeito, ser convencionado que o mediador seja o árbitro único ou, quando muito, árbitro presidente.

Não sendo a arbitragem matéria a tratar neste diploma legal que nos propusemos comentar, dirigimos aos leitores a apreciação das matérias a este respeito, elaboradas por autores nacionais e estrangeiros, para que cada um possa tirar as suas ilações a respeito de tal escolha. Contudo, importa referir, sem margem para equívocos, que o legislador angolano optou por vetar esta possibilidade, em homenagem à garantia da segurança e eficiência do procedimento, pelo que as denominadas *Mediarbis* – as

mediações sucedidas da arbitragem, feitas pelo mesmo mediador ou colégio de mediadores – não são aqui possíveis com a intervenção dos mesmos mediadores, o que já não acontece com os outros intervenientes do processo, considerando o nível de intervenção e o consequente conhecimento destes de factos relevantes sobre a controvérsia.

6. Outrossim, embora a mediação seja uma forma autocompositiva de resolução de conflitos, não deve ficar à margem do trabalho a que todas as instituições de direito são chamadas a actuar, no combate ao crime e outros factos que podem colocar em causa o interesse da colectividade. Esta situação provoca certamente um conflito de deveres e interesses que importa garantir, reservando, na medida do necessário, o segredo que as partes confiaram aos mediadores e/ ou aos centros, de modo a que não seja colocada em causa a confiança nas pessoas, no mecanismo de resolução de conflitos e na eficiência do procedimento.
7. Por fim, a mediação e a conciliação são procedimentos que, embora possam ser usados de forma autónoma, via de regra antecedem e/ ou complementam a via judicial ou arbitral. Nesta medida, julgamos judiciosa a posição do legislador em não valorar o conteúdo das sessões de mediação/ conciliação em tribunais ou em sede da arbitragem, valendo somente nas situações previstas na norma e nas respeitantes ao acordo obtido.

ARTIGO 10.º

(Princípio da independência)

- 1. O mediador de conflitos é independente e livre de qualquer pressão, seja em razão dos seus próprios interesses, valores pessoais ou de influências externas.**
- 2. O mediador de conflitos é responsável pelos seus actos e não está sujeito à subordinação técnica ou deontológica de profissionais de outras áreas, sem prejuízo das competências da entidade gestora do centro de mediação.**

1. É um princípio que rege a actuação do mediador/ conciliador e que se consubstancia no dever deste de actuar com liberdade, sem influência de qualquer pressão, quer interna, quer externa.

O mediador/ conciliador deve actuar absolutamente abstraído de qualquer interesse na causa, de forma a estar livre de interferências ou limitações no exercício da sua função, materializando o seu comportamento com base na convicção.

No exercício da sua função, uma vez aceite o encargo, o mediador ou conciliador é absolutamente livre, não obstante a necessidade de cumprimento das regras pré-estabelecidas para o procedimento, sejam elas decorrentes de convenções ou do regulamento do centro, nos casos das mediações institucionais – n.º 2 do artigo 29.º.

Compete ao mediador garantir que a sua actuação seja efectivada nestes termos, porquanto ele não está imune à responsabilidade civil – n.º 2 do artigo 11.º – ou de outra natureza.

Os centros públicos de resolução de conflitos devem, por maioria de razão, garantir a independência dos seus mediadores e colaboradores no que respeita à competência funcional, não obstante a existência de tutela e supervisão dos resultados da sua actividade ou de alguns dos seus actos.

No caso do CREL, como previsto nos termos do artigo 8.º do Regulamento do Centro, bem como dos artigos 41.º e 43.º da LMCC, é evidente a sua autonomia funcional, quer na prática de actos ao nível dos procedimentos de resolução de conflitos, quer na realização de parcerias estratégicas visando a melhoria dos seus serviços e sua divulgação.

2. Além disso, na sua actuação, sempre que o procedimento assim prever ou resultar de convenção, poderão participar do processo, técnicos de outras áreas do saber, sem que se coloque em causa, de forma alguma, a tarefa do mediador, que é a de intermediar ou facilitar o diálogo entre as partes em desacordo, com vista à aproximação das mesmas, na busca da resolução do conflito.

3. Outrossim, embora conste do n.º 2 do artigo 29.º que os mediadores de conflitos, no exercício das suas funções, devem obedecer às regras de ética e deontologia fixadas em regulamento, até à data presente verifica-se a inexistência de um código de conduta, assim como de uma organização do tipo associativa e profissional que congregue os mediadores. Tal acontece, muito provavelmente, pelo facto desta função poder ser exercida por profissionais de diversas áreas e não apenas por juristas, facto que julgamos positivo e incentivamos vivamente, de modo a garantir a diversidade de sensibilidades técnicas, o que pode ser determinante dependendo da natureza do conflito em concreto, sem contar que tal diversidade aumenta o leque de escolha de mediadores entre as partes.

Adicionalmente, convém referir que, por um lado, constituem excepção ao aspecto acima referido, ou seja, à subordinação da actuação do mediador a regras específicas, os casos das mediações institucionais, uma vez que os centros de mediação são dotados de estruturas para o efeito, bem como de regulamentos próprios que estabelecem as regras de actuação dos mediadores e, igualmente, a responsabilização dos mesmos.

Por outro lado, o procedimento de mediação não é apenas institucional ou particularmente realizado por mediadores certificados que fazem desta a sua actividade corrente ou profissão. Muitas vezes, no âmbito do mandato que lhes é conferido, são os advogados a socorrerem-se, nos seus próprios escritórios, deste mecanismo, para, conjuntamente, realizarem uma mediação ou conciliação com os seus constituintes, no escritório ou em lugar neutro¹⁸. Assim, à semelhança do que se verifica em outras realidades, na nossa, a missão de mediador, via de regra, é confiada a juristas, no mais das vezes, advogados, o que releva a uma posição de destaque para uma aplicação, ainda que arrojada e sempre com as devidas

18 Esta forma peculiar de actuar de advogados familiarizados com a mediação e conciliação, é muitas vezes forçada pela inércia do sistema de justiça comum, sendo recomendável, sempre que em razão do objecto do conflito, que tal mecanismo seja adequado às circunstâncias, considerando o facto de igualmente ser menos oneroso para as partes.

adaptações, do código de ética e deontologia dos advogados, nos casos em que estes exerçam funções de mediadores.

4. Aproveitam-se os comentários feitos no artigo anterior, no que respeita à neutralidade ou ao sigilo dos técnicos e funcionários de instituições públicas a exercer a actividade de mediadores, em razão dos seus serviços e funções paralelas, mas mantendo a subordinação hierárquica ao seu superior, uma vez que, no rigor, estamos a falar de um técnico que exerce múltiplas tarefas no aparelho administrativo em que se encontra inserido.

ARTIGO 11.º

(Princípios da competência e da responsabilidade)

1. **O mediador de conflitos deve ter experiência, habilidade ou frequentado acções de formação que lhe possam conferir aptidões específicas, teóricas e práticas, máxime curso de técnicas de mediação de conflitos realizado por entidade formadora certificada pelo Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios, a fim de adquirir as competências adequadas ao exercício da sua actividade.**
 2. **O mediador de conflitos que viole os deveres de exercício da respectiva actividade, nomeadamente os constantes no presente Diploma, seus regulamentos e dos actos constitutivos e reguladores do centro de mediação, é civilmente responsável pelos danos causados, nos termos gerais de direito.**
1. Ser mediador não é (ainda) uma profissão, nem é um título académico que se consiga com base em estudos e formação curricular especial, apesar de ser uma ferramenta bastante útil. Tal aspecto não condiciona o exercício da função de mediador nem a sua qualificação, pelo que basta olharmos para as comunidades

tradicionais e rurais onde, habitualmente e por tradição, pessoas com vasto conhecimento, idoneidade e confiança da população são chamadas a compor litígios de diversas naturezas.

Do mediador espera-se experiência, conhecimento de técnicas práticas e teóricas adquiridas pela vivência ou por meio de formação, que potenciam a pessoa em questão para dirigir e gerir conflitos, levando as partes a chegar a uma solução.

Quer os centros de mediação, quer a Direcção Nacional para a Resolução Extrajudicial de Conflitos (DNREL) a nível do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos devem fomentar a realização de cursos, por si mesmos ou por entidades credenciadas, como meio de garantir a melhor e mais exitosa realização da tarefa do mediador, seja ele inscrito na lista de mediadores ou não, de forma a contribuir para o fomento da confiança do método e da função pacificadora de aproximação das partes e solução do conflito.

2. Apesar dos trabalhos já avançados no sentido da regulação da matéria, actualmente, não temos mediadores certificados por entidades reconhecidas pela DNREL, uma vez que a instituição ainda não começou a certificar mediadores e, por conseguinte, a definição dos critérios e termos para a certificação de entidades formadoras, sejam elas nacionais ou estrangeiras.

Assim, dos requisitos acima referidos, a exigência para a actuação de mediadores e conciliadores em determinado âmbito, independentemente das experiências ou capacitação que tenham resultado de agregações obtidas em conferências, palestras, treinamentos, estudos autónomos, etc., parece-nos uma limitação contraproducente do que se espera relativamente ao fomento da realização da justiça pelos meios adequados, uma vez que o legislador exige a certificação não apenas dos cursos de formação, mas também das entidades formadoras, sejam elas quais forem, pelo que, nos termos da presente disposição, não bastará o mero reconhecimento de tais entidades (formadoras).

Consta-nos que os melhores esforços têm vindo a ser feitos pelo órgão de tutela da justiça para que, no mais curto espaço de tempo, esta realidade seja diferente. Neste ínterim, pensamos que os protocolos de cooperação com outras entidades formadoras reconhecidas no estrangeiro e com idoneidade para certificação internacional de mediadores e conciliadores como, por exemplo, o ICFML – Instituto de Certificação e Formação de Mediadores Lusófonos, podem constituir uma saída eficiente, porém, não exclusiva, pelo que deve ser estimulada a participação de instituições nacionais.

3. Considerando as finalidades da medição, a função do mediador é especial, pelo que nunca poderia estar isenta de responsabilidades. Podemos ressaltar dois níveis de responsabilidade do mediador – uma relativa às partes, e outra relativa ao centro em que se encontra filiado, por via de protocolos ou por fazer parte da lista de mediadores.

Em Angola, ainda não há uma Associação de mediadores e/ ou árbitros, pelo que, à partida, fica afastada a sanção possível de aplicar pela associação, que muitas vezes pode ter como efeito a inibição da realização da actividade, por descrédito do mediador, constituindo este um terceiro nível de responsabilização.

ARTIGO 12.º

(Princípio da executoriedade)

1. **Tem força executiva, sem necessidade de homologação judicial, o acordo final de mediação que observe os seguintes requisitos:**
 - a) **Cujo objecto seja mediável, nos termos do artigo 3.º da presente Lei;**
 - b) **Obtido através de mediação realizada nos termos legalmente previstos;**

- c) Em que as partes tenham capacidade e legitimidade para a sua celebração;**
 - d) Cujo conteúdo não viole a lei, a ordem pública e os bons costumes;**
 - e) Em que tenha participado mediador inscrito na lista de mediadores de conflitos organizada pelo Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios.**
- 2. O disposto na alínea e) do número anterior não é aplicável às mediações realizadas nos centros públicos de mediação no âmbito do Organismo da Administração Pública responsável pela resolução Extrajudicial de Litígios.**
 - 3. As qualificações e demais requisitos de inscrição na lista referida na alínea e) do n.º 1, bem como o Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios e com competência para a organização da lista e a forma de acesso e divulgação da mesma, são definidos por regulamento.**
1. Relativamente ao requisito da alínea e), como dispõe a norma, não gera nulidade, uma vez que as causas de nulidade se encontram especialmente previstas nos termos do artigo 28.º da presente lei. Por conseguinte, o efeito que dela decorre é a inaptidão para a execução do acordo, ou seja, o mesmo valerá tão-somente e nos seus termos, como um título declarativo.
 2. Em abono da verdade, a presente Lei traz-nos uma nova categoria de título executivo, que se junta às demais previstas no CPC e legislação avulsa, como a lei das instituições financeiras. Também deixa evidenciada a importância do mediador e a confiança que nele é depositada pelo sistema jurídico, pelo que se justifica a atenção e seriedade que devemos dispensar a esta forma de resolução de conflitos.

Dentre os requisitos exigidos para que o acordo final de mediação tenha força executiva, importa destacar:

- a) O objecto da mediação, para além de tratar de direitos disponíveis de natureza patrimonial ou não, nos termos do artigo 3.º determina a mediabilidade objectiva dos conflitos;
- b) Não deve, igualmente, ser lesivo à lei, à ordem pública, aos bons costumes, aos acordos sobre os mesmos, assim como à questão material controvertida – artigo 8.º;
- c) Em via de regra, o mediador que participe numa mediação deve necessariamente estar inscrito na lista de mediadores de conflitos da Direcção Nacional de Resolução Extrajudicial de Litígios do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e não no CREL, como é comum dizer-se, visto que este último é apenas um centro integrado, e não um órgão juridicamente competente para a inscrição dos mediadores habilitados para os efeitos previstos neste artigo.

Ao considerar como título executivo as actas, nos termos da presente disposição, o legislador procura incentivar o uso deste mecanismo de resolução, bem como a realização de formações pelas entidades formadoras credenciadas e a procura pelos formandos, diante da vantagem que o procedimento realizado tem quanto à economia de actos, tempo e dinheiro que seriam necessários, caso se pretendesse a obtenção de uma sentença condenatória em processo declarativo ordinário.

Contudo, é de referir que esta não é a única forma que as partes ou interessados têm para que a acta tenha valor probatório pleno, pelo que se poderá sempre lançar mão dos serviços notariais para os devidos efeitos, nos termos da lei aplicável ou, ainda, se feita a homologação por via arbitral.

3. Outrossim, o nosso sistema de justiça ainda não está preparado¹⁹ para dar as respostas atempadas que se esperam, nos termos da CRA, considerando os princípios do justo processo legal e da tutela jurisdicional efectiva. No rigor, de nada serviria à parte vencedora a obtenção de tal acordo e título executivo quando, na prática, os processos – sejam eles declarativos, executivos (mesmo com título executivo sentença) ou providências –, demoram, em média, mais de três anos para conhecerem uma decisão final sobre o seu mérito.
4. A presente lei excepciona a condição de inscrição na lista da DNREL aos mediadores que intervenham nos centros públicos²⁰ e sobre a responsabilidade da Direcção por esta tutelada, no âmbito da função administrativa e, no caso concreto, pensamos que esta excepção deve ser aplicável apenas às mediações feitas nos CREL, ou seja, na única unidade até então existente ou nas que futuramente pretendam implementar.

É de notar que a excepção apresentada pela lei não é subjectiva e reservada aos mediadores inscritos na lista do CREL, mas sim a todas as medições realizadas naquele centro, mesmo que, para tanto, tenha sido chamado a intervir um mediador da confiança das partes, mas que não esteja inscrito na lista daquele centro. Nesta perspectiva, podemos dizer que ela é objectiva, por atender não à pessoa do técnico, em concreto, mas ao lugar da realização do procedimento e às regras a ele aplicáveis.

5. Posto isto, ainda se poderá questionar se as mediações recebidas pelo CREL mas realizadas com base em procedimentos *ad hoc* ou de outras instituições ou ainda de mediadores ou conciliadores

¹⁹ Pelo facto de reclamar a concretização de medidas, muitas delas já em curso, visando uma profunda reforma tanto na justiça como nos tribunais, com a aplicação de regras processuais mais simplificadas e eficazes como, também, uma melhor aposta na formação dos técnicos a todos os níveis, de modo a torná-lo mais célere.

²⁰ Para além dos centros de resolução de conflitos autorizados administrativamente existem também entidades ou organismos cuja lei determina directamente competência para a realização de mediações, como é, por exemplo, o caso da IGT.

Em nossa opinião, o alcance da norma não abrange tais entidades, uma vez que não são verdadeiros centros de resolução de conflitos constituídos nos termos da lei aplicável, pelo que as suas mediações carecem de homologação judicial ou arbitral para que possam ter a força de título executivo.

privados, estariam também abrangidas pela execução apresentada nos termos do n.º 2 do presente artigo.

Consideramos que não, uma vez que, na verdade, o que o legislador pretende acautelar é a aplicação de regulamentos dos centros públicos em questão e a sujeição aos instrumentos de controlo destas regras deontológicas, do dever de revelação, dos critérios para escolha do mediador, das implicações financeiras com o procedimento, entre outros, de modo a permitir e garantir que as partes possam ter, nos termos da lei, um acordo tecnicamente habilitado para a execução judicial, se necessário for.

6. Reputamos este tema bastante importante, visto que o mesmo sugere que a mediação, em entidades públicas, deve ser feita em centros especializados, de modo a permitir a aplicação dos princípios e a regras subjacentes e garantir a isenção dos mediadores, bem como a intervenção do departamento ministerial competente, em caso de necessidade de fiscalização dos procedimentos deste.

Outrossim, o tema ganha relevância ainda na questão da executoriedade das soluções encontradas, ou seja, dos acordos, porquanto estes devem ser feitos por mediadores.

A LGT dispõe que as mediações em sede de conflitos de trabalho podem ser feitas pelas entidades legalmente permitidas, e confere à IGT a competência de realizar mediações a requerimento dos interessados. Em nosso entender, tais mediações não devem ser feitas pelos Inspectores do Trabalho, considerando que os mesmos, no âmbito da sua função e também quando são chamados a mediar conflitos, fazem-no tendencialmente sem a imparcialidade, independência e responsabilidade necessária, a julgar pela função fiscalizadora e, muitas vezes, inquinada para um dos lados. E não são poucas as vezes em que acabam por agir em benefício dos trabalhadores, o que facilmente, aliás, podemos concluir a julgar pelo procedimento de mediação adoptado e a posição dos funcionários chamados a mediar os conflitos. Mais ainda, não sendo a IGT um órgão com vocação para o efeito, julgamos que a

competência atribuída pela LGT apenas isenta os procedimentos administrativos para a legalização do centro, e não a necessidade de ser criado um centro de mediação, pelo que consideramos estar em falta e a agir contra a lei. De facto, pensamos que os resultados de tal procedimento contribuem para a descredibilização da mediação, em concreto, da mediação feita pelos órgãos públicos.

Afastamos a ideia de realização das mediações por departamentos ou direcções afectas ao MAPTESS, porquanto não estariam sujeitas à mesma fiscalização por parte da Direcção do MJDH, nem se podiam acautelar a eficiência do funcionamento destes serviços, que não são administrativos, mais sim de justiça.

Por fim, considerando o desejável fomento da prática da mediação e da conciliação extrajudicial e visando a maior busca por estes mecanismos, na sua forma extrajudicial, seria de todo desejável que, a Direcção Nacional para a Resolução Extrajudicial de Conflitos do MJDH, definisse os termos para viabilizar a candidatura de mediadores e conciliadores para a lista referida no n.º 3 do presente artigo, pois esta limitação, quer na definição de critérios, quer na sua divulgação ampla, constitui um dos principais entraves por um lado, para a busca da mediação como solução para a resolução de conflitos e, por outro, para o não acréscimo de profissionais que se dedicassem com exclusividade á mediação e a conciliação, este último ligado a falta de entidades formadoras certificadas.

Artigo 13.º

(Outros princípios)

A mediação rege-se também pelos princípios do respeito, da equidade, da boa-fé, da cooperação, da autonomia da vontade, da celeridade, da informalidade, oralidade e da autocomposição, no sentido comum que lhes é dado pelo direito.

- I. Os diferentes princípios que regem a mediação e, por analogia, a conciliação, são conformados segundo o sentido comum atribuído nos termos gerais do direito. Contudo, importa aqui contextualizá-los em sede de mediação, atendendo às características próprias desta. Nestes termos:
 1. **Princípio do Respeito** – em mediação, pode ser desdobrável em duas perspectivas: *a)* impõe limite não só à negociação das partes, estabelecendo que, apesar das mesmas terem o poder de decidir sobre as suas próprias vidas, devem respeitar a sua dignidade e o direito de terceiros; *b)* impõe o dever de se velar para que o eventual acordo alcançado entre as partes, não viole a ordem pública, nem contrarie a legislação vigente. Tal imposição trata-se de um controlo da legalidade, nos termos já referidos no ponto 4 do artigo 8.º.
 2. **Princípio da Equidade** – estabelece que os acordos alcançados entre as partes e as resoluções daí decorrentes, devem resultar de soluções de equidade (igualdade, rectidão, integridade, probidade, justiça, etc.), mais adequadas aos termos do litígio.
 3. **Princípio da Boa-fé** – tem por base a obrigação de agir e/ ou de se comportar com lealdade, seriedade, probidade e segundo padrões de integridade, de modo que o conflito seja resolvido da melhor forma possível, sem procrastinar a efectiva resolução do caso.
 4. **Princípio da Cooperação** – também conhecido, em outras lides, como princípio da não competitividade, determina que em mediação não há vencidos nem vencedores, certos nem errados nem partes antagónicas, pois o interesse que se busca é harmonizar as partes para que haja uma solução exequível e susceptível de dirimir o conflito.

A este respeito, afirmam os autores Adonias da Silva e Carla Araújo na obra *Mediação Como Instrumento Para A Justiça da Paz*, que “(...) as partes não se definem como ‘autor’ e ‘réu’, mas

como pessoas interessadas em resolver de forma cooperativa, pacífica e amigável o conflito”. Assim sendo, a cooperação é a via utilizada pelos mediados, com vista a encontrar a melhor conclusão para que o objectivo da mediação seja alcançado.

5. **Princípio da Autonomia da vontade** – como foi supradito no ponto 4 do artigo 2.º, resulta do poder que as partes têm de agir sem interferência naquilo que é de sua vontade, tendo a liberdade de escolher se optam por participar de um acordo, por processo de mediação ou não e, em caso afirmativo, podendo retirar-se dele, a qualquer momento.

Por razões de política de justiça, de incentivo à via autocompositiva, procurando como efeito externo desanuviar o volume de demandas judiciais e prevenção de litígios, na busca da paz e da justiça social etc., facilmente se pode perceber que a realização da mediação ou conciliação pré-processual não constitui uma violação deste princípio fundamental.

6. **Princípio da Celeridade** – resulta da necessidade de solucionar com maior rapidez, brevidade, prontidão e/ ou agilidade a controvérsia existente, sendo que, para o efeito, um terceiro é chamado para facilitar o acordo – mediador –, que deve ser construído pelas partes envolvidas. A celeridade constitui uma das principais premissas da mediação, em alternativa à morosidade do sistema judicial, burocrático e formalista. Por força deste princípio, a mediação e a conciliação não se compatibilizam com procedimentos ou actuações dilatórias das partes, do mediador ou de actos conducentes à demora do início ou fim do processo, pelo que adiamentos, suspensões desnecessárias ou qualquer tipo de pendências devem ser absolutamente evitadas.
7. **Princípio da Informalidade do Processo** – concretiza-se no facto de não existirem procedimentos estanques ou que não possam ser moldados ou alterados, conforme a necessidade, natureza ou qualidade das partes ou ainda dos direitos em questão, no caso concreto.

Vilas-Bôas (2009) refere que a mediação se caracteriza pela ausência de uma estrutura previamente estabelecida e a inexistência de qualquer norma substantiva ou de procedimento, cabendo às partes decidir o caminho e como proceder. Efectivamente, a informalidade, não só beneficia os envolvidos, pois permite a interacção das partes, que acabam por se sentir abertas e tranquilas para expressar o que sentem, mas também faz da mediação uma maneira distinta de resolver os conflitos, sem barreiras formais, nem burocracias. O que não pressupõe que não devam existir regulamentos e premissas estanques nos procedimentos, tanto institucionais como *ad hoc*, reservada, sempre, na medida do necessário, uma flexibilização adaptável à realidade objectiva ou subjectiva reclamada pelo caso concerto.

8. **Princípio da Oralidade** – estabelece a necessidade de comunicação entre as partes, de forma tal que permita a compreensão entre as mesmas do que se diz e do que pretende cada uma delas. Para além disso, a oralidade tem como propósito garantir a celeridade do procedimento, valorar a informalidade e garantir a confidencialidade, na medida em que o que ficará escrito é muito pouco.
9. **Princípio da Autocomposição** – resultado do método primitivo de resolução de conflitos entre pessoas, onde mediante intervenção de terceiro (mediador), uma delas ou ambos, concebem uma solução que se ajuste os seus interesses. A autocomposição pode derivar de três formas (com referência aos direitos disponíveis):
 - a) Desistência: quando há renúncia à pretensão de realização do procedimento;
 - b) Submissão: quando a renúncia resulta da resistência oferecida à pretensão de uma das partes, e
 - c) Transacção: quando há concessões/ cedências recíprocas ou de uma das partes que favorecem a composição do conflito.

II. A melhor solução para o litígio é aquela encontrada pelas partes, sem que para tal sejam conduzidas de modo introvertido. O mediador e/ ou o conciliador devem deixar que as partes, na medida do possível e uma vez facilitado o diálogo, encontrem por si mesmas uma solução para os conflitos que as opõem e, por esta via, consigam conservar a relação que vinham mantendo antes do conflito, ou, pelo menos, possam deixar em aberto a possibilidade de relações futuras. Neste ínterim impõe-se que, na realização formal do acordo alcançado no processo de mediação, assim como da análise que exige o artigo 8.º da presente Lei, sejam tidos em consideração todos os princípios especiais aplicáveis, de modo a aferir, de forma objectiva, se a solução é ou não desfavorável/prejudicial a qualquer parte.

III. Sendo um dos princípios estruturantes da mediação e da conciliação, o *princípio da autonomia da vontade* encontra a sua realização na mediação e conciliação extrajudicial. Dependendo do contexto social e dos objectivos a atingir pelas instâncias de administração da justiça, no que respeita ao fomento da prática dos MARC, a celeridade processual, a eficácia e a maior eficiência dos serviços de justiça é que permitem a materialização do princípio constitucionalmente consagrado da tutela jurisdicional efectiva. Assim, na perspectiva do acesso ao direito e da realização concreta da justiça, julgamos que seria oportuno que, para algumas situações, pudessem ser estabelecidos critérios para o acesso ao judiciário, dentre os quais podemos aventar a obrigatoriedade de recurso à mediação e à conciliação, na fase pré-judicial ou mesmo na fase judicial.

Na mesma senda, menciona a professora Mariana França Gouveia²¹, a obrigatoriedade ou precedência da mediação ou da conciliação ao recurso aos tribunais judiciais ou arbitrais, desde que tal condição não precluda o acesso aos tribunais, sendo esta

21 GOUVEIA, Mariana França. Curso de Resolução Alternativa de Conflitos, pp. 66 e 67.

questão discutida de modo alargado na Alemanha, Itália e Estados Unidos da América, por diversos autores.

Tal posição suscita intensa cogitação, dado que no âmbito material ou no plano da execução prática do Direito²², o acesso imediato ao judiciário, ou seja, aos tribunais, não significa o acesso à decisão judicial ou à resolução da controvérsia, sendo que, na maior parte das vezes, ela representa apenas e somente a interposição da acção, seguindo-se um longo e difícil caminho até à prolação da sentença, em média mais de três anos para os processos menos complexos.

Mais ainda: na tramitação do processo, diversas situações podem obstar a decisão, como custas judiciais, encargos individuais das partes com o processo²³, prejuízos resultantes da demora, incidentes, recursos, execução de sentença, etc. Dito de modo mais explícito, quando realizada com qualidade e consumado o acordo, a mediação vale mais do que um processo judicial, visto que, em geral, a transacção é a realização voluntária, sem necessidade de qualquer meio de coerção nem sucessivos processos dentro ou fora da instância em que teve lugar, *ab initio*. Por isso entendemos que não há ninguém melhor do que as partes para definir o seu próprio destino ou a solução para os seus problemas, sendo que quer com o encaminhamento das partes, quer com a remessa do processo para mediação como recurso voluntário das partes, mesmo que não seja alcançado um acordo posteriormente, é sempre judicioso e valerá sempre a pena, por permitir a criação de condições para o diálogo e diluição do verdadeiro conflito, por via da destruição da primeira grande barreira que é a falta de comunicação entre as partes litigantes. Embora e presente lei regule especificamente a realização dos procedimentos de mediação e conciliação *online*,

22 Na nossa realidade jurídica e judiciária existem doutrinas, embora em pouca dimensão, que dissertaram a este respeito, bem como diversas decisões judiciais, tanto em matéria de contencioso administrativo como de contencioso laboral.

23 Deslocações ao Tribunal e/ ou para o Escritório de Advogados, o reconhecimento de documentos, o acesso aos meios de comunicação, etc.

não afasta a possibilidade da sua realização. Somos de opinião que se poderá sempre realizar o procedimento no todo ou em parte, na ausência de uma norma legal concreta que disponha de modo claro e objectivo sobre tal possibilidade, o que não impede os centros privados que a regulação da matéria seja feita nos termos dos seus regulamentos ou resulte de convenção das partes, antes ou depois da existência do conflito. De qualquer modo, considerando os princípios da autonomia de vontade, da informalidade, da voluntariedade e da boa-fé, nada obsta que se possa aplicar a LMCC e, conseqüentemente, os princípios nela presentes, nas mediações realizadas pela IGT e pelo CREL, apesar dos seus procedimentos serem estabelecidos por lei e não esta não dispor em sentido contrário, de modo especial.

- IV. A independência do mediador deve ser garantida às partes, exercício mais complexo, porém, igualmente mais seguro, se consideramos que, tratando-se de mediação institucional, esta fica adstrita a uma série de preceitos legais, muito deles imperativos.

Quanto à imparcialidade, por ser mais intrínseca ao mediador e não à instituição à qual ele se encontra vinculado, depende da actuação concertada deste em face dos factos que são apresentados, a sua percepção e juízos valorativos que possa fazer sobre os mesmos. Na verdade, o mediador tem sempre uma percepção subjectiva dos casos que lhe são apresentados, porém, e neste quesito mais do que um juiz, ele não deve emitir opinião nem deixar que, mesmo por linguagem não verbal, transpareça às partes o sentido da sua percepção. A tese da parcialidade múltipla tem sido desenvolvida pela doutrina, como forma de defender a actuação do mediador quando este apresenta uma percepção, aceitando, de forma igual, porém, as teses ou posições de ambas as partes, deixando sempre que sejam elas a chegar a acordo, contribuindo para o posicionamento parcial híbrido e para o equilíbrio da posição das partes durante o procedimento.

Esta ideia, que consideramos realista, atende com maior incidência ao conceito de neutralidade do mediador, visto que a parcialidade múltipla não o torna absolutamente isento ou imparcial. Deve ser doseada de forma a que não ponha em causa a confiança dos intervenientes quer no procedimento de mediação quer no mediador, visto que tal facto, no mais das vezes, tem sido motivo bastante para que se ponha em causa a eficiência e eficácia deste instituto jurídico de solução autocompositiva de conflitos.

CAPÍTULO III
Procedimento de Mediação

SECÇÃO I
Convenção de Mediação Civil e Comercial

ARTIGO 14.º
(Espécies de convenção de mediação)

1. **A convenção de mediação pode ser de duas espécies:**
 - a) **Cláusula de mediação;**
 - b) **Compromisso de mediação.**
2. **As partes podem, na convenção de mediação, estender o respectivo objecto a outras questões relacionadas com o litígio, conferindo ao mediador de conflitos os poderes de precisar, completar, actualizar e rever os contratos ou as relações jurídicas que determinaram a convenção de mediação.**

- a) Conforme definido no artigo 2.º da presente Lei, a convenção de mediação pode ter uma de duas formas, desde que, obviamente, se respeitem os requisitos pré-estabelecidos no artigo seguinte – art.º 15.º.

Porém, não fica afastada em absoluto a possibilidade de se recorrer a esta via de resolução de conflitos, por força da lei, independentemente de convenção – como é o caso dos conflitos laborais.

- b) Sem prejuízo da possibilidade de uso do procedimento de mediação num momento de impasse das partes, durante a negociação ou interpretação de um determinado contrato, face ao tipo de intervenção que se espera de um mediador facilitador, pensamos não ter sido desajustada a opção do nosso

legislador de permitir a extensão dos poderes do mediador para a apreciação de outras questões relacionadas com a definição da matéria do conflito, pois como ocorre na arbitragem e nos tribunais judiciais, é necessário delimitar o objecto da mediação. Se, por qualquer razão, as partes não o façam da melhor maneira, é necessário que seja o mediador a fazê-lo – ou, nos casos das mediações e conciliações institucionais, a secretaria administrativa ou secretariado técnico para a área de processos – e seja preliminarmente analisada a matéria a ser tratada, quer para a aferição da sua mediabilidade, nos termos do artigo 3.º e do n.º 2 do artigo 16.º, quer para a delimitação do seu âmbito, o que, no limite, poderá ser feito com o auxílio do mediador, na sessão de pré-mediação.

No entanto, é prudente que se atenda que a terminologia “(...) outras questões relacionadas” pode, na prática, levar a equívocos muitas vezes graves para as partes, mormente nos casos das conciliações, podendo dar lugar a abusos e fomentar a falta de confiança no mediador e a falta de credibilidade nos procedimentos.

ARTIGO 15.º

(Requisitos da convenção de mediação)

- 1. A convenção de mediação reveste a forma escrita, sem prejuízo de lei especial exigir outra forma.**
- 2. Considera-se satisfeita a exigência do número anterior quando a convenção conste de documento escrito assinado pelas partes ou em qualquer exemplar de correspondência trocada entre elas de que reste prova por escrito, nomeadamente, troca de cartas, telegrama, telefax, correio electrónico ou outros meios de telecomunicação de que fique prova escrita.**
- 3. Sempre que as partes vão à mediação sem uma convenção de mediação celebrada nos termos dos números anteriores, pode o mediador orientar as partes, se estas consentirem, a elaborar de uma conforme a presente Lei.**

1. É sabido que a forma escrita corresponde, em regra, à única de que se reveste a convenção de mediação ou conciliação para apresentação do consentimento das partes, tanto em sede de cláusula de mediação, como de compromisso de mediação, podendo ainda, nos casos determinados por lei especial, serem exigidas outras formas. O compromisso de mediação é o único que pode ser firmado ou celebrado após a existência do conflito e, em regra, num documento à parte, sem prejuízo das partes fazerem o mesmo numa adenda ao contrato, o que reconhecemos não ser usual. Contudo, o mediador apenas pode recomendar ou levar as partes a adotarem um compromisso de mediação e não uma cláusula de mediação, considerando o momento em que a situação se coloca, ou seja, durante o procedimento de mediação, pelo que a convenção de mediação deve ser aqui aferida unicamente, no seu sentido técnico de compromisso de mediação, nos termos da alínea d) do artigo 2.º. Com efeito a interpretação do n.º 3 da presente norma deve ser restritiva ou, quando muito, ser alterado o seu conteúdo, de modo a estar mais consentâneo com a verdade e evitar equívocos, uma vez que a lei deve ser a primeira a cuidar desta questão hermenêutica interpretativa. Todavia, sem prejuízo do que apresentamos a montante, existem correntes que defendem que a intervenção do mediador pode ser feita no momento da constituição de uma relação ou por qualquer contingência na sua execução que possa, futuramente, levar a conflitos de interpretação. Numa hipótese como esta, nada afasta a possibilidade de as partes serem levadas a celebrar um compromisso de mediação ou conciliação, como forma de resolução de problemas futuros, facilitando a escolha das partes no modo como melhor devem resolver os seus diferendos. Porém, não nos parece ter sido este o sentido da norma.
2. O n.º 2 do presente artigo representa uma tendência legislativa, à semelhança das opções feitas na LAV, para a aceitação de outras formas de manifestação da declaração de vontade e celebração da convenção de mediação ou conciliação. Tal facto permite que, pelo menos na fase inicial do procedimento, salvo consagração

legal em contrário prevista em lei especial, possa o acordo ocorrer mediante o uso de outros meios de comunicação, mormente por via electrónica, desde que esteja escrito. Todavia, somos de opinião que, por aplicação do princípio da informalidade, não apenas as declarações de intenção, mas também a realização do procedimento no geral, podem ser apresentadas usando a via digital. Certamente esta interpretação não é pacífica, embora a sua utilidade seja inequívoca, principalmente num contexto de limitação do direito de circulação, impossibilidade objectiva intrínseca às partes, provocada, por exemplo, numa situação de Estado de Emergência, ou ainda em razão de economia financeira.

ARTIGO 16.º

(Nulidade da convenção de mediação)

- 1. A convenção de mediação é nula quando:**
 - a) Não revestir a forma prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15.º;**
 - b) For celebrada em violação do disposto no n.º 1 do artigo 46.º ou n.º 2 do artigo 53.º**
 - c) For celebrada em violação às normas legais imperativas;**
 - d) A cláusula de mediação não especificar os factos jurídicos de que deva emergir a relação litigiosa;**
 - e) O compromisso de mediação não determinar o objecto do litígio e não for possível proceder, de outro modo, a sua determinação.**
- 2. A acção de nulidade da convenção de mediação deve ser intentada junto do tribunal competente.**
 1. De modo a prevenir situações que se prendem com a necessidade de garantia de certeza e segurança jurídica, à semelhança do que o legislador optou para o caso das convenções de arbitragem,

estabelece a presente norma que as convenções de mediação devem obedecer à forma escrita, nos termos estabelecidos no artigo 15.º, sem quaisquer formalidades especiais. Os artigos 46.º e 53.º estabelecem limitações relativamente ao objecto da mediação, em matéria de direito de família e direito penal, respectivamente. No entanto, como consta nas notas feitas nestes artigos, a previsão nelas contidas são de certo modo abstratas, e deixam um campo muito vasto para interpretações dúbias, dado que as matérias elencadas no artigo 46.º, como é o caso do divórcio, por exemplo, abrangem questões como a residência familiar, guarda de menores, prestação de alimentos, declaração e/ ou partilha dos bens comuns, determinação da natureza desses bens, etc. Muitas destas questões têm um regime processual próprio e estão abrangidas por normas de natureza imperativa versando sobre direitos indisponíveis, pelo que, à partida e nos termos do artigo 3.º, estarão objectivamente afastadas do âmbito da mediação e da conciliação. Considerando que no decurso da execução da relação jurídica, seja de natureza laboral, familiar, penal, cível ou comercial, diversos e incalculáveis factos podem ter lugar, e deles resultar a necessidade de serem levados a conciliação ou mediação, mas considerando também a dificuldade em serem especificamente previstos os factos sobre os quais poderão surgir controvérsias, e, não menos importante, a possibilidade de surgirem questões colaterais ou prévias à matéria essencial, muito dificilmente se poderá, sem margens para dúvidas, por via de uma cláusula de mediação, definir o seu âmbito, o que não se poderá dizer, pelo menos com a mesma incidência, do compromisso de mediação, pelo facto deste ser posterior ao litígio. Diante de tal impasse, a solução seria eventualmente prever que o compromisso especifica os factos, e a cláusula, o objecto da mediação. Ela pode ser determinada durante a realização do procedimento, sendo que, no caso dos factos não serem objectivamente mediáveis, não se poderá realizar, ainda que as partes assim pretendam ou o regulamento do centro ou mediador particular o permitam, o que

justificará a aplicação da medida de nulidade, quer do acto, quer de tudo quanto for nele desenvolvido.

2. A anulação deve ser determinada pelo tribunal territorial, hierárquico e materialmente competente para o efeito, sendo o Tribunal de Comarca, nos casos em que as partes não tenham acordado a via arbitral, visto que a lei não determina a exclusividade dos tribunais judiciais, para a aferição da questão da nulidade da convenção de mediação, pelo que fica ao critério da autonomia da vontade das partes e da aferição objectiva da arbitrabilidade da questão, que pensamos ser inquestionável.

ARTIGO 17.º

(Caducidade da convenção de mediação)

1. **No que respeita ao litígio submetido à mediação e conciliação, o compromisso e a cláusula de mediação deixam de produzir efeito, quando:**
 - a) **O mediador falecer, se escusar, ficar permanentemente impossibilitado ou a sua designação ficar sem efeito e, em qualquer destes casos, não for substituído;**
 - b) **Não seja possível obter-se um acordo entre as partes;**
 - c) **O acordo não for obtido dentro dos prazos definidos.**
2. **Salvo estipulação em contrário, a convenção de mediação não caduca e o procedimento da mediação não se extingue com a morte de qualquer das partes ou, sendo uma pessoa colectiva, com a sua extinção.**

1. Sendo um dos valores negativos dos negócios jurídicos, a caducidade conceitualmente é caracterizada como sendo, “(...) a extinção não retroactiva de efeitos jurídicos em virtude da verificação de um facto jurídico *stricto sensu*, isto é, independentemente de qualquer manifestação de vontade”. Tem o seu regime legal, previsto no

artigo 328.º do CC, sendo por lei admitida a possibilidade de criação de factos distintos dos previstos na lei, por via de convenção das partes em matéria de direitos disponíveis. A interpretação que fazemos quanto a alínea a) deste artigo, é a de que, ela nos apresenta como causa para a caducidade, a existência cumulativa de dois requisitos, sendo o primeiro a morte, escusa (subjectiva), impossibilidade por razões objectivas decorrente de causa a si imputável ou a terceiro, ou ficar sem efeito a sua designação, devendo esta exigência, concorrer com a não verificação do segmento da falta de substituição do mesmo. No que respeita ao tempo necessário para o efeito, somos de opinião de que, nos casos em que nada tenha sido previsto por regulamento ou convenção das partes, a possibilidade da caducidade é determinada considerando a natureza do facto que originou a impossibilidade e o seu carácter definitivo ou temporário, sendo que, em qualquer das situações, se deve atender ao prazo razoável para o efeito, não superior a 20 dias. Nos casos em que, pela mesma razão, não tenha havido acordo entre as partes no prazo determinado para a realização do procedimento, nos termos das alíneas b) e c) também terá lugar a caducidade da mediação ou seja da convenção.

2. A vigência da convenção de mediação deve prevalecer, ainda que ocorra a morte de uma das partes, porquanto esta poderá sempre ser substituída por outra pessoa e, assim, salvaguardar a intenção do *de cujus*, que era a de seguir pelo caminho da mediação. Julgamos que aqui, dentre outras razões ponderáveis o legislador tencionou fazer respeitar a vontade da parte falecida ou do representante da mesma. No caso de pessoas colectivas, por serem apenas massas de bens e entes abstractos, a lei chama a figura da desconsideração da personalidade jurídica colectiva, de modos a permitir que seja ainda assim dirimido o conflito.

SECÇÃO II

Procedimento de mediação

ARTIGO 18.º

(Início do processo da mediação)

- 1. O início do processo de mediação ocorre quando a parte ou as partes interessadas solicitam o agendamento da sessão de pré-mediação, com carácter informativo, não oneroso e sem compromisso, em sede da qual o mediador de conflitos explica o funcionamento da mediação e as regras do procedimento, sem prejuízo do respeito do princípio da autonomia da vontade.**
- 2. O início do procedimento da mediação pode ainda ser solicitado pela Inspeção Geral do Trabalho, pelo Tribunal²⁴, pelo Ministério Público ou pela Conservatória do Registo Civil e outras Instituições Essenciais à justiça nos termos da Constituição.**
- 3. O procedimento prossegue se o Centro de Mediação decidir considerar útil e apropriado o caso e se as partes acordarem mediante uma convenção de mediação assinada pelas partes e pelo mediador.**
- 4. Nos casos em que o mediador perceba que a matéria de conflito é insanável²⁵, pode registar o acto e recomendar**

²⁴ Considerando o compromisso dos tribunais, mormente dos Magistrados Judiciais e do Ministério Público com a realização da justiça e do direito, no caso particular os magistrados da jurisdição laboral, mais do que privilegiar a conciliação realizada nos termos do artigo 508.º do CPC, deve ser tida em consideração a importância da mediação e da conciliação. Nos casos em que a parte requerente pede a tutela judicial não observando a obrigatoriedade do recurso a mediação ou conciliação pré-judicial, ou quando o réu contesta destes termos sustentando, com efeito, o pedido de absolvição da instância, estando em tempo e considerando as normas aplicáveis em matéria de prescrição e caducidade do direito a demandar ou da tutela dos interesse judicialmente peticionados, deve o Tribunal abster-se de proferir despachos de indeferimento liminar ou de absolvição por falta de pressupostos essenciais. Pensamos que, de direito a constituir, deverão antes e nos termos da presente lei, ser remetidas as partes à mediação ou conciliação.

²⁵ Em que termos pode ser aferida esta qualificação? Pensamos ter havido uma força de expressão da parte do legislador ou, quando muito, o uso do adjectivo incorrectamente, uma vez que a falta de acordo não determina que seja insanável o conflito.

que as partes recorram ao procedimento da arbitragem ou a acção judicial.

- 5. Havendo consenso de se prosseguir o procedimento da mediação, da redacção das conclusões finais da convenção da mediação deve constar o seguinte²⁶:**
- a) A identificação das partes;**
 - b) A identificação e domicílio profissional do mediador e, se for o caso, da entidade gestora do Centro de Mediação;**
 - c) A declaração das partes e do mediador, em respeito ao princípio da confidencialidade;**
 - d) A descrição sumária do litígio e do seu respectivo objecto;**
 - e) As regras do procedimento da mediação acordadas entre as partes e o mediador;**
 - f) O calendário do procedimento de mediação e a definição do prazo máximo de duração, ainda que passíveis de alterações futuras;**
 - g) A definição dos honorários do mediador ou taxa aplicável, no caso das mediações realizadas nos centros públicos²⁷;**
 - h) A declaração de consentimento das partes;**
 - i) A data.**

²⁶ A lei consagra o momento da assinatura do protocolo de mediação ou acta de instalação, como sendo aquele em que as partes definem, em concreto, os procedimentos a seguir, dado que o mediador, em função da maior ou menor complexidade do processo, deve sempre aproveitar para levar as partes a optar pelos actos julgados mais adequados no que respeita ao número de sessões, modo de realização (conjunta ou em separado), análise de documentos ou necessidade de intervenção técnica de terceiro indicado por ambas, por cada uma delas ou mesmo a critério do mediador ou do centro de mediação onde a mesma esteja a decorrer.

²⁷ Actualmente são aplicáveis as taxas aprovadas pelo Decreto Executivo Conjunto n.º 259/16 de 17 de Junho.

1. Considerando o seu carácter voluntário, o procedimento de mediação não tem início sem que as partes promovam directamente neste sentido, por via de contacto com o centro de mediação ou de um mediador particular, sendo que, de modo indirecto, a mediação também pode ocorrer por solicitação de uma instituição competente agindo, porém, sempre no interesse da parte ou das partes. Ao estabelecer que o primeiro passo é a pré-mediação, a lei torna obrigatório que qualquer procedimento seja antecedido de uma primeira sessão, na qual a parte solicitante será informada de todas as condições e modos de funcionamento da mediação, seja ela institucional ou não. Este momento é bastante importante, pois para além de servir de acolhimento inicial visa igualmente emponderar as partes e a credibilidade do procedimento. Em algumas realidades jurídicas é colocada a questão de se saber se o mediador toma conhecimento do conflito e dos seus fundamentos, antes ou depois da sessão de mediação propriamente dita, e se deve ser criado um momento específico para o efeito. O nosso legislador optou por uma pré-mediação, antes de dar efectivamente início às sessões de mediação. Ora, sendo o nosso modelo de mediação facilitadora, questiona-se qual seria o efeito útil de tal sessão, e se não perderíamos tempo com uma diligência que poderia ser feita ao longo do procedimento, uma vez que ao mediador não caberá apresentar sugestões, logo, não terá necessidade importante de estudo do processo. Este caminho, no entanto, pode não ser de eficiente aplicação, nos casos de mediações de processos complicados, quer em razão da matéria, quer pela extensão do conflito, o que necessariamente reclama um estudo do caso, de modo a ser suficientemente eficiente, pelo que o conhecimento anterior dos meandros do processo, no mínimo, e quer seja uma regra, se afigura indispensável para o sucesso da intervenção do facilitador. Embora o modo de condução da pré-mediação dependa muito do estilo e modo de actuar de cada mediador ou centro, não advogamos pela preterição desta importante etapa do procedimento. Somos, sim, de opinião que a sua realização,

dependendo da maior ou menor complexidade do processo, poderá ser feita no tempo julgado mais ajustável, considerando a celeridade, flexibilidade e informalidade que a questão reclamar. O que nunca deve acontecer é as partes partirem para a mediação sem estarem suficientemente esclarecidas e sem estarem definidos os aspectos fundamentais do processo. O legislador vai mais longe, ao estabelecer que este acto deve ser praticado pelo mediador, de modo gratuito e sem qualquer compromisso no que respeita à adjudicação dos encargos. Dispõe ainda que tais situações não prejudicam ou obstam a autonomia da vontade e, por tal facto, coloca-se a questão de saber se o legislador pretendia com isso afastar os critérios apresentados na parte inicial do supracitado artigo, ou seja, a obrigação da pré-mediação ser feita pelo mediador, de modo elucidativo, gratuito e com carácter obrigatório para as partes, neste primeiro momento. Em geral, os centros com mediadores particulares organizados dispõem de serviços administrativos, a cujos secretários (especializados ou devidamente treinados) compete proceder ao primeiro contacto com os interessados e prestar todas as informações relativamente ao modo de processamento da mediação, honorários, despesas e outros. Por conseguinte, ao definir que a pré-mediação seja feita pelos mediadores, a lei muito provavelmente não se referia aos procedimentos administrativos de solicitação da mediação, registo e convite a contraparte. Então, fica aqui igualmente a questão: estes procedimentos preliminares e que acarretam despesas para o centro e/ ou para o mediador, devem ou não ser integrados no âmbito da intervenção gratuita? Pensamos que não, pois de outro modo condicionaria o funcionamento das instituições/ centros, ou estaríamos a partir de um princípio segundo o qual essas instituições estariam em condições de arcar com as despesas, pelo que, nos casos em que tal não fosse verdade, estaríamos a colocar em causa as convenções de mediação, levando-as a caducidade por impossibilidade objectiva. Pensamos não ser este o caminho nem o sentido que deve ser dado a esta norma, o que não afasta

a dúvida por ela mesma criada quanto à autonomia da vontade, se significa a liberdade de veiculação do solicitante ao mediador, obrigação de avançar com o procedimento sob pena de caducidade ou a faculdade do mediador prestar o seu trabalho de modo directo e gratuito ou (indirecto e oneroso). A nossa conclusão não pode ser senão a de sugerir a alteração do conteúdo desta norma, uma vez que não se consegue saber ao certo se o legislador quer estabelecer sobre a matéria uma regra legal de procedimentos e condições de execução do processo de mediação, ou se pretende deixar ao arbítrio das partes. Sem prejuízo de melhor interpretação, não sendo integradas no texto da norma palavras tradicionais como *deve, somente, unicamente, etc.*”, parece-nos que, no seu todo, as partes podem afastar e definir os termos da realização da pré-mediação e dos serviços administrativos iniciais ou preliminares, (no que respeita ao sujeito que a deve realizar) seja ela uma mediação feita em centros especializados ou por um mediador privado.

Em suma, a nossa opinião é a de que a pré-mediação possa ser feita por um técnico dotado de conhecimentos e capacidade para o efeito, seja ele mediador formado ou não, considerando que a finalidade da pré-mediação é apenas informativa. Nada obsta a que possa ser feita pelo mediador escolhido ou designado para o conflito, porém, apresentar esta via como única, em face do número reduzido de mediadores disponíveis e formados, por uma gestão de gestão de tempo e igualmente financeira pode mostrar-se, no final, impraticável ou inviável. Da mesma forma, pelo facto de ao mediador do conflito e nos momentos que antecedem a realização da sessão de mediação, isto é, na fase de acolhimento, incumbir, segundo as boas práticas, certificar-se de que as partes se encontram devidamente esclarecidas sobre os aspectos formais e procedimentais anteriormente vistos durante a pré-mediação.

2. Outrossim, para além das entidades apontadas expressamente na norma supra, ao remeter para a Constituição da República, esta menção deve ser extensiva a instituições como a OAA, Provedoria de Justiça, Julgados de Paz e Defesa Pública, porquanto estão

todas previstas no Capítulo IV, da Secção IV da CRA. Em nosso entendimento, esta previsão normativa quer fazer constar que estes órgãos, mesmo não sendo partes, podem requerer ou solicitar aos mediadores públicos ou privados, sejam eles organizados em centros ou não, a realização de mediações que, não sendo partes, lhes tenham sido apresentadas no âmbito do desenvolvimento das suas tarefas, ou delas tenham tomado contacto, tendo as partes manifestado interesse neste sentido. Para os casos particulares dos Advogados, tratando-se de conflitos entre advogados ou nos casos em que um advogado pretenda patrocinar uma causa em que seja contraparte outro advogado, devem apresentar antes a questão, por via de requerimento, ao Conselho Provincial competente para que este, caso julgue necessário, possa, nos termos do EOAA, CEDOAA e dos procedimentos para mediação do Conselho, realizá-la, na pessoa do Presidente do Conselho ou por outro mediador por si designado, sendo a sua realização da competência da própria ordem e não de mediadores particulares ou de centros públicos ou privados. O facto da lei nos elencar as entidades que podem solicitar a mediação, que para nos é, sem dúvida, uma enunciação exemplificativa, faz levantar a questão de saber em que qualidade estariam tais entidades – se na condição de partes, nos conflitos ou se solicitariam a realização dos mesmos em nome de terceiros que, por razões diversas, tenham acorrido aos seus serviços. Embora nada obste a que tais instituições, enquanto partes, possam igualmente solicitar uma mediação para elas mesmas, excepcionando aquelas que, tal como os tribunais e serviços de justiça, careçam de personalidade jurídica e, por consequência, não possam estar numa demanda extrajudicial por si mesma, pensamos que o nosso legislador atendeu à questão noutra perspectiva, ou seja, aquela em que estas entidades remetem os expedientes ao interesse de terceiros.

3. Importa referir ainda que tal norma deve ser objecto de uma interpretação extensiva, fazendo com que seja aplicável também aos mediadores privados, e não apenas aos centros

institucionalizados, uma vez que estes, nos termos do disposto no artigo 1.º alíneas a) e b), são as instituições criadas formalmente pelos órgãos competentes do Ministério da Justiça. Inculcamos um pouco mais de rigor nos conceitos jurídicos, pois é demasiado vago qualificar uma mediação quando é útil ou apropriada, na perspectiva dos mediadores ou centros de mediação, sendo que esta situação pode ser usada como fundamento para a rejeição de realização de processos de mediação e, com efeito, limitar o acesso à justiça e ao direito às pessoas pelos meios alternativos. Assim sendo, desde que estejam objectivamente reunidos os requisitos mínimos necessários quanto ao objecto do conflito (ser mediável) e subjectivamente as partes estejam, de modo livre, a tratar a questão – assim como terem disponibilidade para custear as despesas ou encargos dos quais tenham sido previamente informadas –, pensamos que nada deve obstar à realização da mediação, devendo à Direcção de Resolução de Conflitos, em caso de recusa infundada, actuar como órgão fiscalizador. Para que um conflito seja exequível e/ ou passível de mediação, nos casos em que a lei não impõe (inconstitucionalmente) o recurso à mediação, ela somente será possível se as partes assim o convencionarem antes do conflito (cláusula), ou depois da existência deste (compromisso) à sua remessa a mediação. Nestes casos, indubitavelmente, a convenção é feita pelas partes e somente deve ser assinada por ambas, não obstante, querendo, o contrato no qual consta a cláusula ou o compromisso realizado seja registado no centro ou escritório encarregue da mediação. Em caso de acordo entre as partes em fazer com que a mediação decorra no centro ou seja feita por um determinado mediador privado, posterior à existência do conflito, e seja promovida a intervenção do mediador por ambas as partes ou por apenas uma delas, somos de opinião de que o mediador ou os serviços administrativos a seu cargo devem levar as partes a aceitar o regulamento existente. Nos casos em que a lei não é aplicada directamente por mera declaração de aceitação em que as partes se vinculam, ficando, desta forma, divididos

os procedimentos e a competência do centro ou do mediador, a delimitação do conflito ou o seu objecto, feito isoladamente pelas partes ou com o apoio de terceiro e nunca por convenção assinada pelas partes e o mediador, visto que este último não é parte e a sua vinculação, enquanto técnico, não acontece por via da assinatura da convenção de mediação, mas sim pela aceitação do cargo por si próprio ou pelos seus colaboradores administrativos, a própria lei define o que é a convenção de mediação, sendo que dela não consta a obrigatoriedade da assinatura do mediador, tenha ela sido feita antes ou depois do conflito existir.

4. Embora o recurso à mediação seja uma via de resolução de conflitos que procura sanar da melhor maneira os conflitos existentes, a mesma pode resultar de uma convenção pré-existente, ou seja, de um compromisso de mediação, pelo que dificilmente as partes poderão evitar o recurso ao mesmo, sem prejuízo de não haver acordo ou uma das partes desistir ou, ainda, de alguma forma o procedimento se tornar inglório. Nestes casos, se a posição das partes demonstrar, desde logo, uma intenção de cumprimento de formalidade e não a retenção e expectativa da resolução amigável, o procedimento pode conhecer o seu fim logo à nascença. Nos termos do CPC, as partes têm o direito de acção, que pode ser num tribunal judicial ou tribunal arbitral dependendo, neste último caso, da disponibilidade do direito e de a arbitragem poder ser vista como o meio adequado para o efeito.
5. Apesar dos procedimentos iniciais e administrativos já fazerem parte da acta de missão, deverão igualmente constar todos os dados presentes no artigo em questão, tais como honorários, taxas, prazos, regras para a mediação e declaração de confidencialidade do mediador.
6. Quanto aos centros de mediação e conciliação privados e, na mesma senda, o Centro Público – CREL, são adoptados regulamentos e procedimentos rigorosos, de modo a garantir que a intervenção dos mediadores não comprometa a imagem das instituições

de resolução de conflitos em geral, bem como os interesses e expectativas das partes e o sentimento de confiança nos meios de resolução de conflitos. Neste sentido, os diferentes regulamentos estabelecem regras sobre a disponibilidade, independência e o dever de revelação do mediador ou conciliador de conflitos, que garantem a inexistência de conflitos de interesse. De referir que o procedimento de mediação tem tido a sua particular e maior aplicabilidade no campo labora sob a forma de mediação pré-judicial, feita em grande medida pela IGT, verificando-se em muitos casos alguma falta de transparência e suspeição da posição dos *mediadores* neste sentido, uma vez que não existem regulamentos ou códigos de ética de mediadores que se lhes apliquem. Tão-pouco é feita, de modo participativo, uma aferição – preventiva ou sucessiva – relativamente a eventuais conflitos de interesse e imparcialidade, facto que ganha maior preocupação se considerarmos a previsão legal sobre a necessidade de apresentação de uma proposta de solução ou acordo pelo mediador/inspector do trabalho. Por esta razão, somos de opinião que nas mediações realizadas pela IGT deve ser aplicável a presente lei sobre a matéria em questão, nos termos do disposto nos artigos 18.º, 19.º e 34.º. Outrossim, na perspectiva de direito a constituir é importante que nos debrucemos sobre a realização de soluções de disputas por via digital, também chamadas *mediação online*, sobretudo considerando o tempo de crise financeira e/ou social provocada pela pandemia e os efeitos das medidas de restrição de circulação e distanciamento recomendadas pelas instituições competentes, nacionais e internacionais, em matéria de saúde pública. A mediação tem um procedimento presidido pelo princípio da oralidade, que lhe confere maior flexibilidade e abrangência para que, por via do exercício da autonomia da vontade, as partes possam desenhar o procedimento mais adaptável à situação concreta e aos interesses subjacentes²⁸. Adicionalmente, o legislador, bem como os regulamentos dos diferentes centros

de resolução de conflitos encontram nestes princípios, inatos à mediação, substrato para consagrar uma forma mais expedita e informal de realização dos seus procedimentos, podendo adaptá-los ao ambiente digital, desde que garantindo que as suas premissas fundamentais sejam realizáveis, à semelhança do que acontece no ambiente real. Infelizmente, a nossa LMCC não possui uma previsão concreta para a realização do procedimento de mediação ou conciliação de forma virtual, seja por via telefónica, *internet* ou outra plataforma de comunicação digital. Todavia, se por um lado se poderá defender que o procedimento de mediação ou conciliação não pode ser realizado com o uso das tecnologias apresentadas a montante²⁹, em nossa opinião não se pode colocar qualquer tipo de reservas quanto à sua implementação aos procedimentos preliminares de carácter administrativo, como o requerimento da mediação, a notificação à parte contrária para a mediação, a resposta (com aceitação ou recusa), a escolha do mediador com base na lista existente ou as propostas de nomes apresentadas pelas partes, assim como a aceitação do encargo pelo mediador ou conciliador. Somos de opinião que, ao não consagrar a realização da mediação pela forma digital ou não presencial, o legislador teve em consideração a realidade angolana vigente, considerando a dificuldade de acesso a estas tecnologias, a falta de cultura digital e a verificação de alguma resistência na aceitação desta forma de resolução de disputa, pela maior parte das pessoas. Adicionalmente, o facto de, no mais das vezes, o procedimento de mediação e conciliação ser usado para a resolução de conflitos de natureza laboral, caracterizados pelo desequilíbrio das partes quer na relação material, quer financeira, facto de sustenta a presunção de que estará numa posição de maior domínio, o que afasta, pelo menos do plano teórico, a isonomia de que, mais do que ser, deve fundamentalmente parecer ser, de forma a garantir a confiança tanto no mediador, como no próprio instituto.

29 Posição que não defendemos, pois, embora seja diversa da estatuída na lei, não é oposta aos seus princípios e desígnios, pelo que subordinado a autonomia da vontade das partes, pensamos que sempre podem ser adaptados à realidade concreta e, desde modo serem atingidos os seus propósitos.

7. Deve-se acrescentar que a resolução de conflitos em tempo de pandemia e mesmo antes dela, em outras paragens, já era feita com recurso às tecnologias, com a aplicação de sistemas próprios e de plataformas digitais de comunicação. Porém, não podemos deixar de fazer nota que a realização da mediação ou da conciliação em nada se compara com uma mera conversa, pelo que a mudança de um ambiente real ou presencial para o virtual não pode ser vista apenas como uma mera alteração do campo de actuação. Ela exige do mediador a adopção de novas técnicas e conhecimentos que lhe permitam adaptar-se ao nosso ambiente e aplicar as técnicas neste modo, de forma a retirar delas o melhor aproveitamento possível, uma vez que não é de todo igual ao ambiente presencial, principalmente no que respeita ao controlo das reacções das partes, face à aplicação das diversas técnicas. Por outro lado, o desafio para as próprias partes também é igualmente grandioso, visto que, em certa medida, a adaptação aos meios técnicos colocados a cargo dos mesmos não é fácil, se considerarmos a existência de alguma falta de literacia digital e/ ou a falta de adaptação às ferramentas escolhidas. Além disso, para a nossa realidade material, apesar dos esforços feitos pelo Estado no sentido de tornar o País auto-suficiente em matéria de comunicação digital – com o lançamento do primeiro satélite, o projecto do segundo e o cabo de fibra que liga Angola ao Brasil – as dificuldades de comunicação ainda são evidentes, facto que influencia quer na funcionalidade, quer na qualidade da comunicação digital, realidade de pode colocar em causa a transformação digital e as reformas que se pretendem a nível do Direito e da Justiça. Aliado a tal facto, a falta de serviços técnicos especializados (realidade igualmente crescente, porém, ainda insuficiente e pouco acessível). Não sendo o factor determinante, certamente é um dos problemas que influencia na divulgação e realização da justiça por via não presencial, seja ela tomada pelos tribunais judiciais ou pela aplicação de qualquer um dos métodos adequados de resolução de conflitos, institucional ou de forma *ad hoc*.

ARTIGO 19.º

(Escolha do mediador de conflitos)

1. Compete às partes acordarem, consensualmente, na escolha de um ou mais mediadores de conflitos disponíveis, podendo ainda, para esse fim, adaptar as regras de uma entidade especializada.
 2. Na falta de consenso, o Coordenador do Centro nomeia o mediador.
 3. Antes de aceitar a sua escolha, nomeação ou durante o decurso do procedimento, o mediador de conflitos deve proceder à revelação de todas as circunstâncias que possam suscitar fundadas dúvidas sobre a sua imparcialidade e independência, nos termos previstos no artigo 34.º da presente Lei.
-
1. As partes têm liberdade de escolher o mediador para o seu conflito, seja ele particular ou pertencente a um centro de mediação, entre os constantes da lista do respectivo centro. Muitas vezes, as regras estabelecidas passam pela remessa de uma sugestão de nomes, cabendo às partes a exclusão de alguns, até que se encontre um nome ou nomes comuns, conforme se trate de mediador singular ou plural.
 2. Não havendo consenso entre as partes na escolha do mediador e nos casos em que ela seja institucional, será feita pelo coordenador do centro, sendo vinculativa às partes. Mas se nem uma, nem a outra assim decidirem, somos de opinião que deve ser lavrada uma declaração de impossibilidade por razões subjectivas, e proclamar-se a caducidade da convenção de mediação, nos termos do disposto no artigo 17.º. Torna-se evidente que, com base no princípio da autonomia da vontade, a regra é a da escolha do mediador pelas partes e não a nomeação por terceiros, submetendo as partes à aceitação da pessoa sobre quem tenha recaído a escolha, como acontece em algumas das mediações, no mais das vezes, as feitas nos órgãos públicos. Quando assim acontece, por razões de organização ou funcionamento das instituições de nomeação

ou gestoras dos procedimentos, somos do parecer que deve ser sempre reconhecida a qualquer das partes o direito de impugnação da escolha, fundamentado com base em situações ou factos que possam colocar em causa a actuação do mediador, nos termos da lei e da convenção de mediação. Outrossim, não obstante o direito de escolha ser limitado pelo número de profissionais disponíveis ou por regras internas na instituição, a nomeação feita deve sempre ser subscrita pelas partes na acta de missão ou acta de pré-mediação. Importa ainda referir que nem sempre a mediação será institucional, ou, sendo *ad hoc*, que as partes tenham convencionado a aplicação do regulamento de algum centro, tenham realizado uma cláusula cheia no contrato, ou ainda tenham previsto tal situação no compromisso de mediação ou conciliação. Havendo razões que sirvam de fundamento, pensamos que nos termos do artigo 34.º nada obsta que a escolha feita possa ser contestada pelas partes e, com efeito, ser retomado o processo com vista à definição da pessoa ou pessoas a quem couber conduzir a realização dos trabalhos.

3. Como já referido, os pilares da mediação assentam sobre os princípios previstos nos artigos 5.º e seguintes da presente Lei, pelo que, de modo a garantir a confiabilidade dos mecanismos e dos procedimentos adoptados, deve ser garantida a revelação de qualquer situação que possa impedir a actuação do mediador com isenção e imparcialidade, pelo que os mediadores têm um dever especial de revelação e respeito absoluto das normas éticas aplicáveis. Nem sempre a falta de revelação é acompanhada de premeditação de defraudar as partes, pode decorrer de uma qualificação ou avaliação errada de determinado facto ou circunstância, por parte do mediador, de que tal facto não seria relevante, pelo que é necessário analisar a intencionalidade do agente, de modo a poder extrair a melhor conclusão. A aceitação do encarar é um momento de suma importância tanto para as partes como para o mediador ou conciliador, pelo que o escrutínio da existência das condições subjectivas e objectivas para a realização

adequada com qualidade, disponibilidade, conhecimento técnico, imparcialidade, independência e isenção, por um lado, pode ser razão bastante para responsabilizar contratualmente o mediador pelos prejuízos resultantes da não revelação ou revelação inadequada dos factos susceptíveis de condicionar o melhor andamento dos trabalhos, ou, por outro lado, fruto da má experiência que as partes possam ter com a realização da mediação ou conciliação, pode ser um motivo para descredibilizar os meios de resolução de conflitos em questão ou a instituição que gere tais conflitos, facto que cria resistência na aceitação desta forma de resolução de conflito por parte daquele que experimentou este momento menos agradável. Neste contexto, o dever de revelação é uma obrigação permanente do mediador, que a deve manter durante todo o procedimento, sempre que as circunstâncias reclamem tal necessidade.

ARTIGO 20.º

(Despesas do procedimento)

1. As despesas do procedimento da mediação são pagas solidariamente pelas partes, salvo convenção em contrário.
 2. A remuneração é acordada entre as partes e o mediador, e fixada na convenção de mediação celebrada no início de cada procedimento.
 3. Os Centros Públicos de Mediação ou Mediadores Privados podem fixar as taxas ou honorários respectivamente, que devem constar na convenção de mediação, nos termos previstos nos respectivos actos constitutivos ou regulatórios, os quais prevêem igualmente as eventuais isenções e reduções dessas taxas ou honorários.
1. As despesas com o procedimento de mediação correm por conta das partes, salvo os casos de convenção em contrário, bem como aqueles em que por força da lei, uma das partes esteja isenta do pagamento de despesas, como sucede com a mediação laboral, seja ela feita num centro ou por mediadores privados, nos termos da LGT.

2. A isenção, repartição de despesas ou a fixação de valores mais acessíveis para determinados tipos ou natureza de demandas com o cálculo estabelecido em percentagens e valores de despesas administrativas fixas, acabam por ser uma forma de incentivo ao recurso a estes métodos. No caso de recurso aos tribunais judiciais, esta política, cuja indulgência está inequivocamente em garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos carenciados, inversamente não deixa de ser uma forma de incentivo à cultura do litígio suportado por todos os contribuintes, o que em muitos casos prejudica o próprio sistema de justiça, pois não são poucas as vezes em que pessoas que a ela não tenham direito, beneficiam, devido ao fraco controlo do funcionamento do sistema.
3. Já apresentámos a nossa posição sobre esta questão e aqui a reiteramos – a qualificação do documento produzido neste momento particular do procedimento não deverá ser a convenção de mediação. Por força do artigo 18.º n.º 5, esta informação deverá constar da acta de missão nos casos em que, até à data da realização da primeira sessão, as partes não tenham suficientemente definido os termos e limites de pagamento dos encargos com o procedimento.
4. Os serviços administrativos dos centros deverão ter devidamente definidos e estabelecidos os valores, honorários, encargos, isenções e reduções aplicáveis às mediações neles realizadas. Quanto aos centros públicos, são aplicáveis as taxas e valores de honorários aprovados e publicados no jornal oficial de modo exclusivo, sempre que nos termos do mesmo regulamento ou tabela não tenham sido fixados apenas o custo das despesas administrativas com o procedimento, deixando que o valor dos honorários seja determinado por acordo das partes, tanto no valor final bem como montante ou proporção adstrita a cada parte. Pensamos que esta interpretação cabe perfeitamente na norma, pelo que sugerimos que para o sistema público de mediação e mesmo para os centros privados, a aplicação de limites mínimos de honorários e a faculdade de serem definidos entre as partes e os mediadores os seus termos finais, seriam uma boa forma de fomentar a

formação de mediadores e procura por capacitação constante e, em certa medida, o acesso à mediação e a conciliação em face da margem de despesas ser ajustável aos desígnios e capacidade ou disponibilidade financeira das partes. Em particular para o sistema público, considerando que nem todos os mediadores afectos aos centros são necessariamente funcionários públicos ou agentes administrativos, podendo o vínculo ser estabelecido em regime de colaboração com os centros e vinculação com as partes semelhante ao modo de actuação dos árbitros, a adopção deste modo de funcionamento apresenta diversas vantagens, que podem ser muito bem exploradas em benefício das partes e promoção do acesso à justiça.

5. O facto da mediação institucional ser muito pouco usada em Angola, tem muito a ver com o facto dos centros existentes não divulgarem a sua existência enquanto instituição, nem a sua lista de mediadores, bem como, e fundamentalmente, os custos com o procedimento a decorrer nestes centros. Por conseguinte, dificulta sobremaneira a intenção dos advogados, assessores técnicos ou mesmo as próprias partes, de fazerem uma prévia avaliação de preços, aferição de encargos gerais, vantagens, riscos e outros aspectos que, em função do seu interesse, levariam a optar pelo método e o centro mais ajustado à situação em que se encontram ou onde pretendem chegar, com a gestão do conflitos.

ARTIGO 21.º

(Presença e representação das partes)

- 1. As partes podem comparecer pessoalmente ou fazer-se representar no procedimento da mediação e nas sessões de mediação, podendo ser acompanhadas por advogados, defensores públicos ou advogados estagiários ou ainda por pessoa qualificada da sua confiança³⁰.**

³⁰ A presente disposição deve ser interpretada sistematicamente, com os EOAA e a Lei da Advocacia, nos termos dos quais, se deve concluir que, se o acompanhante em questão é chamado a prestar aconselhamento técnico jurídico, fora dos casos previstos no presente artigo, este deve ser necessariamente advogado inscrito na OAA, sempre que a mediação for realizada em Angola, ou nos termos da presente Lei, considerando a natureza do acto que é chamado a praticar.

- 2. As partes podem ainda fazer-se acompanhar de outros técnicos cuja presença considerem necessária ao bom desenvolvimento do procedimento de mediação, desde que a outra parte não se oponha a tal facto.**
 - 3. Quando a parte seja pessoa com deficiência visual, auditiva, muda, iletrada ou fale língua estrangeira deve fazer-se acompanhar de um interprete-tradutor.**
1. A mediação e a conciliação visam a chegada de uma solução natural encontrada pelas partes, pelo que a intervenção do terceiro é delimitada, não determinando o caminho a seguir pelas partes, mas apenas orientando-as sobre o modo como chegar à resolução do conflito, mas também à aproximação com vista à criação de paz social e o restabelecimento do equilíbrio nas relações entre as pessoas. Na maior parte dos casos, este desiderato torna-se mais difícil de alcançar se as partes se apresentarem pessoalmente, ou seja, se não for dispensada a presença física ou virtual, nos casos em que a realização do procedimento é feita pelas plataformas digitais³¹. Neste contexto, congratulamo-nos com a opção do legislador de privilegiar a presença das partes, porém, sem excluir a possibilidade de representação legal. E, atendendo ao nível de desenvolvimento tecnológico existente em Angola, percebe-se a razão pela qual não se faz referência expressa à possibilidade da presença virtual. Porém, consideramos que não se encontra afastada tal possibilidade, pois a presença pessoal (diferente de presença física) pode ser também realizada de modo virtual, o que não é de todo impensável, apesar das circunstâncias em que o desenvolvimento tecnológico e o uso destas ferramentas se encontram no nosso País. De igual modo, aplaudimos a posição do legislador ao permitir que as partes se possam fazer acompanhar por advogado, defensor público ou advogado estagiário, sendo

³¹ Nos termos do n.º 4 do artigo 39.º, os centros públicos podem determinar nos seus regulamentos a necessidade de presença pessoal das partes.

ainda extensiva, desde que voluntariamente pretendida pela parte, a presença de acompanhantes, assistentes ou por qualquer outra pessoa da sua confiança, qualificada, ou seja, cuja intervenção possa trazer valor acrescentado no que respeita à finalidade do procedimento. Infelizmente, e fruto da cultura de litigância que aprendemos nas faculdades, bem como na esmagadora maioria dos estágios de advogados, na realidade angolana não é muito comum encontramos escritórios de advogados e profissionais preparados especialmente para a intervenção em processos de resolução de conflitos não adversárias, mas consensuais ou colaborativos. A doutrina lusófona, tanto a brasileira como a portuguesa, fundamentalmente, classifica a forma de intervenção e estar na advocacia como sendo consensual, aquela em que a intervenção dos advogados é feita na perspectiva e interesse das partes, procurando exclusivamente uma solução para a composição que não passa pela resolução heterocompositiva, seja ela judicial ou arbitral, sendo que, mediante acordo escrito, os mandatários em nome dos seus constituintes e com a participação directa destes procurarão encontrar uma solução heterocompositiva, que permita a harmonização dos interesses, com base na lei ou na equidade. Por seu turno, a advocacia colaborativa, é aquela em que os profissionais contratados para a representação das partes, em concurso com a vontade destas e no interesse dos mandatários, procuram a solução do conflito, privilegiado as vias autocompositivas ou heterocompositivas não judiciais – tais como a arbitragem, *dispute board*, etc. –, sendo que, no limite, esgotadas todas as possibilidades de solução por estes métodos, se socorrem das vias contenciosas. Finalmente a advocacia de litigância, que é aquela em que os profissionais escolhidos pelas partes – também conhecidos por *advogados de fórum* ou *de barra* – têm preferência e estruturam toda a estratégia de busca pela realização da prevenção dos seus constituintes por via do contencioso judicial ou arbitral. Entretanto, o mesmo não podemos dizer do facto de o legislador ter optado por permitir a representação das partes por

terceiros, com a devida ressalva nos casos das pessoas colectivas, pela sua natureza formal ou jurídica, embora neste capítulo se deva privilegiar também a presença de pessoas com poderes originários de representação e capacidade directa de vinculação. Sufragamos a mesma opção do legislador laboral presente na LGT (com reserva no modo de constituição do mandato, injustificadamente restrito – n.º 5 do artigo 286.º), por ser, sem dúvidas, a mais adequada para que seja efectivamente possível a realização da composição do conflito.

2. A mediação não é uma fase de produção de prova, em que as partes procuram demonstrar o quanto têm de razão e convencer quem há-de julgar o mérito das suas alegações ou fundamentos. Neste sentido, a possibilidade de serem apresentadas pelas partes posições técnicas por meio de pessoas por si levadas às reuniões, como se de um processo arbitral ou judicial se tratasse, acaba por ser contraproducente, exceptuando as situações em que, por acordo e com comprovada relevância no esclarecimento de determinados factos importantes para a tomada de posição pelas partes, seja justificada a sua presença. A mediação não tem como finalidade a aplicação de uma sanção ou de uma medida impositiva às partes, nem existem vencedores ou vencidos – antes, é suposto todos ganharem com a aplicação de uma medida equilibrada e satisfatória para ambas as partes, que devem ser elas próprias a encontrar. O modo de intervenção dos advogados como profissionais do fórum na mediação, não deve ser a mesma a que, recorrentemente, assistimos nos processos judiciais ou arbitrais, porquanto o papel fundamental é voltado para as próprias partes, detentoras de todo o protagonismo no processo.
3. Quando o advogado apresenta uma postura muscular e de defesa intransigente em relação às teses previamente estudadas, considerando os interesses e direitos julgados na concepção da parte como sendo o *justo*, normalmente torna impossível a realização de acordo. O que se espera dos advogados é uma postura de colaboração com o mediador na busca da melhor solução, que deve

resultar da aproximação e diálogo das partes. Porém, quer na fase de acolhimento quer nos momentos subsequentes, o mediador deve voltar a sua atenção, na medida certa, também para os advogados, nunca se esquecendo que as partes depositam a sua confiança nos mandatários, e estes, por uma percepção errada decorrente da postura do mediador ou de outro interveniente, podem levar a parte por ele representada a desistir do procedimento. Relativamente ao mandato, quando conferido a advogados ou advogados estagiários, se, por um lado, as partes confiam a estes profissionais a segurança e realização das suas pretensões e expectativas por conhecerem da matéria do Direito e estarem tecnicamente melhor preparados para a avaliação teórica da questão controvertida; por outro lado, existe o perigo de dificultarem a realização dos propósitos do mecanismo. O que sucede é que, o mais das vezes, são levadas a mediação e conciliação posições de força, procurando razão ou vantagem, sustentando a pretensão com base na prova técnica, deixando de parte a equidade e tirando o protagonismo devido às partes. Os Estatutos da OAA e o Código de Ética dos Advogados, considerando, por um lado, a importância da profissão de advogado para o sistema judicial e para a construção da democracia, amplamente consagrada nos termos da CRA – artigo 193.º, e, por outro lado, a necessidade de satisfação das pretensões dos constituintes, estatuem nos seus termos a primazia e necessidade de preferência dos métodos de resolução de conflitos, colocando aos advogados o ónus de informarem os seus constituintes da possibilidade de recurso a esta via. A mediação e a conciliação não podem ser vistas de modo depreciativo, secundário ou como uma actuação menos económica e, neste quesito, menos vantajosa. A satisfação dos interesses legítimos das partes e a busca pela justiça devem ser os propósitos primários do mandato. Ser capaz de resolver rapidamente o problema, não permitir ou evitar que ganhe novas proporções e repercussões negativas, via de regra, funcionam como uma forma de criação e aumento dos níveis de confiança no profissional que assim actua, garantindo, por

consequência, clientela futura.³² No procedimento de conciliação ou de mediação espera-se do advogado uma posição de promotor e auxiliar do mediador, função que no mais das vezes é exercida igualmente por advogados. Como defendem o Dr. Asdrúbal Júnior e a Dra. Ana Luiza Isoldi³³, o advogado deve rever a sua forma de estar na profissão, bem como os termos em que cobra os seus honorários, considerando a obtenção de uma solução mais rápida e menos dispendiosa para as partes³⁴, chamando a atenção para o facto de que as horas despendidas para intervenção no processo e o tempo de demora da sua tramitação judicial, não podem ser os critérios predominantes, em face de um sistema de justiça que se quer mais célere e eficiente. As mudanças sociais que temos vindo a assistir quer no plano interno quer no internacional, dos Estados, inequivocamente nos mostram que a advocacia enquanto profissão e o que sociedade espera destes profissionais sofreu igualmente mutação, pelo que há que tomar consciência da necessidade de se adaptar à nova realidade dos conflitos, da prevenção destes conflitos e, mais ainda, do modo de resolução dos conflitos, sob pena de alguns membros da classe dos advogados ficarem ultrapassados nos seus métodos e procedimentos de actuação profissional. Uma coisa é certa: a advocacia e os advogados são fundamentais na realização da justiça e na busca da paz social como fim último da justiça e do Direito, por conseguinte, a sua postura profissional deve antes de mais ser a de colaboração com o sistema de justiça, do qual é parte integrante e fundamental. Como consequência, mais do que alcançar a satisfação de interesses individuais, deve ter como premissa a pacificação, evitando a dilação de prazos e de expedientes escusos. O advogado deve facilitar ao máximo, no limite do direito de acredita existir e por consequência defender,

32 Como diz a sabedoria popular “O esperto só almoça, não janta”, ou seja, de nada vale receber mais dividendos imediatos, se não serve para preparar e garantir ganhos futuros, recebendo de modo contínuo e não apenas pouco e de uma só vez.

33 Declarações apresentadas durante as suas preleções na 1.ª Edição da Semana da Mediação, 2021, CAMACL.

34 Canal do *YouTube* CAMACL - ARBITAGEM E MEDIAÇÃO, webinar realizado pelo Projecto CAMACL, por ocasião do 4.º aniversário da LMCC, no 1.º Congresso Internacional de Mediação e Conciliação - Semana da Mediação e Conciliação.

buscando sempre que possível o acordo e a harmonização de interesses, porquanto a representação da parte é somente uma das premissas da actividade do advogado, visto que a sua actuação influencia a celeridade, a qualidade, a oportunidade, a eficiência e a tutela efectiva dos direitos.

4. Nada obsta a que haja a intervenção de um tradutor ou outro técnico nos casos de deficiência de qualquer das partes, porém, a este deve ser igualmente devida a intervenção dentro dos critérios e princípios estabelecidos na lei, como sendo a boa-fé e colaboração, sejam estes intervenientes indicados pelas partes ou vinculados ao centro de mediação. Contudo, deve ser dada uma abrangência maior ao âmbito da norma, considerando a sua finalidade, de modo a abranger as situações em que o limite não seja colocado pelo facto de uma das partes dominar apenas uma língua estrangeira, mas também nos casos em que esta questão seja levantada pelo facto de se tratar de uma língua local ou tradicional e que a parte contrária, assim como o mediador, não dominem suficientemente. Finalmente, deve ser na fase da pré-mediação, no âmbito do princípio da informalidade, sigilo, boa-fé e flexibilização, considerando a utilidade para o caso concreto, que os limites e termos da intervenção de terceiros na mediação deve ser definido.

ARTIGO 22.º

(Língua utilizada nas sessões do processo de mediação)

Nas sessões do processo de mediação é utilizada a língua portuguesa ou as línguas nacionais, desde que o mediador domine a língua nacional falada pelas partes.

Relativamente à língua, deve ser aquela com a qual as partes possam efectivamente comunicar, bem como o mediador perceber e ser percebido por todos os intervenientes no processo.

Contudo, nos termos do n.º 1 do artigo 19.º da CRA, a língua falada em Angola não é a língua portuguesa, por todas as razões levantadas e

muito bem fundamentadas na defesa desta tese, a língua falada entre nós é o Português, visto que é uma herança nossa e património de todos os povos que se expressam neste idioma, considerando igualmente as suas variações gráficas e fonéticas.

ARTIGO 23.º

(Duração do procedimento da mediação)

- 1. O procedimento de mediação deve ser célere e eficiente e concentrar-se no menor número de sessões possíveis.**
- 2. Salvo estipulação em contrário das partes, o procedimento de mediação pode ser realizado em dez sessões, podendo ser seis conjuntas e quatro privadas, sendo duas para cada uma das partes.**
- 3. A duração do procedimento de mediação é fixada na convenção de mediação, podendo a mesma ser alterada durante o procedimento por acordo das partes.**
- 4. Salvo estipulação em contrário das partes, o procedimento de mediação, deve ter uma duração máxima de 4 (quatro)³⁵ meses, contados a partir da data da assinatura da convenção de mediação, sem prejuízo do disposto no n.º 1 do artigo 52.º da presente Lei³⁶.**

1. Uma das preocupações das partes é, certamente, saber quanto tempo deve durar o procedimento de resolução da controvérsia ou diferendo, e quanto há-de custar a intervenção dos advogados e

³⁵ É fundamental anotar que nos termos do disposto no presente artigo, conjugado com o n.º 1 do artigo 18.º, o procedimento de mediação inicia com a solicitação da realização da sessão de pré-mediação por qualquer das partes, ou ainda a aceitação pelas partes da proposta apresentada pelo centro, e não à data da sua realização efectiva.

Por conseguinte, somos de opinião que, ao dispor nestes termos, o legislador pretende que não somente as sessões e actos realizados durante o procedimento de mediação e pelo mediador, mas também os actos de instrução a partir do agendamento da sessão de esclarecimento e definição dos termos da mediação, sejam incluídos no prazo geral de quatro meses.

³⁶ Estabelece o prazo de cinco meses.

as despesas com a implementação do mecanismo escolhido para o efeito. Pensamos que o nosso legislador andou muito bem ao determinar um prazo, ainda que estimado, para a realização dos diferentes momentos do procedimento. Porém, embora seja sempre deixado a critério das partes estabelecer em definitivo os prazos e número de sessões que pretendem que sejam realizadas, a opção feita pelo legislador acaba sempre por influenciar de alguma forma a manifestação de vontade das partes que, na dúvida, hão-de preferir seguir o que diz a lei. Neste sentido, pensamos que os prazos estabelecidos e o número médio de sessões são muito altos, o que pode levar à falsa ideia de que o procedimento de mediação e conciliação seja moroso e muito formal. Sendo a via convencional de resolução de conflitos uma alternativa para alguns, espera-se que não tenha as mesmas características negativas e que a mediação seja célere e eficiente, não devendo o procedimento levar mais tempo do que é necessário para que se possa concluir, pela viabilidade ou possibilidade, de acordo das partes, o melhor caso, buscando alcançar este objectivo maior, porém não único.

2. Na sua realização, o procedimento de mediação deve ser sempre antecedido de uma fase de acolhimento, na qual as partes se devem sentir o mais à-vontade possível para tratar do processo e comunicarem entre si, ainda que, numa primeira fase, o façam através do mediador, criando toda uma atmosfera positiva. Em seguida, o mediador – ou mediadores, no caso de mediação múltipla – deve explicar o procedimento, as suas fases e finalidades, bem como o papel de todos os intervenientes, na linguagem mais acessível e de fácil percepção, dando ênfase ao seu papel de facilitador e sem autoridade para tomada de qualquer decisão. De forma a que as partes possam fazer a melhor gestão do seu tempo e sentir tratamento igual e isento do mediador na condução dos trabalhos, deve ser explicado detalhadamente o modo como os mesmos serão realizados, tendo sempre como referência os princípios e regras estabelecidos pelas partes nos termos da convenção.

3. Em regra, as características dos casos determinam os procedimentos e a dinâmica mais adequada à situação, sendo um dos pontos a ter em conta o facto de as partes terem ou não constituído mandatários, a realização ou não de sessões separadas, sucedendo o momento da apresentação das exposições oras iniciadas em regra pelo requerente. O mediador tem a função de conseguir que se estabeleça ou restabeleça o diálogo entre as partes como pressuposto para o sucesso do procedimento, mas também a missão ainda mais difícil de manter esta condição de comunicação das partes, para que se mantenham interessadas no procedimento. Para o efeito, é bastante relevante a experiência do mediador e o crescimento da confiança depositada pelas partes, por maioria de razão, quando não são elas a fazer a escolha do mediador ou conciliador, mas essa escolha resultar da indicação por uma entidade nomeadora (nos casos em que não há acordo). Assim, é crucial que o mediador saiba quando falar, quando dar a palavra às partes sem interrupção das locuções, devendo limitar as apresentações orais para casos de extrema necessidade. Porém, e sempre de modo subtil, nada obsta a que possa estudar o caso com alguma antecedência, o que é recomendável nos casos em que o mesmo se revista de alguma complexidade técnica (questões societárias) ou sensibilidade (questões de família, laboral, escolar, etc.), uma vez que para o mediador trabalhar adequadamente com as emoções e sentimentos das pessoas recomenda-se que, no mínimo, faça uma prévia avaliação subjectiva dos mediantes, o que, embora não seja um procedimento determinante ou condição para o sucesso da mediação, geralmente mostra-se vantajoso e, por conseguinte, importante.
4. Tal como o faz a doutrina maioritária, o legislador conceitua a convenção de mediação como sendo o acordo de vontade em que as partes reciprocamente aceitam submeter a questão controvertida à mediação, quer se trate de um conflito futuro (cláusula de mediação) ou de um conflito pré-existente (compromisso de mediação). Assim, assume nos termos do n.º 4 do artigo 23.º uma posição que, em

termos práticos, certamente suscitará problemas de competência ou, quando muito, de eficácia de tais acordos, por aplicação da alínea b) do artigo 28.º, mormente quando se tratar de conflitos futuros, pois é sabido que, na maior parte das vezes, as partes não têm o cuidado de prever estas situações de modo específico nos seus contratos, ficando assim, por força da omissão, sujeitos à aplicação do regime legal estabelecido. Claramente, em nossa opinião, o legislador devia designar o documento como termo de mediação ou acta de missão e não convenção de mediação, como momento a partir do qual começaria o contra o prazo de quatro meses para a realização do procedimento, sob pena de caducidade.

5. Uma das primeiras tarefas do advogado para determinação ou escolha do centro em que pretenda ver desenvolvido o procedimento de mediação ou conciliação é conhecer o tempo médio para o seu desenvolvimento pela instituição. Neste sentido, é muito importante que os procedimentos demorem o menor tempo possível, devendo evitar situações que determinem a suspensão ou pendência do processo, relativamente aos actos administrativos para a sua preparação ou instrução, ou aos desencadeados para a efectiva realização das sessões conjuntas e individuais.

ARTIGO 24.º

(Suspensão do procedimento da mediação)

- 1. O procedimento de mediação pode ser suspenso, em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, designadamente para experimentação de acordos provisórios.**
- 2. A suspensão do procedimento de mediação, acordada por escrito pelas partes, não prejudica a suspensão dos prazos de caducidade e prescrição.**

O procedimento de mediação e conciliação deve objectar, sob pena de caducidade, o tempo que as partes estabelecem para a sua realização, como preceituam os artigos 17.º na sua alínea c), artigo 23.º, bem como a alínea d) do artigo 25.º.

A natureza célere da mediação e da conciliação não se compadecem com medidas dilatórias, sob pena de retirar a utilidade e eficiência do procedimento, pelo que deve haver maior previsibilidade quanto à sua duração, razão pela qual é sempre recomendável que o tema seja abordado na pré-mediação e escrito nos termos de mediação, sem prejuízo de prorrogação sempre que for justificada e no limite do tempo previsto pelo artigo 23.º.

O incumprimento desta obrigação é passível de responsabilização civil do medidor, uma vez que dele pode resultar a preclusão do exercício do direito de acção judicial por qualquer das partes.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 57.º, conjugado com o artigo 13.º e o n.º 2 do artigo 24.º, n.º 4 do artigo 18.º, al. f) do n.º 5 do artigo 18.º, al. c) do n.º 1 do artigo 17.º e al. d) ainda do artigo 25.º, não restam dúvidas que o legislador estabeleceu como premissa fundamental o prazo da mediação e que só excepcionalmente ele pode ser estabelecido para além do limite máximo legal, mediante acordo das partes e devidamente justificado e fundamentado, tendo como propósito a realização de factos ou actos conducentes à concretização de eventual acordo, por iniciativa do mediador e por maioria de razão, embora desta obrigação não estejam, de certo modo, exoneradas as partes, uma vez que elas podem chegar a acordo sobre a matéria.

Na prática, a serem feitos para além dos prazos devidos e se do acordo de suspensão da mediação resultar a perda da oportunidade de exercício do direito de acção por caducidade ou prescrição, estes acordos são tidos como verdadeiras renúncias do exercício do direito de demandar.

Considerando que em grande medida as partes podem não ter o melhor domínio técnico sobre esta matéria ou mesmo, em se tratando de uma

mediação *ad hoc* e de um mediador não jurista, tal domínio puder ser menor, pensamos que o legislador devia ser mais cauteloso, deixando apenas o critério do prazo máximo legal, visto que os acordos sobre os prazos nunca deviam ultrapassar aquele limite.

Esta preocupação mostra-se efectiva se consideramos o caso da mediação laboral, para a qual infelizmente o legislador deixa as partes à sua sorte e diminui as garantias de acesso aos tribunais ao consagrar, nos termos do artigo 282.º da LGT, a diminuição do prazo para o exercício do direito de acção para os 30 dias seguintes ao termo da mediação, sem o auxílio do Ministério Público ou qualquer outro expediente de encaminhamento institucional. Esta opção, sem sombra de dúvidas, para além de constituir uma flagrante injustiça e dualidade de critérios, mostra-se como um grande desincentivo ao uso da mediação laboral, pelo que de direito a constituir tal disposição deve ser alterada e, no limite, na falta de melhor solução técnica, ser devolvido às partes o direito de gozarem do mesmo tempo que a lei consagra para o caso de escolha do procedimento de conciliação, nos termos dos artigos 302.º e 305.º da LGT.

O recurso à composição ou resolução extrajudicial não pode configurar uma violação ou limitação dos direitos e garantias no âmbito do acesso aos tribunais, razão pela qual a adesão à mediação suspende o prazo de caducidade e prescrição.

Mas este expediente também não pode servir de fundamento a manobras dilatórias para obtenção de vantagens ou fraude à lei, obstando a realização concreta da justiça e do direito, por alegada pendência do procedimento de resolução por mediação ou conciliação.³⁷

³⁷ É neste contexto que na suspensão do prazo não pode deixar de ter criteriosamente estabelecido o momento inicial e final, por razões de segurança e certeza do tráfico jurídico.

ARTIGO 25.º

(Fim do procedimento de mediação)

O procedimento de mediação termina quando:

- a) Se obtenha acordo entre as partes;**
- b) Se verifique a desistência de qualquer das partes;**
- c) Se verifique a impossibilidade de obtenção de acordo;**
- d) Se atinja o prazo máximo de duração do procedimento, incluindo eventuais prorrogações do mesmo.**

A mediação encontra a sua realização não na aplicação do direito, mas na satisfação dos interesses das partes e na busca da paz social, restaurando a situação anterior ao conflito, sendo, na realidade, um processo sem vencedores nem vencidos.

Neste sentido, sempre que se torna impossível a sua concretização, seja por decorrer o tempo previsto, por desistência ou por ser atingida com sucesso, no melhor dos casos, o procedimento terá o seu fim.

A verificação da impossibilidade de realização do acordo é da competência do mediador ou conciliador e prende-se quer com questões objectivas relativas à matéria do conflito, quer com razões subjectivas relativas à disponibilidade das partes para a realização do procedimento ou eventuais condicionantes de circunstância ou incidentais que surjam durante o procedimento, uma vez que a impossibilidade consubstanciada na mediabilidade do objecto deve ser aprioristicamente aferida na fase do requerimento da mediação ou conciliação.

ARTIGO 26.º

(Elementos do acordo final no procedimento de mediação)

1. **O acordo final é fixado livremente pelas partes, devendo ser reduzido a escrito, assinado pelos mediados e pela identidade mediadora e dele consta:**
 - a) **A identificação das partes;**
 - b) **A referência à Convenção de Mediação;**
 - c) **A descrição sumária do litígio e do respectivo objecto;**
 - d) **O conteúdo do acordo propriamente dito, contendo as obrigações assumidas pelas partes;**
 - e) **A identificação do mediador;**
 - f) **O prazo de cumprimento voluntário pelos mediados;**
 - g) **A data e lugar em que foi elaborado.**
 2. **O acordo final deve ser lavrado em triplicado, sendo um para cada uma das partes e outro depositado e registado no arquivo do Centro de Mediação.**
 3. **O termo do acordo final previsto no número anterior tem força executiva, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º da presente Lei.**
 4. **Não havendo acordo final, a parte que tenha solicitado a mediação pode livremente intentar acção judicial, devendo, para o efeito, juntar a declaração de impossibilidade de obtenção de acordo ou acta da reunião onde conste os termos da mediação.**
-
1. **A realização do acordo não é nem pode ser tida como a finalidade do procedimento de mediação ou conciliação, e tão-pouco como o facto de as partes apenas recorrerem a estes para a resolução de litígios, sendo que na falta, desde a via subsequente, sejam os tribunais**

judiciais. Esta disposição deixa a ideia, mais uma vez infeliz, de que a mediação é subsidiária, que deve anteceder a via judicial, que os tribunais judiciais são a forma elegível para a resolução de litígios e que o recurso à mediação é somente em matéria de conflito, bem como o seu carácter de pressuposto processual como requisito para a interposição da acção, tal como vem consagrado nos termos da LGT. Se atendemos às vantagens, efeitos e poder da mediação, veremos que vão para além desta visão restritiva, pois podem ser usados para a prevenção de conflitos, empoderamento das partes e pacificação social, antes, durante e depois de uma demanda judicial ou arbitral.

2. A questão da força executiva dos acordos de mediação ou conciliação é reputada como uma das mais relevantes em termos de avanço desta lei e, de facto, justificam-se os questionamentos colocados que, certamente, em grande medida resultam do desconhecimento do instituto, mormente pelo facto de não ser uma lição que se ensine nas Faculdades de Direito. Contudo, importa notar que não somente o legislador colocou requisitos subjectivos rigorosos, mas também requisitos objectivos precisos e sem os quais os referidos documentos não têm o valor pretendido pelas partes.

Pensamos que o disposto no n.º 3 do presente artigo responde à questão que se coloca por alguns seguimentos em relação à matéria de conflito laboral, não pelo facto de natureza da matéria em questão, mas pelo tipo de mediação e conciliação que naquela sede são feitas. Então, tratando-se de mediação pré-processual, ela tem carácter de pressuposto para acção, pelo que uma vez realizada as partes podem, sim, se assim julgarem mais adequado, recorrer livremente à acção judicial. Porém, nada obsta que, ao invés disto, optem por outro procedimento, que poderá ser uma arbitragem ou mesmo uma conciliação. No entanto, e no caso da escolha recair numa via autocompositiva diferente ou igual à anterior (mediação sucedida de conciliação ou o inverso), caso seja requerida pelos órgãos públicos deve ser rejeitada, ponderando efectivamente as razões para o recurso ao novo mecanismo de resolução, tendo em

atenção a necessidade de dar vazão a outros processos pendentes e ao facto de a intervenção ser gratuita ou, pelo menos, mais barata, porque subvencionada (economia de meios e de custos para o Estado), limitação que não se coloca nos mesmos termos no caso da realização de mediação ou conciliação *ad hoc* ou institucional. Uma vez aceite a realização do procedimento que se sucede, o mesmo não terá o carácter obrigatório nem de condição para acção judicial, pelo que a sua realização terá como base a vontade manifestada pelas partes ou, no limite, pela parte requerente, podendo o mediador ou conciliador, em face da história do caso, fundamentar nos termos da alínea c) do artigo 25.º da presente lei.

ARTIGO 27.º

(Execução do Acordo Mediado)

- 1. O Acordo Mediado deve ser executado pelas partes dentro do prazo fixado para o cumprimento voluntário ou, na falta desta fixação, no prazo de 15 dias contados da data em que o mesmo foi elaborado.**
- 2. Findo o prazo de cumprimento voluntário sem que o Acordo Mediado tenha sido cumprido, pode a parte interessada requer a sua execução forçada perante o tribunal competente, nos termos da Lei Processual Civil.**
- 3. O requerimento para execução forçada deve ser acompanhado de cópias autenticadas do Acordo Mediado e o procedimento da sua tramitação na instância judicial segue os termos do processo sumário de execução, independentemente do valor da sua causa.**

A ideia subjacente parece-nos ser a de manter o fim último da mediação no que respeita à solução rápida e eficiente dos conflitos ou litígios, fazendo valer as posições anteriormente apresentadas pelas partes aquando da realização do acordo de transacção.

Em nada se protesta a imediata execução, quer nos termos previstos para a tramitação da acção quer do prazo legal estabelecido para o cumprimento voluntário (15 dias ou outro estabelecido por acordo), dado que, tratando-se de acordo feito pelas partes e de modo voluntário, partimos do princípio de que as mesmas tenham ponderado todas as incidências de pudessem obstar à sua realização.

Não sendo este o caso, o que em regra não deverá acontecer, as partes poderão aproveitar sempre o facto de ter sido restaurada a comunicação para, querendo, negociarem a dilação do prazo ou os termos julgados necessários, de modo a evitar a execução do acordo no prazo cominatório de 15 dias.

A interposição de uma acção declarativa, quando o autor tem em sua posse um título executivo e com ele fundamenta a demanda, não deve ser entendida como fundamento para a improcedência ou o indeferimento da pretensão requerida, mas sim como uma acção ou mecanismo desnecessário, aproveitando o Tribunal para, em face do mesmo, decidir por via de saneador sentença, nos termos da lei processual, aplicando sempre que possível a definição dos encargos e da obrigação de pagamento de custas e praticando o máximo legal, para que também pedagogicamente possa orientar quem desde modo procede, uma vez que o Estado (Tribunal) não deve denegar justiça.

Ao estabelecer a forma sumária de tramitação do processo, independentemente do valor da causa, o legislador deixa claro que os acordos devem ser cumpridos e as soluções que se pretendem voluntariamente apresentadas pelas partes devidamente ponderadas, acautelando de certo modo a certeza e segurança jurídicas, bem como a oportunidade na realização do direito e da justiça de modo efectivo, nos termos do artigo 29.º da CRA.

Como é sabido, o acordo de mediação só tem força executiva se for realizado nos termos do artigo 12.º e o documento respeitar os termos do artigo 26.º, ambos da presente lei, pelo que a sua interpretação deve ser conjugada.

A referência à execução forçada deve ser entendida, por conseguinte, articulada com os termos do CPC, em duas situações distintas:

- a) Tratando-se de uma mediação que tenha sido realizada nos termos precisos das disposições referidas a montante, a parte interessada pode intentar, a respectiva acção executiva junto do Tribunal competente, em caso de incumprimento, bastando para isso o título autenticado.
- b) Tratando-se de uma mediação que não tenha sido realizada nos termos do disposto nos artigos 12.º e 26.º, a acção com vista à execução forçada deve ser entendida como uma acção declarativa de condenação sempre que não tenha sido dado ao procedimento um tratamento que o torne apto, nos termos do CPC, para ser considerado título executivo bastante, podendo no caso ser a realização de autenticação da acta ou requerimento de homologação judicial ou ainda arbitral. A convenção de mediação pode prever uma cláusula escalonada e, por conseguinte, a arbitragem ser a via a seguir para a decisão heterocompositiva da questão objecto do diferendo.

ARTIGO 28.º

(Casos de anulação do acordo)

O Acordo em Mediação pode ser anulado mediante acção intentada junto do tribunal competente, por algum dos seguintes motivos:

- a) **Não ser o litígio susceptível de resolução por mediação;**
- b) **Ter-se verificado a caducidade da convenção de mediação;**
- c) **Ter-se violado os princípios consagrados no Capítulo II da presente Lei e tal facto tenha influenciado decisivamente no Acordo;**
- d) **Ter o Acordo por objecto, no âmbito das relações familiares, matérias não previstas no n.º 1 do artigo 46.º;**

- e) **Ter o Acordo violado o disposto no n.º 2 do artigo 53.º;**
- f) **Ter o Acordo violado as normas legais imperativas e os bons costumes.**

A mediabilidade objectiva está prevista no artigo 3.º, que a consagra de modo bastante amplo como direito disponível, conceito que comporta, além de bens patrimoniais, bens não patrimoniais, devendo a limitação de tempo para a realização do procedimento ser respeitada com rigor.

Não é de estranhar se na prática for usado o argumento da caducidade, por quem assim julgar necessário, de boa ou má-fé, conforme o alcance da nossa nota a montante, para deitar por terra os efeitos e recursos despendidos com o procedimento, o que na prática redundaria em perda de tempo e dinheiro para quem procura uma resposta célere e eficiente do sistema jurídico, e tenha acreditado na mediação ou na conciliação como a melhor porta para o feito.

Defendemos a alteração do conteúdo da norma do n.º 3 do artigo 23.º, uma vez que a consulta a um técnico abalizado para a devida orientação mostra-se de todo indispensável para a eficácia do modelo de mediação estabelecido pela lei.³⁸

Na mesma senda se coloca a situação da falta de harmonia entre a LGT e a LMCC, visto que a primeira apresenta um procedimento que nos parece, em muitos casos, contrário aos princípios sacrossantos da mediação e conciliação estabelecidos de modo imperativo pela presente lei, dos quais podemos destacar as limitações aos princípios da autonomia da vontade, igualdade e da neutralidade do mediador, só para citar alguns.

38 É necessário conjugar a interpretação da presente disposição legal com as normas dos artigos 16.º n.º 1, 26.º, para além dos artigos 46.º e 53.º, estes últimos remetidos *ope legis*. No mesmo sentido, anota LUACUTI, Adalberto. *Compêndio de Legislação Processual do Trabalho Angolano*, p. 66, Whereangola, 2018.

CAPÍTULO IV

Mediadores e Conciliadores de Conflitos

Artigo 29.º

(Mediadores e conciliadores privados)

- 1. Os mediadores e conciliadores privados que exerçam actividade em território nacional em regime de livre prestação de serviço gozam dos direitos e estão sujeitos às proibições, obrigações, condições e limites inerentes ao exercício da mediação constantes da presente Lei.**
- 2. No exercício das suas funções os mediadores de conflitos obedecem às regras de ética e deontologia constantes de regulamento.**

1. Da análise do disposto no n.º 2 do artigo 10.º , conjugado com a presente disposição legal, outra conclusão não nos oferecemos a apresentar, se não a de que o mediador e o conciliador devem agir, no exercício da sua função, com toda a independência e imparcialidade. Isto não anula a necessidade do cumprimento da lei e das regras de conduta emanadas para o efeito pelos órgãos competentes, vinculadas pelo seu consentimento para os casos em que tais instrumentos regulamentadores não tenham a forma de lei em sentido formal, nos casos dos mediadores e conciliadores vinculados a centros públicos. Em regra, decorrendo do poder regulamentar das instituições e mediação, cada uma delas se rege por regulamentos próprios em matéria de ética e deontologia, sendo estes os principais instrumentos de regulação e para a nossa realidade de particular, considerando que em Angola, até à data, não existem associações de mediadores ou conciliadores de conflitos. Enquanto não for aprovado um instrumento normativo com âmbito de aplicação extensivo aos mediadores privados, a constituição de associação ou outra forma de organização dos

mediadores e conciliadores, tal como prevê a lei, sem prejuízo de se discutir a pertinência, eficácia e utilidade de tal instrumento, deverão os mediadores balizar a sua actuação nos termos da presente lei e dos princípios gerais e específicos da mediação, bem como da convenção e termos de mediação ou conciliação. É bastante comum serem chamados a exercer esta actividade ou função³⁹ profissionais de reconhecido mérito ao nível da classe profissional a que pertencem, como é o caso de advogados, psicólogos, sociólogos, docentes, etc. Será que a estes profissionais, quando se encontrarem no exercício da função de mediadores, conciliadores ou árbitros, ser-lhes-ão aplicáveis os preceitos regulamentares das suas profissões, mormente em matéria dos deveres éticos e deontológicos? Quanto aos mediadores e conciliadores, será que podemos falar em verdadeiras normas deontológicas aplicáveis à função, quando a deontologia incide sobre uma profissão? Temos muitas reservas em admitir a aplicação dos regulamentos e códigos de ética de outros profissionais aos mediadores e conciliadores. No entanto, como também apontam o direito comparado e a realidade de outras tentativas neste sentido, não tem sido tarefa fácil reunir consenso para o feito⁴⁰. Outrossim, falar de um estatuto dos mediadores implica igualmente tomar atenção a outras formas de actuação, sendo caso bastante particular o mediador judicial que, seguramente, deve ter a sua actuação, em especial, regulada em diploma próprio. Pensamos que alinhado com esta intenção, o legislador laboral, diferente da opção geral feita nos termos

39 As posições de mediador e conciliador não são tidas como *profissão*, sendo que existe um movimento internacional que luta no sentido do reconhecimento das mesmas como tal, o que justificaria a existência de normativos próprios de natureza deontológica, bem como de uma autoridade com poderes de tutela e regulamentação no âmbito da classe.

40 O ICFML de Portugal e do Brasil desenvolveram tentativas de elaboração de um Código de Ética, porém, sem o sucesso precedido em termos de adesão e aplicação concreta e, na mesma senda, outras organizações procuraram atingir esse objectivo.

Por se tratar de *soft law*, a adesão às mesmas é voluntária, e o seu carácter sancionatório parece ser o objectivo mais difícil de alcançar, considerando que a aceitação do encargo, seja como mediador ou conciliador, resulta de um acto de vontade directo das partes.

Tivemos o privilégio ouvir, durante a realização do 1.º Congresso Internacional de Mediação e Conciliação, em Agosto de 2020, os relatos da digna Presidente fundadora do ICFML, Dra. Ana Maria Maia Gonçalves, que podem ser encontrados no canal do CAMACL, na plataforma digital *YouTube*.

da presente lei estabeleceu a regra da *mediação interventiva*, ampliando o âmbito de actuação e *poderes* do mediador nos conflitos de trabalho, quer individuais, quer colectivos.

2. Fica também afastada a ideia de que apenas exerce a função ou profissão de mediador aquele técnico afecto a uma instituição ou centro público ou privado. Defender tese contrária seria afastar a ideia da liberalidade da actividade de mediação e, em certa medida, limitar a liberdade das partes na escolha do modo como pretendem ver ultrapassadas as suas divergências ou resolver os seus conflitos. Sem dúvidas, advogamos a realização dos procedimentos de resolução de conflitos pela via institucional, dadas as vantagens que oferece em termos de segurança, praticidade e eficiência. No entanto, não é a solução mais acabada nem tão-pouco a única. O mediador privado que não esteja ligado a uma instituição poderá, certamente, encontrar dificuldades acrescidas para a sua afirmação, mas seguramente joga um papel fundamental na afirmação, divulgação e massificação do uso dos métodos autocompositivos de resolução de conflitos. Cabe ao órgão da administração pública criar políticas de incentivo à mediação institucional, fomentar a criação de núcleos ou associações representativas de profissionais da mediação, de modo a organizar e acompanhar melhor a actividade desenvolvida pelos mediadores privados individuais.

ARTIGO 30.º

(Requisitos para o exercício da mediação de conflitos)

1. **Salvo disposição legal em contrário, os mediadores de conflitos devem reunir cumulativamente os seguintes requisitos:**
 - a) **Ter mais de 26 anos de idade;**
 - b) **Possuir a licenciatura adequada ou experiência profissional relevante;**
 - c) **Ser pessoa idónea;**

- d) Estar no pleno gozo dos direitos civis e políticos;**
- e) Estar habilitado profissionalmente ou com um curso de mediação reconhecido pelo Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios.**

1. A mediação e a conciliação de conflitos como formas de restauração da paz social, por via da aplicação do direito e realização da justiça, não sendo (ainda) uma profissão nem uma função para cujo exercício haja necessidade premente de formação especializada ou concurso de habilitação, à semelhança da magistratura ou mesmo dos moldes em que hoje é regulado o acesso à advocacia⁴¹, não pode ser realizada com a eficiência que se pretende se não for garantido para os seus fazedores e utilizadores, no mínimo, a participação de pessoas profissionalmente experientes e com alguma vivência. Enquanto para o magistrado, na qualidade de aplicador da lei e a quem compete igualmente realizar justiça concorrendo, para efeito, o seu conhecimento técnico e científico, fundamentalmente não tem como condição absoluta para a realização do seu trabalho a experiência (quer profissional, quer de vida)⁴², condição que limita a realização da actividade do mediador e que concorre grandemente para a sua escolha ou aceitação pelas partes. A idade mínima de 27 anos de idade, aliada à formação académica ou experiência profissional, e a reconhecida idoneidade pessoal, parecem-nos, no geral, bastantes para a boa realização da função de mediador ou conciliador.

41 Nos termos do Regulamento n.º 1/19 de 7 de Maio, publicado na II.ª Série do Diário da República n.º 30.

42 Este facto não pressupõe a afirmação de que a idade e outras experiências profissionais, para os magistrados, seja irrelevante - muito pelo contrário. Assim, alinhamos na mesma posição de alguns autores angolanos e profissionais de carreira jurídica, tanto da advocacia como da magistratura, em como para determinadas jurisdições, como é o caso de família, menores e sucessões, o facto *idade* e consequente experiência de vida é fundamental no processo de formação da convicção do juiz.

No mesmo sentido é defendido que a experiência de exercício de outras funções ou profissionais de carreira jurídica oferecem ao magistrado valor acrescentado. Assim acontece no caso da advocacia, defesa pública, mediação, consultoria jurídica e docência, para mencionar algumas.

2. Embora o possa parecer, ao estabelecer na alínea e) a necessidade de habilitação profissional, o legislador não pretende limitar o exercício da função a todos quantos não estejam habilitados profissionalmente ou por via de formação reconhecida ou ministrada pela Direcção Nacional de Resolução Extrajudicial de Conflitos, sendo, sim, relevantes, os termos do n.º 3 do artigo 12.º, para a habilitação a inscrição na lista de mediadores e conciliadores dos centros públicos. Contudo, coloca-se a questão de saber como definir aquilo a que o legislador entendeu chamar de *licenciatura adequada, habilitação profissional e experiência relevante*, estas com alguma dificuldade, embora sempre possam ser aferidas por via de critérios objectivos a ser determinados por lei ou pelo órgão competente para a matéria regular. Pensamos que é mais difícil e largamente subjectiva a aferição da idoneidade da pessoa do mediador, mas se não tivermos em conta balizas principiológicas, deontológicas, éticas e de integridade definidas para, por um lado, determinar quem está habilitado e, por outro, evitar exclusões injustificadas. A nossa realidade actual demonstra que, apesar dos sinais de mudança, ainda têm sido muito poucas, quase inexistentes, mesmo, as formações dadas pela DNREL. Caso existam, entidades credenciadas para ministrarem tais formações, de certificação ou capacitação, não são do conhecimento público, facto que, por si reflecte a pouca oferta de tais formações e, por conseguinte, a exiguidade do número de mediadores qualificados. É urgente a mudança do quadro para melhor, porquanto a complexidade de alguns processos e a expectativa criada em torno do sistema de justiça no âmbito da sua reforma, aposta nos métodos extrajudiciais de resolução de conflitos como um facto imprescindível para a concretização do princípio da tutela jurisdicional efectiva. Outrossim, a pouca aposta na divulgação dos MARC e na formação dos seus actores põe em causa a realização do desiderato, pelo que todos somos chamados a participar.
3. mediação judicial e pré-judicial não tem como substrato para realização apenas a confiança depositada pelas partes nos

mediadores, mas também no sistema judicial. Por conseguinte, deve ser garantida pelos órgãos competentes a formação alargada dos seus agentes de modo a estarem familiarizados com o tema.

Neste tipo de mediação, muito seguramente não deverá bastar apenas a experiência (profissional) relevante, considerando a maior complexidade tanto das questões que se esperam tratadas por elas, como dos procedimentos especiais que devem ser aplicados no âmbito da sua realização. A lei evidencia que a função de mediador não é exclusiva de pessoas que tenham passado por determinada formação especializada para o efeito, o que não significa que não deve ser incentivada a criação de valências práticas e teóricas para quem pretende fazer da mediação a sua ocupação, enquanto profissional. Por conseguinte, a formação seria assim um requisito para que se possa ver aplicado, nas mediações realizadas por estes sujeitos qualificados e certificados, o valor de título executivo das actas ou acordos por estes subscritos e outras características reservadas por lei a estes agentes diferenciados. Defendemos a tese de que, numa primeira fase de implementação, a mediação pré-judicial e judicial sejam confiadas aos mediadores e conciliadores especializados ou certificados, considerando que na fase de conhecimento e afirmação deste mecanismo a qualidade das mediações e conciliações será determinante para a sua credibilidade e aceitação geral⁴³.

4. O requisito *experiência profissional e/ou formação especializada*, como referido a montante, justifica-se no que diz respeito à mediação judicial e pré-judicial. Somos, no entanto, de opinião que a mesma não deve ser exigida para o caso das mediações extrajudiciais, nas quais se aplica, com o máximo do seu âmbito, o princípio da autonomia de vontade, quer na escolha dos mediadores, quer dos procedimentos. Pensamos ser esta a visão do legislador

⁴³ Uma experiência positiva garante no mínimo que os mediados voltem a usar o procedimento, mas uma experiência negativa, para além de desprestigiar os mediadores e o centro no qual eles se encontram vinculados, construiu a ideia de ineficiência do procedimento, insegurança no sistema de justiça e consequentemente o afastamento de potenciais utilizadores desta via de solução de conflitos.

quando faz referência, no corpo desta disposição, à possibilidade de existência de disposição que a contrarie, permitindo, em consequência, o exercício da função de mediador por pessoas sem formação académica e sem experiência profissional relevante. A nossa cultura e tradição mostram-nos exactamente que, no mais das vezes, tanto nos grandes centros urbanos como nas zonas rurais, são chamados os mais velhos, as pessoas sobre quem recai o dever de mitigar os conflitos existentes nas famílias ou entre diferentes famílias e não só. Tal confiança não lhes é depositada pelo facto de serem titulares de alguma formação em direito, certificação ou capacitação em resolução de conflitos ou, ainda, experiência profissional⁴⁴, mas pela idoneidade moral socialmente reconhecida e, sobretudo, a experiência de vida. Se consideramos o disposto nos artigos 12.º n.º 3 e 11.º n.ºs 1 e 4, *in fine*, chegaremos à conclusão que no plano material a excepção prevista no n.º 1 do artigo 30.º passa a ser a regra, o que em nossa opinião não é o mais adequado à nossa realidade actual.

ARTIGO 31.º

(Atribuições gerais do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios)

- 1. São atribuições gerais do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios, nos termos da presente lei, as seguintes:**
 - a) Promover a criação e funcionamento dos mecanismos extrajudicial de resolução consensual de conflitos;**
 - b) Autorizar a criação dos Centros Públicos e Privados de mediação de conflitos;**

⁴⁴ Nas matérias para as quais a lei estabelece limites de transacção ao nível do direito positivo em razão de ordem pública, complexidade da matéria (mediação de recuperação de empresas, penal, laboral, etc.) ou outra, é de todo fundamental que o conciliador tenha o domínio destes temas e possa intervir na pré-sessão de conciliação ou durante o procedimento, alertando as partes de tais barreiras. Por conseguinte, considerando que o conhecimento da lei não é um exercício mecânico e que demanda a necessidade de conhecimento técnico especializado, fica justificada a necessidade de preenchimento do requisito *curso de formação* ou *licenciatura adequada*.

- c) Nomear a direcção dos Centros de Mediação Públicos;**
- d) Certificar as identidades formadoras da mediação de conflitos;**
- e) Criar e actualizar periodicamente o cadastro nacional e a lista de mediadores dos Centros de Mediação junto dos Tribunais e Conservatórias de Registo;**
- f) Regulamentar e fiscalizar o exercício da actividade de mediação de conflito, bem como sancionar eventuais práticas incorrectas;**
- g) Criar a base de dados dos mediadores e conciliadores de conflitos;**
- h) Promover e acompanhar a execução da Lei de Mediação e o respeito das normas éticas e deontológicas;**
- i) Divulgar a obra e estudos em matéria de procedimentos de mediação, sem prejuízo do respeito pelo dever de confidencialidade;**
- j) Destacar, periodicamente, os centros de excelência e as melhores práticas de mediação e conciliação de conflitos;**
- k) Dar tratamento as reclamações, petições e sugestões dos mediados e mediadores e outras pessoas interessadas em matéria de conflitos extrajudiciais;**
- l) Criar condições com vista a tornar gradualmente a mediação e conciliação de conflitos obrigatórias;**
- m) Contribuir para a dignificação das actividades de mediação e conciliação de conflitos;**
- n) Promover o intercâmbio local, regional e internacional em matéria de mediação de conflitos;**
- o) Promover formas de auto-regulação do exercício profissional da mediação e conciliação de conflitos.**

1. A DNREL do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos tem um papel fundamental para a promoção dos MARC e a sua aceitação. O mesmo acontece, paralelamente, em nossa opinião, com a questão da formação e informação sobre as suas valências, a grande e maior dificuldade para a sua efectiva e ampla implementação. Prevê a alínea l) a necessidade de serem criadas condições para que se torne gradualmente obrigatória a mediação de conflitos, desiderato que julgamos contraditório e em sentido diverso, se não mesmo oposto, dos valores axiológicos consagrados na lei como a autonomia da vontade, voluntariedade, nos termos dos artigos 6.º e 13.º. O que deve ser feito é todo um trabalho de promoção, fiscalização, apoio, divulgação das iniciativas de formação, pesquisa, avaliação dos trabalhos prestados pelos centros, melhorar e procurar uniformizar os procedimentos nos limites estabelecidos pela auto-regulação, etc., no sentido de, tal como a teoria da mão invisível dos clássicos (Adam Smith, David Ricardo), a mediação e a conciliação fazerem o seu caminho natural para a conquista da confiança e aumento dos seus utilizadores, com fundamento na sua maior eficácia, eficiência e vantagem face a outras formas de resolução de conflitos. Esta posição não coloca em causa as situações pontuais e limitadas ao mínimo necessário e adequado, em que a liberdade de escolha das partes se poderá ver limitada, por razões de políticas de justiça e opção legislativa de moção de acesso à justiça, ou que resultem da adopção de um procedimento institucional regulado nos termos dos instrumentos próprios dos centros públicos ou privados de resolução de conflitos. A flexibilidade e a auto-regulação permitem contribuir para a diminuição do excesso de regulamentação legal ou de outros instrumentos, conferindo aos particulares o direito de criarem normas sobre estas matérias. Contudo, este direito tem de conhecer critérios de realização, sob pena de produzirem o efeito contrário, ou seja, as *soft law* permitirem, por via da autonomia da vontade das partes, que as mesmas definam os procedimentos para um processo em concreto ou para diversos processos, tenha ela carácter

e aplicação meramente local ou internacional, pois o seu carácter vinculativo não se encontra na imperatividade ou coercibilidade do direito positivo de um Estado ou de uma entidade supra estadual, mas sim no facto delas, via de regra, estarem alinhadas com as melhores práticas locais ou internacionais. As directrizes ou guias de boas práticas são importantes e, parafraseando o legislador, *devem ser incentivadas*, de modo a garantir a menor intervenção possível da lei e dos órgãos da Administração Pública competentes, uniformizando comportamentos com a participação fundamental de associações profissionais ou núcleos de operadores da mediação, razão bastante para fundamentar a existência de tais organizações e o intercâmbio que deve existir sempre entre elas.

2. A Direcção Nacional deve criar condições para que a certificação de instituições de formação ou, na melhor das hipóteses, o reconhecimento de formações em matéria dos MARC feitas em Angola ou no estrangeiro, considerando o impacto da actividade destas instituições no que respeita ao fomento da cultura dos MARC, bem como possibilitar a certificação de mediadores para que, nos termos do artigo 12.º, possam emitir títulos executivos. Este desafio pode ser alcançado por via da criação de condições que possam atrair a atenção das instituições de formação, mas também pelo fomento da iniciativa local por parte dos profissionais nacionais formados e certificados. Somos de opinião que a presente norma, conjugada com a alínea j) do artigo 2.º, determina a competência administrativa da DNREL do MJDH, para a criação de centros de mediação de conflitos e conciliação, cujo regime geral vem previsto nos artigos 38.º e seguintes. Assim, não obstante a inexistência de um regime regulado por diploma especial, os termos do presente diploma são bastantes para a sua concretização, também no que respeita às entidades formadoras.
3. A fiscalização dos actos e poder de sancionar os autores pela prática de actos que contrariam as boas práticas, garantido o respeito de regras éticas e deontológicas, parece ser uma tarefa difícil de se concretizar dadas as circunstâncias em que se

encontram a realização das mediações e conciliações, sejam elas *ad hoc* ou institucionais, uma vez que não existem, de facto, regras deontológicas aplicáveis a todos, bem como natureza contratual, sem divulgação da realização dos procedimentos. Ao nível das instituições ou centros, seguramente pelo interesse que se prende com o crédito no mercado em matéria de concorrência, assim como das regras internas de deontologia, integridade e ética dos mediadores adstritos aos mesmos, em listas fechadas ou abertas, e levando em conta a probabilidade de não voltarem a ser indicados para mediações futuras, os mediadores tenderão a respeitar mais as regras estabelecidas e a garantia efectiva dos respeito de tais regras.

4. Uma das medidas que seguramente permitiria o alcance mais rápido e efectivo deste desiderato seria a criação de associações ou grupos profissionais privados, dedicados à matéria de regulamentação e fiscalização activa da actividade dos seus associados, estabelecendo deste modo regras de integridade e ética na actuação dos seus associados, bem como a aplicação de sanções. No mesmo sentido, uma colaboração efectiva e profícua com os órgãos públicos de tutela permitiria a desejada dignificação dos profissionais da mediação e conciliação, abrindo caminho para a merecida profissionalização da actividade de mediação.
5. Embora de forma muito tímida, temos assistido à promoção da mediação e da conciliação pelos órgãos públicos, sendo que neste capítulo deve ser reconhecido como marco importante a realização pelo Projecto CAMACL, do primeiro Congresso Internacional de Mediação e Conciliação de Conflitos, realizado em Agosto de 2020, por ocasião quarto aniversário da LMCC⁴⁵.
6. A alínea e) do presente artigo deixa transparecer a ideia de que o legislador considerou a existência de mediadores judiciais ou, se quisermos usar a mesma linguagem, *junto dos tribunais*, sendo

⁴⁵ O material produzido nesta actividade está disponível no canal de *YouTube*, CAMACL – Arbitragem e Mediação Angola.

que os mesmos teriam como condição para o exercício da função, a necessidade de pertencer a uma lista específica, uma vez que a mediação em processo judicial deverá de direito a constituir, ter implicações procedimentais distintas da mediação extrajudicial ou pré-processual, se consideramos a particularidade do facto de decorrer na pendência da acção e, concomitantemente, sob a presidência do juiz. *Estar sob a presidência do juiz*, atendendo igualmente ao n.º 2 do artigo 18.º, não significa necessariamente que este deve assumir a posição de mediador, aliás, o artigo em questão deixa precisamente esta ideia, ao estabelecer uma catalogação de mediadores, facto que permite concluir, em nossa opinião, que o legislador tenha optado por uma mediação processual ou pré-processual, realizada por um mediador distinto da pessoa do julgador, a quem caberia sempre, no caso da mediação judicial independentemente da existência de acordo das partes, pôr fim ao processo com a prolação de uma sentença, no limite e na melhor das hipóteses, homologando um eventual acordo.

7. O Estatuto do MINJDH aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 224/20, de 31 de Agosto prevê, no artigo 23.º, as competências da DNREL, das quais podemos destacar a implementação dos serviços de resolução de conflitos, desburocratização e desjudicialização, fomento da aplicação das melhores práticas, criação de cooperação interna e internacional, supervisão de centros privados, realização de estudos, apoio jurídico e consultoria às comunidades, divulgação e formação técnica sobre os métodos de resolução extrajudicial de conflitos. Com efeito, pensamos ser viável, dada a existência de uma pluralidade de entidades públicas que realizam a mediação de conflitos e conciliação, como são os casos da IGT, INADEC, INAC, PGR, TRIBUNAIS, etc., a criação de um sistema público de mediação e conciliação, bem como de instituições que congreguem estes centros, e de uma em que possam estar representados todos os centros, quer privados quer públicos. A criação da base de dados de mediadores e conciliadores não deve ser apenas uma lista de pessoas inscritas para a realização destes procedimentos –

devem ser estabelecidos critérios objectivos, como formações com limite mínimo de horas (80), conteúdo formativo básico específico, certificação, critérios de permanência na lista e idoneidade, constituindo estes os indicadores de qualidade dos profissionais com o nome da lista oficial⁴⁶. No âmbito da sua competência sancionatória e fiscalizada compete à DNREL acompanhar a actividade dos centros e dos mediadores e conciliadores, sejam eles afectos ao sistema público de mediação e conciliação ou a entidades privadas, pelo que neste contexto deve dar resposta adequada às reclamações que lhe são apresentadas pelos utentes destes serviços.

ARTIGO 32.º

(Competência do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios)

Compete ao Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios aprovar a lista de mediadores, os Centros de Mediação e as entidades formadoras, bem como exercer a autoridade em matéria de disciplina, ordem, funcionamento e organização da mediação e conciliação de conflitos, nos termos legais.

A análise dos artigos 31.º e 32.º deve ser feitas tendo em atenção as atribuições e competências da DNREL como organismo vocacionado para a avaliação, fiscalização e aprovação das propostas de criação de centros, formação em matéria de mediação e conciliação, nos termos do Decreto n.º 4/06, de 27 de Fevereiro e dos seus Estatutos enquanto Direcção afecta ao pelouro governativo competente para a materialização das políticas públicas do sector, seja por competências próprias ou delegadas pelos seus superiores.

46 Como advoga o ICFML “Não basta ser certificado, é necessário manter-se certificado”.

As competências disciplinares do DNREL têm o seu campo de aplicação pleno no que respeita aos centros públicos denominados CREL, porquanto é igualmente de sua competência a nomeação das direcções e a estruturação ao mais alto nível do modo de organização e funcionamento, o que não acontece com as entidades privadas ou centros públicos ligados a instituições diferentes do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

Parece-nos que admitir outra interpretação desta norma de forma absoluta seria abrir um campo para conflitos de competências e a intervenção exagerada na sindicância interna dos actos praticados quer por mediadores privados, quer pelos centros na pessoa dos seus responsáveis gestores, pelo que neste sentido também se justificará a afirmação normativa despidiêda por implícito de que a intervenção deve obedecer aos limites legais.

A aplicação da presente norma deve afastar a competência de intervenção dos órgãos de administração dos centros sobre os seus colaboradores internos, nos termos dos acordos que venham a ser celebrados por estes ou dos regulamentos submetidos a aprovação prévia da DNREL.

O exercício da tutela da actividade de mediação e conciliação pela MJDH, no que respeita à legalização dos cursos e instituições de formação, ao estatuto e deontologia dos mediadores, deve ser efectiva, concorrendo de modo relevante para a credibilização destes métodos de resolução de conflitos.

Porém, é necessário articular esta premissa com a elaboração de instrumentos legais adequados, por via de regulamento ou leis, criação de associações ou outras organizações colectivas que permitam fazer chegar e aplicar aos mediadores e conciliadores privados, bem como àqueles que não estejam vinculados a centros, os procedimentos de fiscalização e sanção que possam existir.

Temos vindo a assistir à criação de diversos serviços públicos que intervêm na prevenção de conflitos por via do aconselhamento,

mediação e conciliação, sem que para tanto se efective a intervenção directa do órgão legalmente competente para o efeito, tendo o capítulo da regulação como de supervisão.

Esta actividade é essencialmente jurídica e afecta constitucionalmente a realização do direito e da justiça, facto que por si mesmo devia tornar inequívoca a competência para a intervenção do departamento referenciado com as devidas e necessárias limitações, no sentido de complementar a sua actuação administrativa.

Outrossim, embora cada vez mais crescente, existe ainda na nossa praça um número diminuto de técnicos especializados na matéria e um desconhecimento da relevância dos MARC, pelo que somos de opinião que a abertura de diversos centros públicos de resolução de conflitos deve ser implementada de forma simultânea e inversamente proporcional à criação de centros privados, e necessariamente acompanhada da componente formativa.

Outrossim, considerando que as instituições de resolução extrajudicial de litígios são eminentemente privadas quanto à sua natureza, mais do que expandir os centros públicos será mais eficiente e menos onerosa a expansão dos serviços, ficando a concretização dos serviços a cargo das Delegações Provinciais sempre que a demanda não justificar a abertura de um CREL.

Em face da intervenção ainda bastante significativa do Estado como agente económico e regulador, de modo a promover a confiança das instituições no uso da mediação, somos de opinião que num futuro próximo, sem prejuízo da existência de um órgão supervisor ao nível do Executivo central, as competências atribuídas ao MJDH devam, em grande medida, estar adstritas a uma entidade pública dotada de autonomia administrativa e financeira.

ARTIGO 33.º

(Direitos do mediador de conflitos)

O mediador de conflitos em direito de:

- a) **Aceitar livremente a designação de mediador de conflito;**
- b) **Exercer com autonomia a mediação, em especial no que concerne à metodologia e aos procedimentos a adoptar nas sessões de mediação, no respeito pela Lei e pelas normas éticas e deontológicas;**
- c) **Ter uma identificação profissional de mediador;**
- d) **Utilizar o seu título profissional, promover a sua actividade, sem prejuízo do respeito pelo dever de confidencialidade;**
- e) **Ser remunerado pelo serviço prestado, nos termos do n.º 2 do artigo 20.º da presente Lei;**
- f) **Recusar tarefa ou função que considere incompatível com a actividades de mediação, com seus direitos e deveres;**
- g) **Registo no Cadastro Nacional, no Tribunal ou na Conservatória de Registo competente da sua área de actuação;**
- h) **Ser tratado com respeito e urbanidade, particularmente pelos mediados;**
- i) **Ser ouvido contra eventuais queixas a sua pessoa;**
- j) **Inscrever-se em um ou mais Centro de Mediação Públicos ou Privados;**
- k) **Participar nas acções de formação de continuidade e actualização sobre processos de mediação e conciliação;**
- l) **Ser membro de organizações associativas de mediação sem fins lucrativos.**

1. Relativamente à metodologia a usar, ressalvando as limitações colocadas pelas partes aquando da assinatura da acta de instalação ou termo de mediação (ou ainda por compromisso de mediação nos casos em que este resulte do facto de não existir uma cláusula modelo aplicável ou uma cláusula cheia) ou igualmente nos casos em que o procedimento aplicável é estabelecido por lei, no que respeita aos prazos e número de sessões, apresentação de documentos e outros, o mediador deve ter a liberdade de usar todas as técnicas possíveis e ao seu dispor para obter o melhor resultado. O mediador deve esforçar-se no sentido de conhecer as reais pretensões das partes, conhecendo-as devidamente de modo a perceber os seus objectivos gerais e essenciais, procurando separar o tratamento que deve ser votado às partes e os posicionamentos em face do problema ou conflito objecto da mediação. As técnicas de mediação podem ser diversas e a sua aplicação variar em função do caso concreto, sendo as mais conhecidas e aplicadas o *caucus*, escuta activa (e análise de expressões), parafraseamento, teste de realidade, *brainstorming* e a formulação de perguntas abertas.⁴⁷ O direito de aceitar livremente a indicação como mediador, pressupõe o direito de resistir a orientações ou ordens de um superior ou entidade contratante, pelo que o mesmo deve ser aferido não apenas no momento da vinculação do mediador ao centro, mas para cada nomeação ou escolha aferida no caso concreto, de modo a garantir a isenção, independência e neutralidade necessárias ao bom desempenho da função.
2. Ao estabelecer o direito a identidade profissional, utilização de título profissional, bem como a recusa de exercício de alguma função que julgue incompatível com a função de mediador, parece que o legislador toma indirectamente partido em relação à questão de saber se os mediadores e conciliadores pertencem ou não a uma classe profissional. Contudo, para que esta pretensão se confirme e realize de facto, ainda são necessários alguns passos. Certamente, o tempo há-de dizer se o nosso passo em frente será consolidado ou se daremos alguns à retaguarda, para maior impulso.

47 Basicamente, as técnicas estudadas e ensinadas pela escola norte americana.

3. Na sequência dos fundamentos aduzidos no nosso comentário relativamente à profissionalização da actividade de mediação, o nosso legislador vem mais uma vez, e de modo bastante preciso, apresentar aquele que inequivocamente nos parece ser um grande ganho para o fomento da mediação em Angola. No entanto, temos de admitir, sem paixões, que o melhor seria esta posição resultar igualmente de alguma experiência prática e efectiva do exercício da mediação entre nós, levando a perceber o seu valor e a valorização dos seus fazedores. Existem diversos países com mais experiência no que à realização da mediação e conciliação diz respeito, mas com muita resistência em aceitar o mediador e a mediação como profissão, sendo esta vista apenas como uma função intermitente, em que alguém se encontra colocado por inerência de ter aceite o encargo que lhe foi confiado pelas partes, quer por acordo, quer por nomeação de uma instituição pública ou privada. Não podemos esquecer que, dentre estes profissionais com formação graduada noutras áreas do saber ou sem formação alguma em especial, existem⁴⁸ aqueles que se dedicam exclusivamente a esta actividade⁴⁹.
4. O mediador tem o direito de ser registado como tal e ver esse registo dado a conhecer a instituições públicas tais como Tribunais e Cartórios Notariais. Se, por um lado, esta medida é um direito do mediador ou conciliador, por outro, serve de medida de segurança jurídica, pois é necessário garantir que os acordos e demais documentos apresentados nestas instituições tenham sido efectivamente subscritos por mediadores certificados ou pertencentes à lista oficial de mediadores⁵⁰.

48 Embora, no nosso caso, seja ainda pouco ou nada expressivo o número de mediadores, privados ou ligados a instituições públicas, cuja função seja exclusiva ou principalmente esta.

49 Sobre este tema recomendamos também a busca pelo conteúdo audiovisual existente no canal CAMACL, em que podemos ouvir a este respeito os posicionamentos de diversos especialistas, apresentados aquando da realização do 1.º Congresso Internacional de Mediação e Conciliação.

50 Principalmente para o caso dos mediadores dos centros públicos, em face do valor probatório atribuído aos acordos e para a aferição de existência do pressuposto processual de idoneidade do título executivo.

5. Resulta claro desta disposição legal, concretamente da alínea j), que a actividade do mediador, em princípio, não é exclusiva, pelo que um mesmo profissional pode estar vinculado a mais de um centro. Obviamente que esta liberdade, na prática, tem uma elasticidade menor do que pode parecer à primeira vista, em razão da disponibilidade de tempo ou em situações de incompatibilidade e impedimentos legais.

ARTIGO 34.º

(Deveres do mediador de conflitos)

O mediador de conflitos tem o dever de:

- a) Informar às partes sobre a natureza, finalidade, princípios fundamentais e fases do procedimento de mediação, bem como as regras a observar;**
- b) Respeitar os diferentes pontos de vista dos envolvidos, assegurando que cheguem a um acordo voluntário;**
- c) Promover o diálogo entre as partes, como instrumento decisivo da mediação⁵¹;**
- d) Abster-se de impor qualquer acordo entre as partes, bem como fazer promessas ou dar garantias acerca dos resultados do procedimento, devendo adoptar um comportamento isento, responsável e de franca colaboração com as partes⁵²;**
- e) Assegurar-se de que as partes têm legitimidade e possibilidade de intervir no procedimento de mediação, obter o consentimento esclarecido daqueles, para intervir neste procedimento e, caso necessário, contactar separadamente com cada um;**
- f) Aceitar conduzir apenas procedimentos de mediação para quais se sinta capacitado pessoal e tecnicamente;**

51 O mediador deve promover o diálogo entre as partes, de modo a que sejam elas as protagonistas no decurso do procedimento, fazendo com que a responsabilidade se mantenha ao seu nível.

52 A imposição de acordo constitui fundamento para a nulidade, sem prejuízo da responsabilidade civil e deontológica do mediador pelos prejuízos causados.

- g) Revelar aos intervenientes⁵³, no procedimento de mediação, qualquer impedimento ou factor de conexão que possa pôr em causa a sua imparcialidade ou independência e não conduzir o procedimento nestas circunstâncias;**
- h) Emitir declaração de impossibilidade de obtenção de acordo ou documento assinado com os termos da mediação;**
- i) Agir com urbanidade para com as partes, com os demais mediadores de conflitos, com o Organismo de Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios e demais intervenientes no processo de mediação;**
- j) Sugerir às partes a intervenção ou a consulta de técnicos especializados em determinada matéria, quando tal se revele necessário ou útil ao esclarecimento dos mesmos;**
- k) Garantir o carácter confidencial das informações que receber no decurso da mediação;**
- l) Formalizar por escrito a adesão das partes ao procedimento de mediação;**
- m) Não intervir em procedimentos de mediação que estejam a ser acompanhados por outros mediadores de conflitos a não ser a seu pedido nos casos de co-mediação ou em casos devidamente fundamentados;**
- n) Actuar no respeito pelas normas éticas e deontológicas previstas na presente Lei e em disposições regulamentares;**
- o) Cumprir as obrigações fiscais nos termos da Lei.**

1. Dentre os diversos deveres do mediador destacamos o de isenção e abstenção de apresentação de sugestões e imposição de soluções

53

as partes, dado que por força do princípio da voluntariedade, corolário da autonomia de vontade, nos termos das alíneas b) e d) do presente artigo, bem como do artigo 6.º, a solução para o conflito deve ser encontrada pelas partes em comum acordo, sem que para tal haja a interferência de terceiro. Torna-se mais evidente esta posição do mediador facilitador nos termos da alínea g) do artigo 2.º, mas não se espera outra coisa da parte de um mediador senão que, em função de determinado tipo de conflito e circunstâncias, adopte todas as técnicas, empenhando todo o seu saber no limite do possível⁵⁴, visando a melhor solução do conflito. Porém, pensamos ser necessário considerar que em determinadas situações, em razão das partes e natureza do conflito, seria de admitir a possibilidade de uma intervenção maior do mediador, tanto pela necessidade de advertir as partes durante o procedimento, de eventuais ilegalidades como de limitações do direito de transacionar. Fora destes casos ou nos por lei determinados pensamos que, havendo a necessidade de uma intervenção da parte do terceiro facilitador, a via a utilizar deve ser a conciliação porquanto ela permite a efectiva intervenção sempre limitada nos termos da lei e da convenção das partes.

2. O dever de informar as partes sobre o procedimento e termos gerais da realização da mediação, não é um dever exclusivo do mediador. Aplica-se, com particular incidência, aos serviços administrativos dos centros institucionalizados, se considerarmos que a intervenção efectiva do mediador tem lugar, via de regra, somente com a aceitação do encargo e num momento em que já se desenrola o procedimento. A sessão de pré-mediação não é o momento adequado para a realização de esclarecimentos sobre o funcionamento do centro, devem ser prestados pelos serviços administrativos aquando do contacto inicial do utente com o centro, seja presencial ou virtual. A pré-mediação serve, sim, para esclarecimentos sobre o procedimento, por ser cronologicamente posterior. Porém, nada obsta a que possa ser reiterado pelo mediador ou conciliador no

54 GOUVEIA, Mariana França. *Curso de Resolução Alternativa de Conflitos*, pp. 49 e 50.

início da sua intervenção no processo, normalmente na primeira sessão de mediação. Consideramos que o dever de informar e o direito à informação, por parte dos mediados, se prolonga durante a realização de todo o procedimento, considerando a necessidade das partes estarem esclarecidas e convenientemente informadas, não obstante a faculdade de se fazer representar ou acompanhar por advogados, ou ainda solicitar os serviços de consulta jurídica integrados nos centros ou realizados por escritórios de advogados. Aquando do requerimento de mediação e antes da manifestação de vontade da requerida e subsequente escolha do mediador deve ser administrativamente providenciada às partes a possibilidade de serem esclarecidas sobre os elementos básicos do todo o processo. Entendemos por *consentimento esclarecido* não qualquer declaração de aquiescência apresentada pelas partes, mas sim aquela que é antecedida da apresentação, pelo mediador ou pelos serviços administrativos, dos efeitos e termos gerais do procedimento ou, quando muito, confirmada suficiente e comprovadamente a sua existência. O não rigoroso cumprimento deste, em regra, coloca em risco o bom desenvolvimento do procedimento e a viabilização do acordo, sendo que no melhor dos casos pode dar lugar a desistência e, no pior, a recusa liminar de participação da parte requerida. O dever de revelação, tal como o dever de informação do qual é corolário, acompanha todo o procedimento e deve ser particularmente observado pelo mediador ou conciliador, sendo que o conhecimento de alguma informação adicional sobre as partes ou sobre a matéria do conflito permite a apresentação de uma revelação mais ampla, contribuindo deste modo para a eficiência e eficácia do procedimento. Em caso de dúvidas sobre o que revelar, o mediador deve dar a conhecer às partes todos os factos que julgar importantes e que possam afastar situações de impedimento absoluto ou relativo, de modo a permitir o pronunciamento das partes e a análise dos seus mandatários ou acompanhantes, caso existam.

3. O dever de urbanidade e respeito bem como a capacidade de escuta activa é uma característica que o mediador deve evidenciar sempre na sua relação com todos os intervenientes no processo, bem como com terceiros, se considerarmos que a mediação e o seu sucesso dependem muito da qualidade do mediador. Uma pergunta frequente é a de saber se na mediação é ou não possível e legalmente permitida a intervenção de terceiros técnicos, para a produção de relatórios de perícia e outros, nos casos em que se julgarem necessários. Como é de calcular, do procedimento de mediação espera-se algo expedito e informal, em que as partes não poderão discutir teses legalistas, mas sim, fundamentalmente, harmonizar interesses, com vista à obtenção de acordo voluntário transformando o conflito. Porém, nada obsta que um determinado regulamento institucional ou as partes, aquando da elaboração da convenção de mediação, no momento da realização do termo de mediação (nos casos em que este tem lugar) ou mesmo depois de iniciado o procedimento, desde que resulte de acordo das partes, façam intervir peritos técnicos. Esta opção, embora não seja muito comum, pode ser aproveitada pelas partes para antecipar a produção de provas que, não logrando êxitos no sentido de convencerem da real situação de facto sobre a qual se colocava eventual dúvida, pode ser usada por ambas as partes em momento e procedimento posterior, na fase judicial. Em tese, é uma questão de opção que cabe perfeitamente no âmbito da flexibilidade da regulamentação da mediação, pelo que pensamos ter andado muito bem o legislador, ao não vetar o uso desta ferramenta.
4. A confidencialidade é uma das características intrínsecas aos procedimentos de resolução extrajudicial de conflitos, e a mediação e conciliação não são excepção. Do mediador, ao contrário do que se pode eventualmente pensar, não se espera que desconheça os factos e motivos que fundamentam a solicitação da sua intervenção, sendo que a perspectiva é exactamente inversa. Por uma questão de técnica ou de escolha, o mediador pode optar por dar início ao procedimento sem conhecer o fundo da questão,

tarefa indubitavelmente com pouca relevância se se tratar de um mediador não interventivo. No entanto, é recomendável que, devendo trabalhar no sentido de facilitar a comunicação entre as partes, o mediador não só deva conhecer um pouco mais sobre elas no que toca a tirar ilações por via da linguagem não verbal, mas também conhecer sobre a matéria do conflito, o que lhe permitirá conhecer melhor o interesse de fundo ou real que as partes procuram alcançar com o processo. Estando às cegas, tal como a imagem que representa a justiça feita nos tribunais judiciais, a tarefa do mediador ou do conciliador torna-se mais dificultada, o que certamente não contribui para a célere, eficiente e adequada resolução do conflito. Escusado será dizer que os efeitos do conhecimento antecipado de informações sobre o processo em nada deve prejudicar as partes, uma vez que a informação deverá ser usada apenas para efeitos de resolução do conflito e, sobre a mesma, o mediador tem o dever de sigilo, estando inclusive proibido de a utilizar em proveito próprio ou de terceiro, sob pena de responsabilização por perdas e danos.

ARTIGO 35.º

(Impedimentos e escusa do mediador de conflitos)

- 1. Previamente à aceitação da sua escolha ou nomeação num procedimento de mediação, o mediador de conflito deve revelar todas as circunstâncias que possam vir a suscitar dúvidas sobre a sua independência, isenção ou imparcialidade.**
- 2. O mediador de conflitos deve ainda revelar às partes, as circunstâncias referidas no número anterior que sejam supervenientes ou de que só tenha conhecimento depois de aceitar a escolha ou nomeação.**
- 3. São circunstâncias relevantes, para efeito dos números anteriores:**

- a) **Uma actual ou prévia relação pessoal ou familiar com uma das partes;**
 - b) **Um interesse financeiro, direito ou indirecto, no resultado da mediação;**
 - c) **Uma actual ou prévia relação profissional com uma das partes.**
4. **Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º da presente Lei, o mediador de conflito não pode ser testemunha, perito ou mandatário em qualquer causa relacionada, mesmo indirectamente, com o objecto do procedimento de mediação.**
 5. **O mediador de conflitos que, por razões legais, éticas ou deontológicas, considere ter a sua independência, imparcialidade ou isenção comprometidas deve recusar a sua designação como mediador de conflitos e, se já tiver iniciado o procedimento, deve interromper o procedimento e pedir a sua escusa.**
 6. **Não constitui impedimento a intervenção do mesmo mediador na sessão de pré-mediação e de mediação.**
 7. **As recusas referidas nos números anteriores não determinam a perda ou prejuízo de quaisquer direitos do mediador de conflitos, nomeadamente no âmbito dos centros públicos de mediação.**
 8. **Aplicam-se ainda, subsidiariamente, ao mediador de conflitos os regimes de impedimentos, escusa e suspeição dos magistrados judiciais.**
1. **O dever de revelação é um dos mais elementares, porquanto serve como barómetro concreto de aferição da qualidade do mediador, uma vez que nem sempre a escolha feita em determinado tempo permite às partes aferir da disponibilidade e da existência de**

qualquer facto, antigo ou novo, que possa obstar à aceitação ou continuidade do mediador ou conciliador escolhido para o caso. Nem sempre os factos que possam subsumir uma situação de impedimento por suspeição de imparcialidade, falta de isenção ou independência do mediador são conhecidos pelas partes ou pelo próprio mediador, pelo que este dever acompanha-o durante todo o procedimento, sendo causa bastante para o seu afastamento, para renúncia ou mesmo, e no limite, para a anulação do procedimento.

2. As informações prestadas ao mediador ou que delas venha a conhecer no âmbito do processo, não podem por este ser reveladas ou usadas contra qualquer das partes, ressalvado as situações excepcionadas por lei. Esta limitação coloca-se também nos casos em que o mediador seja chamado a intervir como mandatário, perito, testemunha ou outra qualidade de interveniente processual. Sendo o mediador influenciável pelos factos que as partes trazem para as sessões é, por consequência, possível fazer aferições e percepções sobre o processo e sobre as partes, não sendo possível manter a sua isenção. Se, por alguma razão, o mediador se sinta ou tenha demonstrado o sentido da sua percepção colocando em causa a sua imparcialidade, mais do que uma faculdade em respeito às partes e no âmbito do dever de responsabilidade do mediador, deve pedir a sua escusa.

ARTIGO 36.º

(Direitos e deveres das partes)

As partes em conflito têm, no âmbito do procedimento da mediação, designadamente, o direito e o dever de:

- a) Contribuir para o processo de autocomposição do conflito;**
- b) Facilitar a acção do mediador com vista a chegar a um acordo entre as partes;**
- c) Disponibilizar todas as informações relevantes sobre a questão ou direito controvertido;**

- d) Comparecer nas sessões e audiências notificadas pelo mediador ou conciliador, conforme cronograma aprovado pelas partes;**
 - e) Pagar os honorários e outros encargos conforme o acordo final e tabela de custas aplicável;**
 - f) Constituir mandatário;**
 - g) Respeitar e tratar com urbanidade a figura do mediador e qualquer outro interveniente na mediação e conciliação;**
 - h) Manifestar antecipada e expressamente o seu desinteresse na composição consensual do procedimento de mediação;**
 - i) Subscrever a acta das sessões de mediação.**
1. A organização dos temas, do modo apresentado e designado na epígrafe do artigo, parece-nos ser uma forma pouco rigorosa para a elaboração de um diploma legal, considerando que é passível de causar bastante confusão na interpretação da norma e porque, no corpo do artigo, o legislador não separa os deveres dos direitos, e como sabemos, o não cumprimento do dever, via de regra, dá lugar a uma sanção como consequência jurídica directa, o que não ocorre com o não exercício de um direito subjectivo.
 2. Em suma, deviam ter sido separados os direitos dos deveres, de forma a permitir a sua aferição de modo adequado e sem celeumas. A título de exemplo: a não subscrição da acta da sessão de mediação é um direito (podendo a parte exercer ou não o mesmo, sem prejudicar a validade e eficácia jurídica do documento) ou é antes um dever do qual a parte em circunstância alguma se pode exonerar, uma vez tendo participado na sessão?
 3. Quando há manifestação antecipada da falta de interesse na composição consensual do procedimento de mediação, como é consabido, o procedimento de mediação é dispendioso e,

dependendo do modo acertado no termo de mediação, as despesas podem ser bastante expressivas, nos casos em que há intervenção de perícia técnica. A participação no procedimento de mediação ou conciliação⁵⁵ deve ser incentivada para que os interessados tomem iniciativa no sentido da sua realização, por acreditarem nos seus efeitos e vantagens. Sendo assim, colocar sobre as partes o dever de antecipar o desinteresse na composição dos conflitos, tem o reverso de ser igualmente uma forma de não incentivar o recurso a este mecanismo valioso de resolução de conflitos, mais ainda numa realidade como a nossa, em que a cultura do uso dos MARC é bastante incipiente. Como já manifestado em outros momentos, somos de opinião que as partes não devem ser obrigadas a submeterem-se a mediação ou conciliação, salvo por razões de excepção e devidamente estabelecidas na lei. Contudo, a partes podem, por razões de política e opção legislativa no sentido do fomento do efectivo acesso à justiça, ser obrigadas a responder positivamente ao convite para mediação, sem prejuízo da desistência posterior, se razões subjectivas ou objectivas justificarem a sua desistência. Isto, se consideramos que o uso efectivo da mediação e da conciliação constitui uma condição indispensável para a desjudicialização e desburocratização dos processos visando a melhor qualidade das despesas com a justiça para realização da tutela jurisdicional efectiva, por inerência ficaria justificada a necessidade da aludida resposta positiva à participação, ou justificação, em caso de ausência, sem prejuízo de eventuais multas aplicáveis⁵⁶. Sendo uma das bases do procedimento de mediação e conciliação trabalhar a restauração da comunicação entre as partes, que no início do conflito normalmente estão desavindas e sem vontade de dialogar, em que momento é que deve ser efectivamente aferida a falta de interesse? Julgamos ser necessário dar oportunidade, à parte requerida, de perceber

55 Que deve ser voluntária e passível de desistência, a qualquer momento e em qualquer fase do procedimento, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º.

56 Não concordamos com a sua qualificação como ilícito criminal, punível com pena de prisão, como tem vindo a ser feito ao nível dos processos laborais.

e conhecer o valor dos mecanismos de resolução de conflitos em questão para posteriormente e com a necessária convicção, tendo dado a si própria a oportunidade de resolver de modo adequado o conflito decidir, então, de forma livre, pela sua continuidade ou não.

4. A disponibilização de toda a informação relevante ao mediador é um direito ou um dever? Não terão as partes o direito de reservar para si o que julgarem conveniente, cabendo-lhes decidir o que é ou não relevante? Poderá o procedimento ser interrompido ou impugnado por falta de apresentação de informações relevantes, e nisto imputar a uma ou a outra parte as despesas decorrentes dos procedimentos? Como principais interessadas no sucesso do procedimento de mediação, as partes têm, sim, o dever de colaboração, nos termos do artigo 13.º, mas julgamos que não é possível daí aferir que tenham, por inerência deste facto, o dever de apresentar todas as informações que sejam do seu conhecimento, mas sim facilitar o trabalho do mediador. A mediação e a conciliação permitem o uso de diversas técnicas com vista a alcançar a composição do conflito, cabendo ao mediador utilizar os mecanismos e estar suficientemente preparado⁵⁷ para dar o melhor tratamento à questão e, no limite, se assim julgar necessário, dar por terminado o procedimento. Como podemos constatar, há inúmeras questões sobre as quais somos chamados a reflectir e delas extrair as conclusões que nos poderão levar a sugerir a alteração da norma ou não, pelo que o tempo e a prática dirão sobre os efeitos das escolhas feitas em determinado contexto pelo nosso legislador ordinário.
5. O dever de comparecer nas sessões complementa o dever de pagamento dos honorários e despesas estabelecidas por acordo ou tabela dos centros, reforçando o sentido de eficiência e eficácia pretendidos com os procedimentos de mediação e conciliação, mas também a melhor utilização dos recursos financeiros das partes

57 Nos termos da alínea f) do artigo 34.º.

uma vez que sobre elas recai o dever de pagar as despesas do processo. Neste sentido, a manifestação oportuna da intenção de não chegar a acordo é relevante para os processos de conciliação, para os quais o acordo acaba por ser uma finalidade a atingir, diferente da mediação.

ARTIGO 37.º

(Entidade formadoras certificadas)

- 1. O exercício da mediação de conflitos deve ser precedido da frequência obrigatória e com aproveitamento positivo em cursos reconhecidos ou ministrados pelo Organismo da Administração Pública responsável pela resolução Extrajudicial de litígios ou por entidade formadoras por si certificadas.**
 - 2. As entidades formadoras certificadas devem informar ao Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios, o seguinte:**
 - a) As acções de formação para mediadores, antes da sua realização;**
 - b) A lista dos formandos que obtenham aproveitamento positivo nessa acções de formação, no prazo máximo de 30 dias após a sua conclusão.**
 - 3. O regime de certificação das entidades formadoras é aprovado por regulamento.**
-
1. O exercício da função ou encargo de mediador é, do nosso ponto de vista, uma actividade que tem na sua base a autonomia da vontade das partes como substrato contratual para a realização e aceitação do encargo de ajuda para a resolução de um conflito em concreto, pelo que não deve ser limitado de modo exagerado com requisitos e condições, como sejam o caso de prévia inscrição e obrigatória frequência de formação especializada com

aproveitamento positivo. As partes têm soberania na escolha do mediador, salvo as exceções que possam ser atendidas nos termos de determinado regulamento ou quadro jurídico concreto. Apesar da existência de vários centros privados e um público, a verdade é que com as condições que nos são apresentadas nos dias que correm, não temos entidades dedicadas à formação regular em matéria dos MARC em geral, sendo que até à data foram ministradas pela DNREL pouco mais de três formações. No rigor, a única entidade que tem realizado sessões de mediação em matéria laboral com regularidade, excluindo o CREL, é a IGT, no âmbito das competências a ela votadas nos termos da LGT. Porém, nem mesmo a IGT tem o seu quadro de colaboradores composto apenas por mediadores certificados.

2. A lista de exigências apresentadas para que as entidades formadoras possam exercer a sua actividade, em certa medida parece-nos ser um pouco exigente para um tipo e formação e actividade que se pretende de exercício livre, privado e com vinculação voluntária dos seus utilizadores, porém, justificável, se consideramos o quadro circunstancial existente no que respeita à prática e credibilidade dos procedimentos institucionais, bem como ao nível de formação dos mediadores existentes. A *racio* parece ser a de simplificação do processo mediante a certificação das entidades formadoras e, por inerência destas, todos aqueles que por ela forem formados com aproveitamento positivo. Uma vez certificados mediante os critérios objectivos julgados bastantes e serem estabelecidos por regulamento próprio (sendo ele o regulamento geral de certificação de entidades formadoras ou regulamento específico para formadores em matéria de mediação e conciliação de conflitos, sobre a responsabilidade da DNREL), o escrutínio de todos quanto tenham tido bom ou mau aproveitamento podia ser requerido às instituições sempre que, no caso concreto, fosse necessária a informação para aferir a sequência por determinado candidato a uma função num órgão público de mediação ou conciliação ou outro efeito julgado necessário. Em face da importância e urgência

da regulamentação nesta matéria, somos de opinião que podemos sempre aproveitar a legislação fazendo as adaptações que se impõem considerando a natureza da formação, quando se trate de mediadores, conciliadores ou árbitros. Questão de importância e urgência singular é a regulamentação sobre a formação de mediadores judiciais, bem como a articulação da actividade em concreto junto das Comarcas judiciais.

CAPÍTULO V

Regime dos Centros de Mediação

Artigo 38.º

(Centro de Mediação)

- 1. Podem ser criados Centros de Mediação para facultar aos cidadãos métodos informais, céleres, eficientes e eficazes de resolução alternativa de litígios, através de serviços de mediação criados e geridos por entidades públicas ou privadas.**
- 2. São atribuições dos centros de mediação:**
 - a) Mediar quaisquer litígios que se enquadrem no âmbito das suas competências, em razão da matéria, tal como definidas nos respectivos actos constitutivos e regulatório, independentemente do local de domicílio ou residência das partes;**
 - b) Assegurar a coordenação e o apoio administrativo do procedimento de mediação;**
 - c) Coordenar a actividade do mediador de conflitos;**
 - d) Reter na fonte o pagamento das obrigações fiscais;**
 - e) Prestar serviços de informação e consulta jurídica;**
 - f) Realizar sessões de pré-mediação, com carácter informativo, não onerosa e sem compromisso, na qual é explicado o funcionamento da mediação e as regras do procedimento;**
 - g) Outras a determinar por regulamento.**
- 1. O recurso ao serviço de mediação é remunerado, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 20.º da presente Lei.**

1. Considerando o contexto actual, pensamos ser acertada a previsão legal da necessidade e provimento, para o utilizador dos centros públicos e privados, de um serviço de informação e consulta. Uma das grandes armas para o sucesso dos métodos autocompositivos é a informação que leva ao consentimento esclarecido e este ao acordo, por via da transformação do conflito – é fundamental para que a informação seja muito bem passada aos utentes e clientes dos serviços institucionalizados. A celeridade, eficiência e eficácia dos procedimentos de resolução adequada de conflitos e prevenção de litígios encontra na informação a base fundamental para a sua profícua realização. Conclui-se que a promoção para a criação de centros privados de arbitragem (interpretado aqui extensivamente para os centros de mediação e aplicando analogicamente as suas disposições, conjugando-as com a presente lei) deve ser feita, por pessoas colectivas do tipo empresarial ou associativo. Relativamente à criação de centros por associações coloca-se a questão de saber, no caso de associações sem fins lucrativos ou associações de profissionais como associações privadas de advogados, igrejas, etc., se poderão ou não ser promotoras da criação de centros de resolução de conflitos, sejam de competência genérica ou específica.

Em termos materiais, não é ainda uma questão que reclama preocupação urgente da parte da Administração Pública, no caso concreto pela DNREL. Contudo, pensamos que devemos começar a reflectir a este respeito e anteciparmo-nos aos problemas, sendo que, em nossa opinião, sociedades comerciais criadas para o efeito, sociedades comerciais com escopo diverso e que pretendam intervir neste tipo de prestação de serviços, associações profissionais e outras instituições de utilidade pública sem fins lucrativos, conjunta ou individualmente, federações desportivas, universidades e estruturas afins podem ser promotoras de centros institucionalizados de resolução de conflitos, sendo que temos algumas reservas quanto à promoção por associações privadas sem fins lucrativos, compostas exclusivamente por pessoas singulares, olhando para o contexto angolano em particular.

No final do dia pensamos tratar-se de uma situação que suscita a definição de critérios e regras objectivas, pois apesar da opção do legislador angolano, em termos de direito comparado constatamos que o critério liberal adoptado pelo legislador brasileiro não está, igualmente, deles isento.

O exercício da autonomia de vontade é intrínseco ao de direito à informação, razão pela qual em mediação, bem como na conciliação, ela é atendida em diversas dimensões e momentos pelos serviços administrativos, serviços de informação e consulta jurídica⁵⁷, sessão de pré-mediação, bem como, de modo contínuo, no âmbito do exercício do dever de revelação do mediador. No seguimento do disposto no artigo 18.º e dos comentários apresentados, definir na presente lei que as referidas sessões de pré-mediação (e não os esclarecimentos ou consultas⁵⁸) devem ser feitas por mediadores, pode pôr em causa a realização efectiva de tal desiderato, uma vez que os mediadores, mesmo os vinculados a centros públicos ou privados, via de regra são autónomos e remunerados em razão do tempo disponibilizado para a colaboração com as entidades a que se encontram vinculados. De direito a constituir, somos de opinião que esta obrigação, cuja relevância e importância é absolutamente reconhecida, deva ser exercida pelos técnicos afectos aos centros e não de modo obrigatório pelos próprios mediadores, o que não invalida a sua efectiva realização por estes, de modo voluntário, nos casos em que a mesma esteja a ser realizada por mediadores individuais ou singulares, ou ainda o reforço das mesmas premissas durante o momento de elaboração do termo de mediação ou acta de missão⁵⁹.

58 Fazemos nota de que o serviço de informação e consulta pode ser oneroso, ao contrário da sessão de pré-mediação, que é sempre gratuita.

59 Esta sugestão, logicamente, só tem acolhimento nos casos das mediações institucionais em que, garantidamente, os mediados e clientes no geral têm a oportunidade de receber os esclarecimentos pelos serviços administrativos, de ter contacto com o regulamento do centro e podem solicitar ou não os serviços de informação e de consulta jurídica, tudo isto antes da realização dos esclarecimentos pelo mediador em sessão própria.

2. Ao estabelecer a obrigação de ser feita a sessão na pré-mediação com carácter não oneroso, presidida pelo mediador, nos termos das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 18.º e alínea f) do n.º 2 do artigo 38.º, pensamos estar na presença de uma confusão de termos e conceitos, uma vez que a sessão de pré-mediação acontece depois de convencionado o termo de mediação e a aceitação consequente do encargo pelo mediador ou mediadores. Tratando-se de mediação institucional, as explicações e informações sobre o funcionamento da mediação ou conciliação, que devem ser prestadas antes de ser firmado o termo, devem ser passadas administrativamente e em momento anterior à sessão de pré-mediação, podendo ser garantida a sua realização competente por um Secretário de Processos ou mesmo pelo Coordenador ou Secretário-Geral do centro. O procedimento, como apresentado nos termos da lei, pode ser de difícil concretização e os seus custos insustentáveis por parte dos centros, pelo facto de obrigar a intervenção do mediador que, via de regra, não é um assalariado, mas um profissional qualificado, com disponibilidade limitada, cuja actuação é, por conseguinte, dispendiosa. Na falta de melhor solução, os centros podem sempre optar pela contratação de um mediador efectivo, a quem deve ser atribuída a responsabilidade de realizar as sessões ou ainda convencionar, com os seus colaboradores, a realização de sessões não remuneradas por quantia proporcional à paga pelos clientes para efeitos de registo. Como podemos perceber, considerando a flexibilidade do procedimento, os centros têm a possibilidade de regulamentar a sua realização de modo a adequar melhor a sua realidade material e necessidades para adequado funcionamento. Talvez se esteja a transportar para a generalidade dos casos a lógica de funcionamento pretendida para os centros públicos, em que os mediadores são quadros internos na condição de colaboradores efectivos e permanentes.
3. Para a criação de centros devem ser considerados os seguintes requisitos essenciais, circunscritos em pelo menos dois momentos distintos:

1.^a Fase – Criação: determinação da entidade promotora (sociedade ou associação); estrutura física e organizacional do centro (sede, certidão negativa de firma, registo, composição da administração, etc.); estatutos do centro (objecto, âmbito, etc.); Condições técnicas e tecnológicas (equipamentos).

2.^a Fase – Autorização para funcionamento: regulamentos de procedimentos e Código de Ética; tabela de honorários e despesas (preços dos serviços e política de isenção); lista de mediadores (certificados ou membros da lista do MJDH); aferição da idoneidade (declaração fiscal de não devedor, registo criminal, etc.); quadro técnico e capital humano (identidade do Secretário-Geral e dos responsáveis pelos serviços); habilitação (legislativa ou administrativa), constatação da existência efectiva de condições adequadas para o funcionamento do centro (vistoria final).

Diferente da realidade legal no Brasil, país cuja cultura de mediação e conciliação é de grande referência para os países lusófonos, Angola optou por um regime legal menos liberal, pelo que a criação dos centros obedece à necessidade e autorização administrativa. Num primeiro olhar pode ficar patente a ideia de que a opção tomada pelo legislador angolano é a mais difícil e menos eficiente no que respeita à divulgação e realização da mediação e conciliação institucional. Em nosso entendimento, esta opção resulta da necessidade de responder à realidade social, que reclamava dos factos uma fiscalização preventiva dos órgãos públicos quer sobre a actividade dos centros, quer sobre a idoneidade das entidades candidatas ao exercício de gestão dos procedimentos de resolução de conflitos, considerando igualmente o facto de se tratar de uma verdadeira actividade jurisdicional.

ARTIGO 39.º

(Entidade gestora dos Centros Públicos de Mediação)

- 1. Cada Centro Público de Mediação é gerido por uma entidade pública, autorizada pelo Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios e identificada no respectivo acto constitutivo ou regulador.**
- 2. Cabe à entidade gestora manter em funcionamento e monitorizar o respectivo Centro.**
- 3. Os dados obtidos nos procedimentos de mediação podem ser utilizados para fins de tratamento estatístico, investigação científica, sem prejuízo do disposto no artigo 9.º da presente lei e da protecção de dados pessoais.**
- 4. Os actos constitutivos ou regulatórios dos Centros Públicos de Mediação podem determinar a obrigação das partes comparecerem pessoalmente nas sessões de mediação não sendo possível a sua representação.**

1. Não obstante a possibilidade de ser feita à luz do quadro jurídico legal vigente, na perspectiva de melhor organização legislativa considerando as particularidades dos serviços de resolução autocompositiva de litígios, a criação de centros públicos e privados de mediação e conciliação de conflitos deverá ser objecto de regulação legal específica, à semelhança do que acontece com a criação de centros de arbitragem. O modo de criação dos centros públicos nem sempre é feito por via administrativa (despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos), mas também, e não raras vezes, por determinação directa da lei. Esta via dupla de concretização da criação dos centros é potencialmente geradora de conflitos de competência, porquanto, em geral, os centros criados estão adstritos a outros departamentos ministeriais. Pensamos que a melhor interpretação e aplicação deste expediente deve

ser, primeiro, a competência exclusiva do órgão da Administração Pública abalizado para o efeito (MJDH) ter reserva de competência para a matéria, podendo apenas por via legislativa ser consagrada a atribuição deste ou daquele órgão para a realização de resolução de conflitos através de centros, condicionados por inerência à sua constituição junto do órgão devido, permitido assim o escrutínio preventivo e sucessivo do processo de constituição, bem como a supervisão da actuação destes centros⁶⁰.

2. Nos termos do n.º 1 do artigo 21.º, o legislador dá às partes a possibilidade de se fazerem representar no procedimento de mediação ou conciliação, preterindo a comparência presencial. No nosso entender, e considerando a possibilidade que é reconhecida às instituições de mediação para que, no âmbito dos seus regulamentos, possam estabelecer como regra a presença pessoal das partes, leva-nos a crer que o legislador reconhece a importância e a maior eficácia do procedimento se as partes estiverem fisicamente presentes. Sendo assim, questionamos sobre as razões subjacentes à opção feita no artigo 21.º, bem como o facto desta excepção abranger somente as mediações ou conciliações institucionais, e aquelas em que as partes tenham optado pela adopção de uma cláusula modelo, apesar de serem extrajudiciais. Esta interpretação do âmbito da aplicação da excepção facilmente nos leva a concluir, implicitamente, que resulta da lei e, em princípio, resolve um primeiro problema. No entanto, o que se poderá dizer daquelas mediações em que na cláusula cheia de mediação ou no compromisso, as partes tenham optado (com previsão no contrato ou em documento distinto), voluntariamente, pela possibilidade de representação? Mesmo nestes casos, pensamos que seria de aplicar o artigo 21.º e não o artigo 40.º, se consideramos o conteúdo das normas, facto que seria discriminatório uma vez que, de direito a constituir, pensamos que

60 Julgamos que este devia ser o caso do exercício da actividade de mediação de conflitos pela IGT, pelo que, para tanto, devia requerer junto do MINJDH, uma vez autorizado pela LGT para o exercício da actividade, a criação do centro público de mediação laboral deixando, desta forma, de ser a mesma realizada por inspectores do trabalho e com limitações no acompanhamento da sua actividade.

deve ser invertida a ordem, tornando excepcional a representação das partes. Obviamente que isto não se confunde nem deve obstar ao direito à assistência jurídica na mediação e conciliação, sempre que a parte assim desejar.

ARTIGO 40.º

(Publicidade)

A informação respeitante ao funcionamento dos Centros de Mediação e aos procedimentos é prestada presencialmente, por contacto telefónico, correio eletrónico ou do sítio eletrónico da entidade gestora.

1. A divulgação dos métodos de resolução de conflitos bem como dos procedimentos e encargos em que incorrem as partes no caso de optarem por uma mediação institucional são informações bastante úteis e que devem ser amplamente divulgadas pelos centros. Não é possível fazer, da melhor maneira, um juízo valorativo e análise de custo e vantagens comparativamente a outros métodos ou outros centros, se os seus regulamentos, tabelas de honorários de mediadores e conciliadores e despesas administrativas não forem divulgados. Quando um advogado é consultado ou o departamento jurídico de uma empresa é chamado a atender determinada situação de conflito ou eminência de conflito, põe-se a questão de saber qual o mecanismo adequado para o efeito. A resposta a esta questão, para que seja efectivamente completa, rápida e facilitada deve, num primeiro momento, reclamar a escolha da via adequada em função da natureza do conflito, considerando o valor económico e financeiro, urgência na sua resolução, interesse real, etc. e, posteriormente, a avaliação objectiva do custo da demanda face aos elementos anteriormente mencionados. A questão toma dimensão e visão diferentes se estivemos a falar de procedimentos de mediação ou conciliação em matéria de recuperação de empresas ou de um conflito com a administração pública, em face do interesse

público ou, quando muito, os interesses de terceiros que não sejam parte do procedimento, mas ainda assim interessados.

2. Em Angola, não temos uma regulação especial para os procedimentos de mediação e conciliação com a administração pública, pelo que a sua tramitação cabe ao âmbito da lei geral, sendo igualmente aplicáveis, com as limitações impostas por lei, as normas especificamente subsumíveis do procedimento e, eventualmente, do contencioso administrativo. Esta opção não se afigura negativa, principalmente numa realidade como a nossa, em que se espera uma menor intervenção do Estado, seja ao nível do Governo Central, seja por via das empresas e institutos públicos. Outrossim, temos um caminho longo pela frente, dado que o sentido das opções de política legislativa ainda não foram determinados especialmente, o que deixa abertura para estudos e avaliações técnicas dos aspectos do ordenamento jurídico interno e comparação com a prática internacional mais avançada⁶¹.
3. Embora a epígrafe do artigo nos possa levar a interpretar o seu corpo de modo limitado quanto ao âmbito, a verdade é que ela é muito mais ampla do que parece, pelo menos a nosso ver, porquanto não diz respeito apenas à utilização de meios electrónicos para a publicação ou publicidade de informações úteis. Também faz referência a informações e procedimentos, dado que as sessões são as que, pela sua natureza, têm carácter informativo (pré-mediação), pelo que julgamos ser aplicável também aos procedimentos de mediação *online*, na sua perspectiva de utilização de ferramentas electrónicas ou na perspectiva mais técnica, se consideramos que o princípio da informalidade acompanha absolutamente a realização do procedimento⁶².

61 Recomendamos vivamente, como sugestão de leitura para estudo e consulta, a recente obra do Dr. Adolfo Braga, actual presidente do IMAB. A referida obra, publicada no Brasil em 2020, é resultado da sua dissertação de mestrado em Direito.

62 O conceito de *mediação online* vai além do simples uso de aparelhos electrónicos, envolvendo todo um conjunto de técnicas e procedimentos distintos daqueles normalmente utilizados na mediação presencial.

ARTIGO 41.º

(Regras de funcionamento)

1. **Os Centros de Mediação devem possuir um regulamento interno de funcionamento que disponha, dentre outros, sobre:**
 - a) **A natureza e âmbito dos conflitos que podem ser submetidos à sua apreciação;**
 - b) **As regras do funcionamento, incluindo as diligências preliminares, bem como outras disposições procedimentais, e aos idiomas utilizados;**
 - c) **Os princípios e as regras aplicáveis à mediação, bem como aos mediadores, tais como as normas sancionatórias, o Código de Conduta ou Normas Deontológicas;**
 - d) **Os encargos com a mediação, designadamente, os honorários dos mediadores e respectivas despesas administrativas, de harmonia com a tabela de custas em vigor, bem como a forma e tempo da sua liquidação;**
 - e) **Os órgãos de direcção do Centro, bem como a lista dos seus mediadores.**
2. **Os encargos do pessoal administrativo e auxiliar, bem como os custos da sua manutenção são suportados autonomamente pelo Centro de Mediação com base nas receitas provenientes do exercício das suas actividades na base dos rendimentos colhidos depois de deduzidas o cumprimento das obrigações fiscais e outros encargos.**
 1. Os regulamentos dos centros são instrumentos normativos que garantem as partes e intervenientes, a aplicação de regras pré-estabelecidas para a realização dos procedimentos de resolução de conflitos, bem como questões de natureza administrativa. Para que seja garantida a procura pelos serviços dos centros, é necessário

que se aposte na divulgação massiva dos seus instrumentos reguladores, em matéria de honorários, encargos administrativos, perícia, deontologia, etc.

2. Embora seja muito comum a existência e conseqüente divulgação da lista de mediadores e conciliadores dos centros, por servir para incentivar a procura dos profissionais nela indicados, tal facto muitas vezes tem efeito inverso, por denotar uma escolha pré-definida em determinadas pessoas, fazendo nascer suspeitas relativamente à falta de isenção ou de independência dos profissionais nomeados, pelo que tem sido cada vez mais comum os centros não disporem de uma lista de profissionais e, no limite, terem uma lista aberta. Porém, esta aparência não passa de uma percepção possível, visto que a finalidade de tal publicidade tem sobretudo a ver com a divulgação do centro e credibilidade dos serviços, permitindo a quem estiver interessado, proceder a uma avaliação preventiva dos técnicos existentes, comparar preços e condições que, no final, permitirão uma melhor escolha.
3. Na pendência da regulação especial sobre a criação de centros de mediação somos de opinião que a mesma pode acontecer com base e nos termos da presente lei que, por um lado, define a competência para a autorização, tipo e âmbito dos serviços de mediação de conflitos, natureza dos centros, forma de organização, princípios e procedimentos, estatuto do mediador, forma de gestão dos centros, regras deontológicas gerais e de custo dos serviços, etc. Obviamente que a presente lei não é um instrumento normativo específico para o efeito, pois não determina o procedimento administrativo para a realização da autorização de funcionamento dos centros, matéria que reclama regulação específica. Mas também não se espera que outra lei venha a regular pontualmente tudo quanto seja realização dos serviços administrativos dos centros e os procedimentos de resolução de conflitos, pois uma das matrizes destes meios adequados de solução de controvérsias são a flexibilidade, autorregulação e autonomia da vontade, e uma regulação excessiva muito provavelmente levaria à colisão com estes princípios.

Artigo 42.º

(Coordenação dos Centros Públicos)

1. **Os Centros Públicos de Mediação devem ter um Coordenador que pertence à lista dos mediadores oficiais do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios, a quem compete:**
 - a) **Coordenar e superintender todos os serviços respeitantes à mediação;**
 - b) **Designar os mediadores incumbidos de auxiliar as partes na resolução dos conflitos, quando estes não aprovem a escolha ou não alcancem consenso em relação à nomeação do mediador;**
 - c) **Promover a cobrança das taxas de inscrição, dos honorários dos mediadores, dos encargos administrativos e das demais despesas resultantes da mediação, devidos e não pagos por qualquer das partes;**
 - d) **O Coordenador pode ser recrutado para exercer a gestão do Centro a tempo integral, em regime de destacamento, requisição ou contrato.**
 2. **O Coordenador deve zelar para que os mediadores que colaboram com o centro cumpram as normas éticas definidas na presente Lei, e em legislação regulamentar.**
 3. **O Coordenador pode assistir como observador a uma ou mais sessões de mediação.**
-
1. O coordenador do centro público tem uma missão bastante importante, pelo que é imperioso que tenha, para além de conhecimentos bastantes em matéria de gestão administrativa, domínio prático da função de mediador, formação teórica qualificada em mediação (certificação), visto que esta última razão

justifica a necessidade do mesmo pertencer à lista de mediadores da Direcção Nacional. Em face do estágio da mediação de conflitos em Angola, as entidades formadoras e de cursos de formação a nível local, bem como a visão e alcance de mercado e o trato com a matéria técnica, ser visivelmente diferenciado com um ponto positivo para os técnicos privados, no mais das vezes, não temos dúvidas que o legislador esteve bem ao permitir que a função de coordenador, nos centros públicos, seja exercida por pessoas que não sejam quatuos do MJDH.

2. Para além das obrigações estatutárias e previstas no regulamentar de procedimento do Estatuto do Centro público, nos termos dos artigos 8.º e 9.º do Regulamento do CREL, ao coordenador impendem igualmente as obrigações previstas na presente lei, pelo que o mesmo deve responder, a quem de direito, relativamente aos serviços de mediação e outros que estiverem sob sua responsabilidade, promover a cobrança de taxas e garantir o seu pagamento e destino, bem como o cumprimento das regras éticas e deontológicas.
3. Os mediadores afectos aos centros públicos e, com as devidas adaptações, também os que trabalham para os centros privados, podem ser pessoas singulares contratadas com carácter permanente ou com vínculo de colaboradores não efectivos ou funcionários públicos com carreira ou não de mediador, colocados nos centros como efectivos por destacamento, comissão de serviço ou outro expediente administrativo bastante. Aos primeiros, nos termos do contrato que os vincula ao centro público em regime de colaboração, cabe o pagamento pontual de honorários pelos serviços prestados nos termos da tabela aprovada pela Decreto Executivo Conjunto 259/16, de 17 de Junho, na sua Secção III, artigos 15.º a 17.º. Por alguma razão certamente ponderada, o legislador deixou de regular efectivamente os termos para o cálculo e liquidação de valores referentes aos honorários dos mediadores e conciliadores nos centros públicos, tratamento diferente reservado aos árbitros, a quem, mais do que estabelecer o procedimento para qualificação,

cobrança e recolha de honorários, nos termos do artigo 11.º do Decreto Executivo Conjunto 259/16, de 17 de Junho, apresenta uma tabela de cálculo. Pensamos ser pelo facto de reservar maior flexibilidade para a mediação, aquando da fixação dos preços por acordo das partes e ou isenções estabelecidas pelos centros, mas tal facto não resulta, na prática, em limitações ou problemas relevantes para o desenvolvimento dos procedimentos, seja em mediação, seja em conciliação.

4. A intervenção de Coordenador na qualidade de observador é diferente do exercício da função de co-mediador, uma vez que a este é dada a possibilidade de intervir no procedimento, coordenando a sua actuação com o outro mediador ou mediadores do procedimento, em todas as suas etapas ou fases, interagindo directamente com as partes. Porém, a sua intervenção nesta qualidade fica dependente da aceitação e/ ou escolha das partes. Já o observador é alguém que, não obstante a possibilidade de tomar palavra no início, aquando da sua apresentação e/ ou anúncio de presença pelo mediador do conflito, tem a função exclusiva de observar, fazer registos individuais sobre os factos ocorridos durante o procedimento, de mediação ou conciliação, com a finalidade de deles extrair conclusões que permitirão melhorar a organização dos trabalhos dos centros, sem prejuízo de outros objectos específicos visados.

ARTIGO 43.º

(Parcerias e intercâmbios)

Os Centros de Mediação podem efectuar parcerias ou protocolos com os órgãos da Administração Local do Estado ou outras entidades, bem como trocar experiências com entidades nacionais e estrangeiras.

1. Encontramos nesta norma campo aberto para a colaboração e empreendedorismo na justiça, com vantagens diversas e recíprocas entre os centros e os órgãos da Administração do Estado. Sendo que existem avanços práticos no sentido da expansão dos serviços do CREL, e não sendo menos verdade que a remessa de processos para aquele centro por via da adopção da sua cláusula-modelo ou por compromisso de mediação ou conciliação, nos casos em que nos conflitos seja parte o Estado – embora não seja de todo razão para se colocar em causa a independência, isenção e imparcialidade dos seus profissionais –, admite-se que nem sempre se justifica haver alguma resistência por parte de entidades privadas, nacionais ou estrangeiras, no mais das vezes, sem justificação substancial concreta. Nesta medida, a parceria com centros privados ou outras entidades surge como uma grande solução para estes problemas, e deve ser devidamente aproveitada e incentivada. No que respeita às entidades privadas é bastante comum a prática de parcerias internas e internacionais visando a melhoria dos seus serviços e a melhor qualificação dos seus colaboradores como forma de fidelizar a sua clientela, bem como alinhar os procedimentos com as melhores práticas internacionais.
2. Não obstante a existência de pelo menos duas Direcções que, ao nível do órgão Central do Executivo, têm por excelência a incumbência da realização de protocolos de intercâmbio interno ou internacional, aos centros de resolução de conflitos e, no caso concreto, ao CREL, é nos termos da presente lei atribuída a competência de, por acto próprio e sem necessidade de autorização, elaborar e executar um plano de gestão compreendendo a divulgação dos serviços, qualificação dos colaboradores e parecerias estratégicas internas e internacionais, se necessário. Isto, porém, sem prejuízo do dever de informação e de harmonização de políticas de gestão e administração dos serviços, mais ainda face à sujeição dos centros públicos e privados a supervisão e fiscalização pelo MJDH, com os devidos limites.

3. Escusado será dizer que, para os centros privados, a possibilidade de parcerias e protocolos com entidades nacionais ou estrangeiras deve ser feita em conformidade com os estatutos e as limitações ou permissões estabelecidas pelas entidades promotoras da sua criação, pelo que não conhecem as mesmas limitações que se colocam com relação aos centros públicos.

ARTIGO 44.º

(Autorização para abertura de Centros de Mediação Privados)

1. **Os Centros de Mediação Privados carecem de autorização para realizarem mediação e conciliação de conflitos, não podendo dar início à sua actividade antes de serem autorizados por Despacho publicado no *Diário da República* pelo Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios.**
2. **O Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios manda publicar periodicamente a lista das entidades privadas credenciadas como Centro de Mediação e Conciliação de Conflitos.**

1. Relativamente à criação de centros privados de resolução de conflitos remetemos para os comentários feitos a jusante, com particular remissão para os artigos 18.º, 38.º e 39.º. A criação de centros de resolução de conflitos em matéria de mediação conciliação de conflitos, públicos ou privados, é uma competência reservada ao Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Não estando regulados os termos procedimentais para a sua realização concreta, matéria que julgamos dever ser objecto de tratamento específico em diploma próprio⁶³, em face da previsão legal trazida nesta lei, deverá merecer apenas tratamento bagatelar, dispensando o formalismo de emanção legislativa de competência do titular do

⁶³ Pensamos que, de direito a constituir, a melhor opção seria a criação de um único instrumento para regular a criação de centros tanto de arbitragem como de mediação e conciliação de conflitos.

poder executivo, uma vez que, apreciando a questão com maior atenção e profundidade, se constata que nada impede que se avance para esta segunda e mais prática solução do problema. Desde logo as vantagens seriam inúmeras, sendo uma delas o facto de permitir que, na pendência da criação do diploma específico sobre a criação dos centros⁶⁴, permitiria que os já existentes pudessem requerer a extinção dos seus serviços para que, à semelhança do CREL, também realizassem procedimentos de mediação e conciliação de conflitos, sem prejuízo da conformação dos seus procedimentos, regulamentos e demais actos que estabelecem a lei, mormente quanto à qualificação e certificação de mediadores.

2. Embora a mediação possa ser desenvolvida por privados, não deixa de ser uma função de natureza pública ou, quando muito, de interesse público. Sendo a sua realização articulada com a actuação anterior ou posterior de instituições de justiça tais como a Procuradoria da República⁶⁵, os Notários e Conservatórias⁶⁶, a Ordem dos Advogados⁶⁷, a Provedoria de Justiça e os Tribunais⁶⁸ torna-se necessário – por várias razões, dentre elas a segurança e a certeza jurídica – que os centros sejam avaliados periodicamente nos seus mais diversos aspectos, e tornada pública a lista actualizada daqueles que se encontram autorizados a exercer a actividade de gestão de processos.

64 Que, não sendo uma lei em sentido formal e, por consequência, hierarquicamente inferior, não poderá contrariar as disposições do presente diploma legal.

65 No caso da medição penal e familiar, seja como fiscalizador da legalidade, seja como parte interessada na participação e instrução do crime de prevaricação, quando comeditos por mediadores.

66 Para o reconhecimento de acordos e demais documentos, na tramitação de processos de resolução de casamento, no averbamento de actos, na solicitação de procedimentos junto dos centros, etc.

67 Na escolha dos centros para a requerimento de procedimentos, pelos seus associados com institucionalmente nos termos da presente lei, para a nomeação de mediadores sempre que for chamada, para o tratamento de matérias deontológicas sempre que intervenham associados seus na qualidade de mediadores, de representantes de parte ou de mandatários, etc.

68 Para a execução de acordos, avaliação dos títulos e documentos apresentados pelas partes processuais ou outros, para a solicitação de mediação pré-judicial, para a colaboração institucional na realização de mediações judiciais, etc.

ARTIGO 45.º

(Supervisão)

1. **Cabe ao Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios aplicar as seguintes medidas, em função da gravidade da actuação do mediador de conflitos:**
 - a) **Repreensão;**
 - b) **Suspensão das listas; ou**
 - c) **Exclusão da lista das entidades credenciadas.**
 2. **As medidas previstas no número anterior podem ser cumuladas com a aplicação da sanção de multa administrativa, nos termos a definir por regulamento.**
 3. **Os Centros de Mediação Públicos e Privados devem enviar um relatório e contas anuais da sua actividade ao Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios.**
 4. **Nos casos em que o mediador viole o dever de confidencialidade em termos que se subsumam ao crime de prevaricação, nos termos do disposto no Código Penal, o Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios deve participar a infracção às entidades competentes.**
-
1. A importância social da mediação e a postura ética e técnica do mediador são premissas fundamentais para que a mediação e conciliação possam efectivamente alcançar os objectivos que justificam a sua consagração como actividade jurisdicional. Se para os magistrados e advogados existe todo um conjunto de regras e sanções aplicáveis no âmbito do exercício das mencionadas profissões, por maioria de razão, ao mediador não devem deixar de ser aplicáveis sanções diversas graduadas consoante a sua

gravidade (facto concreto e efeitos resultantes da existência do facto). A interpretação da enunciação feita no n.º 1 do presente artigo não deixa dúvidas de se tratar de uma enunciação taxativa, no entanto, não exclusiva, se consideramos a possibilidade de serem acessoriamente aplicáveis sanções de natureza civil (responsabilidade contratual), ética (nos termos do regulamento dos centros ou associações das quais o mediador seja parte, por exemplo, associação de mediadores, ordens profissionais, rede de mediadores), etc., ou ainda de natureza penal. Não é pacífica a tese da aplicação de sanções assessorais ao mediador que, igualmente, seja profissional da advocacia, uma vez que quando investido na função de mediador, por inerência da aceitação do encargo confiado pelas partes, o advogado também não estava no exercício da profissão ou a praticar actos próprios de advogado. No entanto, há quem entenda que ao advogado, independentemente de estar ou não no exercício das suas funções como causídico, impende o dever especial de cumprimento da lei, de pugnar sempre e incondicionalmente pela justiça, no hábito do seu dever para com a sociedade no geral e para com as partes e intervenientes da mediação em especial.

No artigo 193.º da CRA, a advocacia é qualificada como sendo uma instituição essencial à administração da justiça, e o advogado, por seu turno, como servidor da justiça e do direito. Por conseguinte, pensamos ser defensável a tese nos termos da qual, do ponto de vista ético ou de idoneidade, o mediador advogado seja, por efeito, reflexo da sua actuação enquanto advogado. O mediador tem, como grande activo para o exercício desta função, a confiança que transmite às partes que o nomeiam, bem como aos centros que o admitem nas suas listas de colaboradores. Assim, não é apenas a lista oficial de mediadores do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos a única via de projecção da sua imagem profissional, embora seja esta uma das mais importantes, se consideramos o facto de conferir a qualidade de título executivo aos acordos com a sua intervenção. De igual modo, torna-se claro que nada obsta

que o mediador, salvo nos casos em que a sanção a ser aplicada o iniba efectivamente do exercício da actividade, possa exercer de forma *ad hoc* a actividade de mediador, bastando para tanto que as partes confiem nele a facilitação da comunicação no âmbito de um litígio-contrato, uma vez que o mesmo conserva a sua formação, capacitação e experiência profissional, ou ainda possível certificação que tenha adquirido. Contudo, ficam patentes ao órgão competente da Administração Pública as diversas omissões do legislador e a margem dada, ainda que sem esta pretensão, para aplicar sanções com efeitos para além dos esperados. A título de exemplo, a questão de saber se algumas das sanções previstas ou possíveis nos termos da lei aplicável são passíveis de ferir a idoneidade do mediador e, por conseguinte, torná-lo inapto para o exercício da actividade em centros privados ou de forma individual. Como concretizar o requisito *idoneidade*, e quando a qualificação negativa do mediador, feita por determinado órgão, vincula outros centros ou limita a liberdade de escolha das partes?

2. O regulamento referido no n.º 2 parece-nos tratar-se de um regulamento à presente Lei e não aos instrumentos específicos de cada centro ou associação. Porém, no âmbito da liberdade de contratar⁶⁹, nada obsta a que o mediador e o centro a que esteja vinculado tenham definido, em instrumento concreto (regulamento do centro, código de ética, poder disciplinar dos órgãos de Direcção do centro, etc.), a aplicação de sanções pecuniárias.
3. A fiscalização da actividade dos centros de resolução de conflitos não acontece apenas em matéria técnica, no que respeita à qualidade dos seus regulamentos, lista de profissionais vinculados, avaliação dos procedimentos aplicáveis, mas também das suas tabelas de preços e despesas com a organização, gestão e, no geral, os encargos financeiros assumidos pelas partes. Esta medida, bastante importante, permite que o órgão fiscalizador possa sucessivamente aferir a aplicação das tabelas por si aprovadas,

69 Artigo 405.º do CC.

a política de custas ou encargos estabelecida pelo centro, acordos estabelecidos com as partes referentes ao pagamento dos encargos e, não menos importante, a viabilidade financeira dos centros quanto à actividade geradora de rendimentos.

4. Considerando a natureza contratual da actividade do mediador, não obstante se trate verdadeiramente de uma função jurisdicional, a intervenção no âmbito da supervisão por parte da DNREL deve ser a menos evasiva possível, ou seja, proporcional à gravidade da infracção. Uma vez permitido que as partes possam convencionar os termos da sua actuação e também a aplicação primária das sanções legal e contratualmente acertadas, a intervenção imediata do órgão supervisor, em grande medida, não se justificará.

CAPÍTULO VI
Mediação e Conciliação Familiar

ARTIGO 46.º
(Matérias Familiares Sujeitas à mediação)

1. **Os Centros Públicos ou Privados de Mediação têm competência para mediar conflitos, no âmbito de relações familiares, nomeadamente, nas seguintes matérias:**
 - a) **Regulação, alteração e incumprimento do regime de exercício da autoridade paternal;**
 - b) **Divórcio;**
 - c) **Reconciliação dos cônjuges ou das pessoas que vivam em união de facto;**
 - d) **Atribuição e alteração de alimentos, provisórias ou definitivos;**
 - e) **Autorização do uso da residência familiar;**
2. **Subsidiariamente ao direito da família é aplicável ao presente capítulo o disposto no Capítulo III.**

1. As questões de família são bastante sensíveis, se consideramos os efeitos que um trabalho realizado com deficiência pode causar ao bem-estar de um agregado familiar, principalmente quando existem filhos menores. O legislador tomou o cuidado de apresentar um enunciado sobre as matérias em que a mediação é possível. No entanto, quer-nos parecer que esta enumeração é apenas indicativa e não taxativa, porquanto outras matérias que não as mencionadas podem ser objecto de mediação, quer por serem direitos disponíveis, quer por serem objectivamente transaccionáveis. A confiança, segurança e a confidencialidade são características muito realçadas no caso dos processos de família, pelo que se espera do mediador um papel fundamental, contudo de

neutralidade, de modo a permitir que seja alcançada uma solução por acordo, no melhor dos casos, apoiando as partes, porém, sem influenciar a decisão daquelas. É necessário termos em atenção a evolução do conceito de *família*, que se distancia dos conceitos tradicionais ou comuns de homem, mulher e os seus filhos, particularmente se consideramos a matriz africana e o valor social e económico da família numerosa, sendo que há muitas formas de ser ou formar família, com estrutura própria, tendo como base princípios e valores muito particulares⁷⁰.

2. O aumento gritante dos processos de divórcio em Angola, alegadamente fruto da instabilidade social e familiar e resultante, em parte, do tempo de conflito armado, adicionado à consequente perda de valores sociológicos, tem sido tendência com fortes raízes. Lembramos, neste ponto, que é constatação que a política de judicialização não resolve conflitos por sentença, mas sim pelo diálogo, o que permite restabelecer a comunicação entre as partes ou uma comunicação com qualidade.
3. As técnicas de mediação procuram restaurar os níveis de confiança e comunicação, separando o problema das pessoas, restaurando os níveis de confiança, procurando a harmonização de interesses comuns e complementares, focando nos interesses e pretensões reais das partes e não em critérios restritos de legalidade.

A aplicação do direito positivo por meio das suas normas gerais e abstratas, via de regra, não é a melhor solução para a resolução de uma questão concreta e especial, uma vez que a solução por sentença, muitas vezes, não leva em consideração o facto dos vínculos existentes entre as partes que, em muitos casos, se pretendem manter para além do processo e independentemente da solução encontrada. Embora seja verdade que, amiúde, o tribunal faz o seu melhor para que a solução dos conflitos seja a

⁷⁰ Não se devem confundir com os requisitos para o casamento nem com o conceito social (e não cultural) de família pois, actualmente, as famílias não são formadas apenas por pessoas de sexo diferente. Com a existência das vulgar e erradamente chamadas *barrigas de aluguer*, já é possível gerar filhos em famílias compostas por pessoas do mesmo sexo. No futuro, o legislador certamente terá de tratar estas questões com mais atenção, tanto no seu acolhimento efectivo como em sentido diverso.

melhor possível, a pretexto de vingança, salvaguarda de menores induzidos por opinião técnica menos preparada, falta de tempo e disponibilidade para melhor audição das partes, a mediação e a conciliação, sendo as ferramentas potentes que são, devem ser melhor aproveitadas em todas as suas formas.

Com a mediação, principalmente nos processos de família em que as relações têm carácter duradouro e um histórico de conflitos, a mediação deve ser vista como o meio mais adequado para os resolver, pois, como já foi mencionado, a mediação não é positivista legalista, nem procura aplicar absolutamente o direito – visa, antes, a resolução do conflito, trabalhando as percepções das partes de modo a transformar as relações controvertidas.

Dar às partes o poder de encontrarem a solução do conflito por via do acordo, permite a sua maior aplicação voluntária, por terem sido parte da solução. Muitas vezes a parte requerente busca não uma decisão condenatória, mas sim um pedido de retratação por parte do faltoso. Recomenda-se que a mediação e a conciliação⁷¹, sempre que necessário, usem a intervenção da Sala de Família da Procuradoria no conflito. Em casos de falta de acordo, seja por desistência de qualquer das partes, seja por limitação objectiva, somos de opinião que a parte requerente seja encaminhada para Tribunal, visando a aplicação dos termos julgados necessários, sob pena de se pecar na realização concreta da justiça e garantia da materialização do superior interesse da criança ou outros direitos fundamentais igualmente dignos de tutela.

4. O número dois do artigo 46.º apresenta uma redacção pouco precisa e, por esta razão, passível de diversas interpretações quanto ao seu sentido e alcance concretos. O legislador pretende mandar aplicar ao procedimento de mediação familiar, enquanto procedimento especial, o regime de procedimento de mediação

⁷¹ Mormente em processos em que a mediabilidade é relativa em face de reservas colocadas por Lei, como é o caso dos direitos dos menores ou aqueles em que a lei estabelece as balizas para a transacção, tais como em matéria de alimentos ao cônjuge, a filhos maiores, uso da residência familiar, exercício da autoridade parental, divórcio, etc.

previsto no Capítulo III.º da presente lei, ou, ao invés disso, ao direito adjectivo de família (Código de Família), mandar aplicar subsidiariamente as normas sobre mediação de conflitos em alguma matéria prevista num dos capítulos do Código de Família. Julgamos mais provável a interpretação primeira, se consideramos que a matéria de família tem carácter especial e se se justificar a aplicação de um regime procedimental especial, tal como sucede com a mediação laboral. Porém, não foi a opção do legislador, ao mandar aplicar o regime geral, com a ressalva das disposições dos artigos imediatamente posteriores.

ARTIGO 47.º

(Intervenção na mediação familiar)

A intervenção do Centro de Mediação pode ter lugar em fase extrajudicial, a pedido das partes, ou durante a suspensão do processo, mediante determinação da Autoridade Judiciária competente, obtido o consentimento daquelas.

A mediação e a conciliação, nos processos de família, pode ser extrajudicial, *ad hoc* e institucional, por iniciativa das partes, devendo conjunta ou individualmente ser requerida nos termos dos regulamentos aplicáveis, ou ainda na pendência de um processo, neste caso por iniciativa, que pode ser do tribunal onde corre o processo, suspendendo o decurso do mesmo, sendo esta a chamada mediação ou conciliação processual ou intra processual, porém, sempre com o acordo das partes neste sentido.

Não temos a menor dúvida de que a mediação e a conciliação, sejam elas pré-processual (*ad hoc* ou institucional) ou processual (judicial ou institucional), são ferramentas indispensáveis para a desjudicialização de processos e melhoria dos serviços dos Tribunais muito provavelmente correspondendo, nos dias que correm, à melhor e mais eficiente forma de resolver o problema da procura dos Tribunais e a manifesta falta de capacidade de resposta.

A ideia com que ficamos da análise do presente artigo é a de que o legislador, de certo modo, privilegia para os conflitos de família a mediação ou conciliação institucionalizada, provavelmente pela sensibilidade que as questões de família reclamam.

Não obstante, a existência de normas imperativas a regular as questões substantivas em matéria de família não pressupõem a sua indisponibilidade, pelo que o mediador ou mediadores⁷² devem redobrar a atenção nos casos em que intervêm menores.

ARTIGO 48.º

(Obrigatoriedade de informação da mediação familiar)

Antes do início de qualquer processo em matéria de família, a Conservatória do Registo Civil ou o Tribunal devem informar os cônjuges sobre a existência e os objectivos dos serviços de mediação e conciliação familiar.

1. Na mesma linha das diversas posições adoptadas pelo legislador, no sentido da promoção da mediação e da conciliação, como a possibilidade das partes participarem pessoalmente nas sessões, na realização da pré-mediação pelo mediador, o carácter obrigatório da pré-mediação, a tabela de honorários com custos relativamente baixos nas mediações em centros públicos, a política de isenção de encargos gerais sempre que possível e aplicável, a tendência para o carácter obrigatório da mediação, flexibilidade do procedimento, a natureza de título executivo dos acordos, a mediação de recuperação de empresas, etc., na falta de disposição genérica presente do CPC, o artigo 48.º da presente Lei constitui inegavelmente uma concreta demonstração da pretensão do legislador angolano em fazer da mediação a entrada para a desjudicialização dos conflitos e, nesta perspectiva, a redução das demandas de processos novos ou a extinção de processos pendentes.

⁷² Em caso de co-mediação é recomendável que ela seja conduzida por uma dupla de profissionais de sexo oposto de modo a trabalhar a aceitação e permitir melhor avaliação e definição dos termos para a condução do procedimento.

- a) Também é verdade que, no que toca ao conhecimento do instituto, à divulgação das suas valências, à existência das instituições, tal como à homologação dos acordos e/ ou execução dos mesmos, o Tribunal é chamado a intervir, ficando demonstrado o carácter complementar do sistema multiportas da nossa justiça. Infelizmente, ainda não vemos da parte dos Tribunais, Salas de Família e Conservatórias a concretização do disposto no presente artigo. Se tal fosse um facto, certamente teríamos muito mais reduzidas as demandas judiciais em matéria de família.

Pensamos que deve ser aproveitada a reforma do CPC para introduzir disposições que incentivem, de modo mais preciso, o uso da mediação e da conciliação extrajudicial, tornando obrigatória a informação sobre procedimento de mediação.

CAPÍTULO VII

Mediação Penal

Artigo 49.º

(Requisitos da mediação penal)

- 1. A mediação penal pode ter lugar em processo por crime cujo procedimento dependa de queixa ou de acusação particular.**
- 2. A mediação em processo penal só pode ter lugar em processo por crime que dependa apenas de queixa, quando se trate de crime contra as pessoas ou de crime contra o património.**
- 3. Independentemente da natureza do crime, a mediação em processo penal não pode ter lugar nos seguintes casos:**
 - a) O tipo legal do crime preveja pena de prisão de limite máximo superior a 5 anos;**
 - b) Se trate de processo por crime contra a liberdade ou autodeterminação sexual;**
 - c) Se trate de processo por crime de peculato, corrupção ou tráfico de influência;**
 - d) O ofendido seja menor de 16 anos;**
 - e) Seja aplicável processo sumário.**
- 4. Nos casos em que o ofendido não possua o discernimento para entender o alcance e o significado do exercício do direito de queixa ou tenha falecido sem ter renunciado à queixa, a mediação pode ter lugar com intervenção do terceiro queixoso em lugar do ofendido.**
- 5. Nos casos referidos no número anterior, as referências efectuadas no presente capítulo ao ofendido devem ter-se por efectuadas ao terceiro queixoso.**

- 6. A mediação penal é reservada aos Centros Públicos de Mediação.**
- 7. Subsidiariamente é aplicável ao presente capítulo, o disposto no Capítulo III.**

1. **Problemática** – o sistema judicial angolano tem sido caracterizado, desde sempre, por uma densidade de processos de natureza penal e não só, que têm desafiado as políticas públicas de justiça implementadas pelo poder executivo. A prática judicial coloca todos os dias verdadeiros testes aos tribunais e todos os actores que intervêm no processo de produção da justiça.

Com a aprovação da Constituição da República de Angola, a 05 de Fevereiro de 2010, e embora os corolários dos princípios da cooperação ou colaboração do processo justo e equitativo, da celeridade, entre outros, já tivessem consagração legal, alguns na anterior Constituição, uma resposta em forma de compromisso foi dada pelo legislador constitucional ao consagrar no nosso ordenamento jurídico, no artigo 29.º, o princípio da tutela jurisdicional efectiva, que implica, em primeiro lugar, o direito de acesso aos tribunais para a defesa dos direitos fundamentais, ou seja, o direito dos particulares de impugnarem e recorrerem aos tribunais contra todos os actos que violem os seus direitos constitucionalmente consagrados.

Foi nesta senda que, volvidos cinco anos da homologação da CRA, vimos aprovada a Lei da Mediação e Conciliação de Conflitos, onde encontramos a consagração e regulação dos termos para a realização da mediação em conflitos de natureza penal.

Actualmente, com a Lei n.º 18/21, de 16 de Agosto – Lei de Revisão Constitucional, publicada em Diário da República, I.ª Série, n.º 154, que visou adequar a Constituição ao actual contexto do País, ajustar algumas matérias que não se encontravam devidamente reguladas na mesma e regular matérias nela ausentes, não

se procedeu a qualquer alteração ou acréscimo ao artigo em referência, mantendo-o nos termos anteriormente consagrados.

Considerando o quadro legal existente, sem dúvidas podemos referir que se encontram criadas as condições para que a justiça penal angolana conheça outra forma de concretização da solução de alguns dos muitos processos que configuram crimes de natureza particular ou de dano reparável.

Neste capítulo, pretendemos chamar a atenção para a existência de vias extrajudiciais de resolução de conflitos e a sua utilidade para a justiça penal, sem deixar, porém, de lançar um olhar crítico sobre as mesmas, relativamente ao seu alcance prático.

Na verdade, não obstante as desvantagens que se possam apontar à mediação, enquanto meio de resolução de conflitos, o que tem motivado o surgimento de vozes contrárias, questionando a sua constitucionalidade e sobretudo o uso da mesma em questões criminais, pensamos ser indiscutível para a realidade angolana, as múltiplas vantagens que dela decorrem, como elemento imprescindível para a efectiva tutela jurisdicional, no que respeita ao acesso à justiça e ao direito, bem como da rápida resposta à litigiosidade de menor relevância criminal, a chamada *criminalidade bagatelar*, face ao significativo défice de recursos humanos, materiais, estruturais e financeiros existentes no nosso sistema jurídico.

À vista disso e apesar de sumariamente já termos abordado tal aspecto, importa que mais uma vez, nos debrucemos sobre a constitucionalidade da mediação de conflitos, por ser uma questão que até a presente data, ainda gera alguma controvérsia.

2. **A constitucionalidade da mediação de conflitos** – antes do surgimento da República como foi conceitualizada pelos romanos, a ideia de Estado já existia e, com ela, a de satisfação das necessidades da colectividade, pese embora em determinadas

circunstâncias tais necessidades visassem maioritariamente a satisfação de desejos de grupos restritos de pessoas.

Porém, a organização social é intrínseca ao homem, razão pela qual as ideias de grupos sociais e de sociedade sejam tão antigas quanto a de humanidade, pois o homem desde sempre se relacionou com os seus semelhantes, e fruto destas inter-relações, surgiram conflitos, que com o tempo e pelo desenvolvimento das ciências jurídicas foram dando lugar a grandes litígios.

As diferenças sociais determinadas pelo conflito de interesses e satisfação dos desejos das pessoas, em face da exiguidade dos recursos existentes, por consequência deu lugar a lutas entre determinadas classes, sendo que o Estado foi chamado a resolver as contendas fazendo intervir as instituições por ele criadas no âmbito do exercício do poder público.

Isto porque desde muito cedo se percebeu que a auto tutela, como um dos métodos de solução de conflitos e o mais primitivo, nascido do homem na disputa dos bens necessários à sua sobrevivência, não era a mais eficiente forma de realização da justiça e de criação da paz social, pelo que foi entregue ao Estado o monopólio da aplicação da lei, criando, com efeito, um centro de exercício de coercibilidade e chamando a si, de modo quase que absoluto, a criação de fontes do direito por via da lei e da realização da justiça material pela função jurisdicional.

Seguramente não se colocam dúvidas sobre a constitucionalidade da jurisdição, como sendo o nível de intervenção dos órgãos de justiça do aparelho público de um determinado território, sobre determinada matéria, hierarquia, ou ainda em razão da valoração do objecto do litígio a dirimir, pelo que, e como fizemos referência a montante, esta divisa é entendida no âmbito da função e exercício do poder jurisdicional⁷³.

⁷³ Sublinha-se, desde logo, que a Constituição estabelece e separa as funções dos órgãos de soberania do Estado, a saber, as do executivo, personificada agora pelo Presidente da República (art.os 108.º a 126.º), as do poder legislativo (art.os 160.º a 165.º) e as do poder judicial (art.os 174.º a 184.º), que resultam da divisão tripartida clássica entre as funções legislativa, executiva e judicial, formulada pelo filósofo Montesquieu. Todavia, actualmente avançam-se teses no sentido de se considerar tal classificação ultrapassada, trazendo à liça a imprensa, nas suas diferentes formas de manifestação - escrita, audiovisual, em blogues e em plataformas digitais de informação menos tradicionais - como um quarto poder.

Existindo várias, destacamos a jurisdição penal, por um lado, por ser sobre ela que apresentamos a nossa reflexão neste ponto e, por outro, pelo facto de, sem desprimor das demais, lhe ser conferida uma relevância singular por conta do seu acentuado carácter repressivo, considerando a natureza dos factos que lhe servem de objecto de estudo e aplicação. Isto porque a tarefa de decidir sobre a aplicação de uma medida positiva mais ou menos gravosa sempre foi difícil e, como se deve calcular, não é uma tarefa automática⁷⁴, pelo que deve ser exercida de modo responsável, independente, nos termos da lei e por um corpo de julgadores competentes.

E é por esta razão que a Constituição da República estabelece que os juízes são independentes, exercem as suas funções de harmonia com o primado na Constituição e na Lei, estando sujeitos à avaliação disciplinar periódica pelo órgão competente, e devem manter a sua disponibilidade para o exercício da função que lhes foi confiada. Daí possuem limitações nos seus direitos à liberdade sindical, sendo-lhes vetado o direito à greve e ao exercício de outra profissão, à excepção da docência, sendo que, em princípio, os mesmos não são responsáveis pelas decisões que proferem no exercício da judicatura.

Assim, a importância e relevância social e política da função jurisdicional exige do estado a adopção de mecanismos refinados de recrutamento, formação inicial e subsequente de magistrados e de funcionários judiciais, reservando a ambos procedimentos de avaliação da execução das suas tarefas, quer do ponto de vista de realização material, quer do ponto de vista deontológico e disciplinar.

⁷⁴ Ao ponto de ser possível substituí-la por máquinas robóticas, pois o trabalho do julgador é integrado por uma carga técnica, ética e valorativa que exige do aplicador da lei o conhecimento da hermenêutica jurídica e a sua conjugação material com o conhecimento da realidade material concreta da sociedade e dos factos *sub judice*, pelo que não se pode afirmar, como em outros tempos, que o juiz é simplesmente a *boca da lei*, até porque lhe cabe, no rigor da função, não a aplicação restrita da lei, mas sim a realização da justiça.

Ora, o sistema jurisdicional de Angola, que tem a sua consagração constitucional no capítulo IV da CRA, é composto pelos tribunais superiores⁷⁵, pelos tribunais de jurisdição comum⁷⁶ e os de jurisdição especial (cfr. artigo 176.º), competindo ao Estado assegurar o acesso ao direito e à justiça aos cidadãos⁷⁷, tendo este atribuído, como é consabido, o exercício da função jurisdicional aos tribunais, enquanto órgão por excelência, para administrar a justiça.

Entretanto, este não é o único nem o primeiro órgão cuja função é dirimir conflitos de interesse público ou privado e assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, sendo que, das disposições conjugadas do número 4.º do artigo 174.º e do artigo 197.º da CRA, se prevê a consagração constitucional das formas de composição extrajudicial de conflitos, reconhecendo-se a partir daí as outras formas de resolução de conflitos, destacando-se a mediação, a conciliação, a arbitragem, os julgados de paz, entre outras.

Pese embora não existam dados estatísticos fornecidos pelas entidades competentes, de forma a apresentarmos um panorama do recurso a estas formas de resolução de conflitos podemos referir que, quanto a arbitragem, actualmente, estão formalmente criados cinco centros de arbitragem que, na medida do possível, têm realizado resoluções de conflitos por via da arbitragem *ad hoc*.

E desde que Angola ratificou a adesão à Convenção Sobre o Reconhecimento e a Execução de Sentenças Arbitrais Estrangeiras (Convenção de Nova Iorque, de 10 de Junho de 1958), através da Resolução n.º 38/2016, de 12 de Agosto, o Tribunal Supremo já reconheceu sentenças arbitrais estrangeiras.

Porém, no que tange aos julgados de paz, não há grandes evoluções quanto à sua criação, organização e funcionamento,

75 São Tribunais Superiores da República de Angola, o Tribunal Supremo, o Tribunal Constitucional, o Tribunal de Contas e o Supremo Tribunal Militar.

76 Que tem no topo o Tribunal Supremo, seguindo-se os tribunais da Relação e os Tribunais de Comarca.

77 Artigo 29.º da CRA.

pelo que consideramos que, de momento, a disposição que os prevê é apenas uma norma programática, ou seja, uma norma que se consubstancia num programa e directriz para actuação futura do órgão estatal.

Isto posto, reafirmamos que, os MARC⁷⁸, em geral, e a mediação de conflitos, em particular, no ordenamento jurídico angolano têm consagração no artigo 174.º, n.º 4 da CRA, por isso, a sua constitucionalidade não pode ser colocada em causa, pois resulta de um preceito constitucional respeitante aos direitos, liberdades e garantias fundamentais e, como tal, de execução directa e vinculativa.

Nestes termos, sem descurar o reconhecimento devido que a Constituição e a lei atribuem aos tribunais, enquanto órgãos com competência de administrar a justiça em nome do povo, consideramos que a mediação e as demais formas de resolução de litígios, têm o seu campo de actuação no âmbito dos conflitos, aos quais a lei determina a possibilidade objectiva de serem submetidos a estas formas de resolução.

Neste contexto, apesar de não fazerem parte de qualquer órgão de soberania, nem aos mediadores terem sido conferidos poderes de autoridade ou outro equiparado aos dos magistrados judiciais, a verdade é que, não sendo órgão jurisdicional por excelência, a mediação de conflitos, (bem como os demais MARC), respalda da Constituição, pela importância fundamental que exerce no que concerne ao acesso à justiça e ao direito, sendo que, implementada activamente esta forma alternativa de resolução de conflitos, diminuiria grandemente as pendências judiciais, pelo que, deve ser promovida a sua prática, uma vez tratar-se de uma via pacífica e legal de resolução de litígios.

78 Métodos Alternativos de Resolução de Conflitos, em inglês ADR - Alternative disput resolution.

3. **Conflitos penais** – como é sabido, a tutela dos bens jurídicos na ordem jurídica angolana, assim como em todo mundo, respeita vários níveis de intervenção dos órgãos de justiça, no âmbito das competências legalmente estabelecidas.

Aos conflitos de natureza criminal, ou seja, aqueles que têm por objecto comportamentos delituosos, que violam bens jurídicos reputados socialmente como fundamentais e, por consequência, colocados sob a tutela do direito penal, como resposta mais firme e implacável do sistema de justiça, a lei processual penal prevê, no artigo 9.º n.º 1, que só os tribunais judiciais criminais e os respectivos juízes, podem conhecê-los.

Todavia, conforme referido no ponto anterior, a CRA admite expressamente que outros meios de resolução extrajudiciais possam também dirimir conflitos e assegurar a defesa de direitos e interesses legalmente protegidos, dando assim abertura para que se conheçam mediações em processos penais, seja em mediação extrajudicial ou na fase judicial.⁷⁹

Deste modo, sendo válida a mediação também para os conflitos penais, consideramos que o Código de Processo Penal vigente, que consagrou expressamente o princípio da jurisdição penal no artigo 9.º, deve merecer a devida aclaração ou interpretação correctiva, no sentido de o conformar à Constituição (no n.º 4 do artigo 174.º), pois a Lei Suprema da República de Angola se sobrepõe às demais e tendo esta consagrado a possibilidade de existência de outras vias de resolução de conflitos, incluindo os de natureza penal, não pode uma lei ordinária, atribuir poderes para conhecer tais causas, apenas aos tribunais judiciais criminais.

Realçar que, não por falta de contribuições a respeito, a recente Lei n.º 14/22 de 25 de Maio, que procedeu a alterações ao Código de Processo Penal Angolano visando adequar algumas normas, de modo a tornar a justiça penal mais célere e, sobretudo, garantir de forma mais efectiva os direitos dos arguidos e das vítimas,

⁷⁹ Como se verá adiante, nas anotações subsequentes referentes a esta matéria.

foi completamente omissa quanto a esta questão, e por isso se mantém tal inconformidade.

Para além disso, ainda na mesma disposição normativa da lei processual supra determina-se que: “(..) os tribunais judiciais criminais são os únicos órgãos competentes para aplicar penas e medidas de segurança”.

Mais uma vez, discordamos desta disposição, pois dentro dos limites legalmente impostos aos MARC podem estes também aplicar sanções⁸⁰, desde que não sejam criminais.

Assim sendo, deve também merecer acréscimo ou clarificação, determinando-se expressamente, à semelhança do que consta no Código de Processo Penal Português⁸¹ no artigo 8.º, a natureza das sanções que os tribunais judiciais criminais aplicam. Assim, o que se deve entender é que os tribunais judiciais são os órgãos competentes para aplicar medidas de segurança e penas criminal, todavia, aos MARC, dentro dos limites legais, é-lhe dada a faculdade de aplicar também penas, desde que não tenham a natureza criminal.

Só deste modo, se entenderá o princípio da jurisdição penal, que estabelece que só os tribunais, enquanto único órgão de soberania com competência para aplicar a justiça penal em nome do povo e em processo criminal, tem competência para aplicar sanções penais, muitas das vezes, de privação de liberdade.

Ainda sobre os conflitos penais e as respectivas sanções, importa assinalar que, como refere o ilustre Professor Vasco A. Grandão Ramos, “O processo penal, traduz-se numa sucessão de actividades,

80 É necessário que se tome nota que as sanções jurídicas são os meios competentes determinados nas normas jurídicas para forçar quem as viola a cumpri-las ou a reparar o mal provocado pela sua violação. Assim, existem variadíssimos tipos de sanções no direito, como por exemplo: no Direito Administrativo existe a sanção administrativa, a sanção disciplinar, entre outras; no Direito Civil, as sanções civis, compensatórias, reparadoras, de nulidade, patrimonial, etc., e, caso queiramos estender o seu âmbito, podemos incluir outros tipos de sanções, como as diplomáticas, sociais, morais, económicas, entre outras.

81 Vide PRATA, Ana; VEIGA, Catarina e VILALONGA, José. Dicionário Jurídico, 2.ª Edição, Vol. II, Direito Penal e Direito Processual Penal, p. 389.

actos e formalidades que têm em vista a realização do direito penal e, através dela, o restabelecimento da ordem jurídica ofendida por comportamentos humanos, legalmente definidos como crimes”⁸².

Ora, a nível do direito penal a disponibilidade do direito, na perspectiva subjectiva, conhece sérias limitações, sendo por isso que é bastante discutível e, para alguns, até mesmo inaceitável que a administração da justiça seja feita por meios autocompositivos e/ ou heterocompositivos de conflitos e não pelos tribunais, isto porque, entende-se que a pena enquanto punição e efeito directo da prática de um acto ilícito por determinada pessoa, deve resultar de um processo competente e instaurado pelo tribunal.

Porém, o que deve ficar assente é que, a pena criminal não é a única forma de se sancionar, nem a privação de liberdade o seu único modo de realização.⁸³ E mais, as penas não têm como fim exclusivo sancionar a conduta juridicamente reprovável, mas também a ressocialização ou reeducação do agente infractor, de modo a levá-lo a não mais delinquir.

É por isso que a finalidade última do direito e da justiça não deve ser vista como sendo a de aplicação de uma sanção penal, ainda que seja avalizada na perspectiva do direito penal, pois considerando o carácter infamante e estigmatizante destas sanções e o princípio da intervenção mínima, estas não podem colidir com a finalidade última de toda a justiça social, que é a de restaurar a paz e a harmonia nas relações humanas.

Destarte, deve ser sempre considerada a possibilidade de serem afastadas as aplicações de sanções penais em favor de outros tipos de sanções (morais, sociais e mesmo normas sem sanções), desde que se julguem concretamente como as mais adequadas à medida da natureza do acto ilícito perpetrado, dos efeitos sociais e particulares respeitantes ao lesado, bem como a também relevante situação e circunstâncias que levaram o agente do crime ao cometimento do ilícito.

82 *Direito Processual Penal* - Noções fundamentais, Coleção Faculdade de Direito – UAN; 3.ª Edição, 2003, p. 12.

83 Sobre isso *vide* BELEZA, Teresa Pizarro. *Direito Penal*, Vol. I, Edição da A.A.F.D.L - 1980, pp. 25 e ss.

É por intermédio deste exercício de ponderação que também se acaba sopesando, dentre as várias sanções penais, qual deve ser aplicada, acabando por sobressair a que melhor se ajusta a cada caso concreto.

É ainda neste sentido que o actual Código Penal (CPA) aprovado pela Lei n.º 38/20, de 11 de Novembro e que revogou o Código Penal de 1886, estabelece expressamente que, para a determinação da medida da pena aplicável e das outras consequências jurídicas do crime, se deve ter em conta como factor relevante na graduação da pena o critério da preferência das penas de multa em relação às de privação de liberdade, consagrando o artigo 69.º que: “Se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa de liberdade e pena não privativa de liberdade, o tribunal dará preferência à segunda, sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição”. Encontra-se aqui clara a expressão do legislador penal em preferir a aplicação de uma pena não privativa de liberdade e, como tal, menos gravosa, desde que esta seja suficientemente adequada para cumprir ou concretizar os fins das penas, mais precisamente na sua vertente especial, que se prende com a ressocialização do delincente.

Deste modo, se entendermos o conceito de pena como sendo a aplicação compulsiva de uma medida sancionatória pelo Estado – decretada por sentença condenatória contra o agente, por este ter perpetrado um acto tipificado como crime, consubstanciada na privação total ou parcial de um direito ou bem jurídico do criminoso, cujo propósito é restaurar o mal provocado a um terceiro ou à colectividade, bem como para a sua reintegração no meio social – inevitavelmente tenderemos não só a recusar a aplicação de outros tipos de sanções, mas também a aplicação de outras formas de resolução de conflitos, o que não é correcto nem desejável.

Ainda mais, considerarmos que, o facto de durante muito tempo se ter concebido o Estado como o único titular do poder de fazer

justiça e da privação da liberdade como a forma mais adequada de sancionar o agente do crime, virando o direito penal na perspectiva de expiação, faz nascer a ideia de que a melhor tutela dos bens jurídicos deve ser feita pelo direito penal, cabendo aos órgãos públicos esta tarefa, como monopólio do Estado.

Entretanto, o Estado não tem o monopólio da justiça, mas sim o *ius puniendi* – o direito de punir, que se revela no direito penal subjectivo e se compõe de três elementos: o poder de ameaçar com pena; o direito de aplicar a pena e o direito de executar a pena, pelo que, justificando-se a necessidade e com vista à eficiência da medida a tomar, poderá sim, e somente nestes casos, ser atribuída a tutela ao direito penal (criminalização da conduta), sem prejuízo de sobre ela ser aplicada uma medida de reparação que não seja necessariamente uma pena criminal, mas sim a previsão abstracta de uma sanção mais moderada, porém adequada, ou ainda a previsão da possibilidade de reparação por via da indemnização natural ou retratação⁸⁴.

Na ponderação feita para a realização da justiça deve estar integrada a valoração do bem jurídico a proteger, de modo a saber que factos devem ser merecedores de tutela do direito penal, face à ineficácia dos outros ramos de direito e, dentro deste (direito penal), que sanções e procedimentos devem ser aplicados para que, de modo adequado, se possa alcançar o desiderato que é a harmonia e paz social, num primeiro momento, pelo legislador, e num segundo, pelos órgãos de justiça⁸⁵.

Assim sendo, a actuação do Estado por via da mediação penal, seja ela feita no âmbito de um processo em concreto em que tenha já havido participação formal ou não, ou esteja pendente em tribunal, por um lado, configura uma possibilidade de realização

84 Tendo em conta os Princípios da intervenção mínima, da necessidade, da eficácia e do carácter subsidiário do Direito Penal.

85 De notar que, ainda que a lei estabeleça, para um caso, determinada penalidade, ao julgador cabe a tarefa de, em concreto, definir a sanção a ser aplicada, podendo, sempre que haja razões e sejam devidamente fundamentadas, sair da moldura penal abstracta ou evitar a execução imediata de uma pena por via da suspensão, se assim se justificar a bem da boa e serena justiça.

da harmonia social sem que, para tanto, os órgãos de justiça penal tenham de intervir de imediato e, por outro lado, constitui uma forma de diminuir o grau de intervenção destes, deixando-os, em consequência, disponíveis para atender a outros processos que exigem maior atenção e urgência de decisão.

Para tanto, não é necessário que estes deixem de ter, em absoluto, a tutela do direito penal, bastando que se abram brechas no sentido das partes, por iniciativa própria ou remetidas a mediação pelos órgãos de justiça penal possam, antes de ver aplicada uma medida heterocompositiva e impositiva por meio de uma sentença, tentar por elas mesmas, com a participação de um mediador (que terá a missão de facilitar o dialogo entre elas), encontrar a melhor forma desejada, a justa medida, célere, equitativa e efectivamente restauradora, contando que seja, por si mesma, capaz de responder às legítimas expectativas da sociedade, como parte mais ou menos interessada⁸⁶.

O direito evolui com a sociedade, pelo que não aceitar o facto de que o direito penal e a sua forma de intervenção devem ser ajustados à medida da realidade social, quer pelo legislador, a montante, quer pelo julgador, a jusante (ou seja, admitir que deva intervir apenas quando estiver em causa e a sua intervenção for essencial para garantia da estabilidade social), seria o mesmo que negar a nossa evolução como seres sociais e humanos.

Atente que, enquanto povos africanos, a resolução de conflitos sempre teve o seu fórum no seio das famílias e na comunidade, com a intervenção das autoridades tradicionais ou morais, representadas pelos anciões e pessoas com experiência de vida e reconhecida idoneidade. Tais práticas, embora sem legado escrito que as possam justificar e defender a sua realização, têm sido transmitidas por via da tradição oral e, por conseguinte, aceites

86 Como refere a ilustre Professora Teresa Pizarro Beleza, in *Apontamentos de Direito Penal*, p. 48, “Só vale a pena, só tem sentido tornar certos actos, crime, e, portanto, ameaçarmos com uma pena que pode ser mais ou menos grave, quando isso for necessário, quando não forem suficientes medidas civis (...) Por outro lado é necessário que esta incriminação seja eficaz.”

pela generalidade das pessoas. Inclusive, têm sido acolhidas como fonte de direito, sendo que, em alguns estados ou regiões de África, as autoridades tradicionais são as únicas entidades com competência para julgar determinadas práticas criminais, actuando como verdadeiros tribunais tradicionais, e com maior ou menor formalismo nos procedimentos aplicados apreciam, decidem e resolvem as contendas.

Esta realidade demonstra, de modo inequívoco, que em África e nas sociedades tradicionais que ainda preservam esta prática, a resolução de conflitos por meios extrajudiciais tem o seu lugar presente, que historicamente é anterior à origem dos conceitos jurídicos de Estado, de jurisdição e de tribunal.

Outrossim, da nossa experiência enquanto integrantes de órgãos que intervêm na administração da justiça, consideramos que, embora pouco conhecida, até mesmo por quem dela faz ou deveria fazer uma ferramenta de trabalho, a mediação penal poderá ser um excelente meio alternativo aos tribunais para resolver conflitos em crimes bagatelares (pequenas causas penais), nos quais as partes estejam dispostas a sentarem-se à mesma mesa e discutirem o litígio, sempre mediados pela figura imparcial e idónea do mediador, sendo o processo alicerçado pelos valores da honestidade, da confidencialidade, da autonomia da vontade e da decisão informada.

De notar que, actualmente, até mesmo pessoas leigas, sem darem por isso, acabam por exercer a mediação natural – aquela realizada quotidianamente, ainda que de forma não consciente, nas relações familiares, de trabalho, de vizinhança, religiosa, entre outras, realizando a função de pacificação dos conflitos.

De igual modo, as escolas, as associações, os sindicatos, os clubes exercem funções mediadoras. Exemplo disso é o facto de ser bastante comum, nos casos de danos ou acidentes de viação, o próprio agente policial no terreno ou o seu superior hierárquico, na esquadra, e, não poucas vezes, pessoas estranhas que apenas

acidentalmente se encontravam no local do sucedido, intervirem mediando ou mesmo sugerindo a conciliação (não em sentido técnico), cientes de que assim se evitara não só um processo judicial moroso e desgastante mas, também se contribuirá para uma solução célere, directa e assertiva do conflito, que poderia demorar anos a ser resolvido no judiciário.

Além disso, não são poucas as vezes em que o próprio juiz criminal acaba por sugerir e auxiliar as partes em conflito a chegar a acordo para resolução de uma contenda de natureza patrimonial, por via extrajudicial. Outras vezes ainda, o julgador na sentença limita-se a conformar o teor da decisão proferida ao que havia já sido acertado entre as partes, a fim de se chegar a um entendimento célere e satisfatório para ambas as partes. Exemplo disso é o que ocorria, geralmente, nos casos de crimes de danos com culpa grave e outras infracções cometidas no exercício da condução, que eram reguladas no Decreto n.º 231/79, de 16 de Julho (actualmente revogado pelo Código Penal Angolano) e que resultavam de acidentes culposos, cujo objectivo era única e exclusivamente a reparação tão rápida quanto possível dos danos causados nos patrimónios afectados.

Nesta perspectiva, a Lei n.º 03/14, de 10 de Fevereiro – Lei Sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais acabou por consagrar a possibilidade de, em determinados factos ilícitos (menos graves) previstos nesta disposição, no Código Penal e demais legislações penais, se admitir a dispensa da pena ao réu, isto é, poder-se declarar o réu culpado, porém, sem se lhe aplicar qualquer pena, desde que a ilicitude do facto e a culpa do agente fosse diminuta, o dano reparado e a dispensa da pena não colocasse em causa razões de prevenção, podendo ainda o julgador adiar a decisão para a reapreciar no prazo de um ano, caso tivesse razões bastantes para crer que a reparação estava em vias de se verificar.

Mais ainda, a supra mencionada lei determinava mesmo que, nos casos de furto simples, qualificado ou doméstico; de subtração, destruição ou descaminho de coisa achada; de apropriação ilícita de coisa achada; de destruição ou descaminho de processo, livros de registo, documentos ou objectos depositados e de abuso de confiança, a responsabilidade criminal poderia extinguir-se, por concordância do ofendido e do arguido, desde que se verificasse a restituição da coisa furtada ou ilegitimamente apropriada, antes da publicação da sentença em 1.^a instância – *vide* artigos 56.^o e 57.^o. Tais disposições eram fundamentadas, sobretudo, pelo fim que se pretendia quando se instauravam acções criminais por estas infracções, que era, basicamente, a reparação integral e célere dos prejuízos ou danos causados.

Repara que, actualmente, a concepção de ponderação da sanção a aplicar, dando relevância não a mais grave, mais a que melhor se adequa ao caso/ situação concreta, perdura, sendo que, o legislador ordinário, tal como estava previsto nas disposições transitórias da Lei 03/14, ao aprovar o Código Penal vigente, revogou toda aquela lei, mas as disposições nelas vertidas foram incorporadas no referido código e se encontram previstas nos mesmos termos. Veja que, a matéria da dispensa da pena encontra-se prevista no artigo 75.^o, e a da extinção da responsabilidade criminal nos crimes contra a propriedade (furto; apropriação indevida – abuso de confiança e apropriação ilegítima de bens ou coisa achada – e danos) e nos crimes contra o património (burla; burla para obtenção de alimentos, bebidas, combustíveis ou serviços; abuso de incapaz, entre outros) estão consagradas nos artigos 399.^o, 408.^o, 413.^o e 423.^o todos do CPA.

4. **Requisitos** – Aqui chegados, após nos debruçarmos sobre a problemática, a constitucionalidade e a relevância da mediação nos conflitos penais, urge então que nos atenhamos propriamente aos pressupostos essenciais para a mediação em processo penal.

Ao abordar tal aspecto, importa que façamos novamente um périplo pelo ordenamento jurídico português, no qual o nosso legislador muito se inspirou, para referir que, contrariamente à nossa realidade, estes começaram por promover tal método e só posteriormente veio a sua efectiva regulamentação.

Assim, a mediação penal teve início em Portugal a partir de uma iniciativa designada “Projecto do Porto”, abraçada por três entidades, designadamente: a Faculdade de Direito da Universidade do Porto, a Procuradoria-Geral do Distrito do Porto e o Departamento de Investigação e Acção Penal, também do Porto, que firmaram um Protocolo, em Julho de 2004, nos termos do qual se pretendia desenvolver um projecto de mediação penal no âmbito de inquéritos processuais penais com vista à aplicação de mecanismos de diversão e de consenso que, na altura, se encontravam previstos na lei processual penal que aí vigorava.

Em Novembro do mesmo ano o projecto teve início, restringindo-se aos casos em que fosse aplicável o instituto do arquivamento em caso de dispensa de pena ou da suspensão provisória do processo, e consubstanciava-se basicamente em explicar aos destinatários em que consistia e como se realizava o processo de mediação, sendo que o decorrer de tal experiência veio a determinar o reconhecimento da mediação penal como um instituto autónomo.

Destarte, a mediação penal foi expressamente introduzida no ordenamento jurídico português através da Lei n.º 21/07, de 12 de Junho, em cumprimento do disposto no artigo 10.º da Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho da União Europeia relativo ao estatuto da vítima em processo penal, que determina que os Estados-Membros devem esforçar-se por promover a mediação no âmbito de processos de natureza criminal⁸⁷.

⁸⁷ De acordo com a regulamentação da lei supracitada foi criado, então, o Sistema de Mediação Penal, cuja gestão foi atribuída, basicamente, ao Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL). Este gabinete faz parte do Ministério da Justiça e tem por missão promover o acesso ao direito, aos meios extrajudiciais de resolução de conflitos, aos tribunais arbitrais, aos julgados de paz e à mediação civil.

À luz da supramencionada lei portuguesa, a mediação penal pode ter lugar em processo por crime sujeito à participação do ofendido. É necessário, também, que se trate de crimes contra as pessoas ou contra o património, sendo que a mesma não é admissível, nos crimes puníveis com pena de prisão superior a cinco anos; nos crimes em que seja aplicável a forma de processo sumário; quando o ofendido seja menor de 16 anos; quando se trate de processo por crime que atente contra a liberdade ou autodeterminação sexual, nem por crimes de peculato, tráfico de influência ou corrupção⁸⁸.

No nosso ordenamento jurídico, nos termos previstos no artigo 49.º da LMCC, a mediação penal⁸⁹ tem o seu âmbito de aplicação aos direitos disponíveis⁹⁰ que resultem de crimes cujo procedimento dependa de participação do ofendido ou acusação particular. Isto significa que, não bastando que se refiram a direitos disponíveis, necessário se torna que digam respeito a crimes que, no momento da instauração do procedimento criminal, necessitam do impulso processual do ofendido ou outras pessoas ligadas a ele, mediante denúncia ou participação formal ou ainda, não bastando a denúncia, necessário é que o ofendido se constitua assistente do Ministério

Sobre isso, ver *Homepage* Publicações Revista da Ordem dos Advogados (ROA), Vol. I/IV, do ano 2010; A Doutrina e Exposição no âmbito da Conferência promovida pela Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV), apresentada a 23 de Junho de 2009, pela Dra. Sónia Reis, na altura, Directora Adjunta do Gabinete para a Resolução Alternativa de Litígios (GRAL). Ver também Maria Teresa Teixeira Simões, *Mediação Penal*, o Projecto do Porto, Anteprojeto da Proposta de Lei, em Revista do Ministério Público, ano 27, n.º 105 (Janeiro/Março), Lisboa, 2006 e, da mesma autora, *Breves Reflexões sobre Mediação Penal*, 2007, disponível em <http://www.trp.pt/mp/trabalhos/breves-reflexoes-mediacao-penal.html>.

88 PRATA, Ana Prata; VEIGA, Catarina e VILALONGA, José. *Dicionário Jurídico*, 2.ª Edição, Vol. II, Direito Penal e Direito Processual Penal, pp. 309 e ss.

89 Chamamos a atenção para a definição legal de mediação penal prevista na alínea i) do artigo 2.º da LMCC, considerando o facto do legislador identificar as partes na qualidade processual de arguido e ofendido, bem como o de condicionar a realização da mediação à existência de queixa e a promoção pelos órgãos de justiça, sem prejuízo de requerimento das partes neste sentido. Com o concurso da vontade das partes, a mediação penal fica sujeita à preexistência de um processo-crime, ainda que em fase de instrução preparatória.

90 Parece-nos que a definição linguística do termo direitos disponíveis, não levanta grandes complicações, uma vez que, neste âmbito, tem-se como disponível aquilo que se pode dispor ou fazer uso. Tal acepção não difere em nada no direito, sendo disponível justamente o que se pode dispor, o que é renunciável ou alienável, conforme refere o Dr. Fernando Murillo, Especialista em Direito Processual Civil. Aos direitos disponíveis contrapõem-se os direitos indisponíveis, que são aqueles dos quais o titular não pode dispor ou não pode abrir mão, pois fazem parte dos direitos fundamentais e, como tal, são constitucionalmente consagrados (por exemplo: o direito à vida, à liberdade, à dignidade, à saúde, à defesa, entre outros).

Ainda sobre o âmbito, *vide* comentários formulados no Artigo 3.º da presente obra.

Público no processo e deduza a acusação, sendo que, tanto num caso como no outro, a falta de denúncia ou da acusação particular, em princípio, torna o Ministério Público parte ilegítima, salvo se razões de interesse público o impuserem (n.º 5.º, *in fine*, artigo 124.º do CPA e 49.º do CPPA) e, conseqüentemente, o processo não é introduzido em juízo.

Para além da exigência de só ter lugar a mediação penal nos crimes particulares e semi-públicos (crimes estes previstos actualmente nos artigos 124.º a 128.º do CPA e 50.º e ss. do CPPA), a lei estabelece que estes devem incidir necessariamente contra o património ou contra as pessoas, ou seja, sobre aqueles crimes cuja acção criminosa atente contra o património da pessoa ou organização, sendo o objecto do crime toda e qualquer coisa que tenha valor patrimonial (ex.: crimes de furto, roubo, dano, extorsão, receptação, burla, abuso de confiança, infidelidade, apropriação indevida, entre outros), ou sobre aqueles crimes que afectam directamente a pessoa e acabam por ofender ou pôr em risco bens físicos ou morais ligados directamente à personalidade humana, como a vida, a liberdade e a integridade (ex.: crimes de homicídio, sequestro, ameaça, difamação, calúnia, discriminação, ofensa à integridade, etc.).

Outrossim, na mesma senda do legislador português, a nossa LMCC estabelece limites objectivos à aplicação da mediação em processo penal, estando estes plasmados nas alíneas do n.º 3 do artigo em análise, e que se consubstanciam na particularidade do tipo legal de crime prever uma penalidade com o limite máximo superior a cinco anos, o que significa que a mediação só pode ter lugar quando o crime prever uma pena correcional⁹¹. Então, há

91 Corresponde à antiga *prisão correcional*, termo que hoje ainda é usado, mas que já não tem respaldo legal, porquanto o Código Penal vigente fala apenas da prisão como pena principal, não fazendo qualquer referência a designações outrora adoptadas como *prisão maior* e/ou *prisão correcional*, limitando-se a determinar que a pena de prisão tem, em regra, a duração mínima de três meses e a máxima de 25 anos, podendo esta exceder ao limite máximo de 35 anos – conforme artigos 39.º n.º 1 e 44.º do CPA.

No Código Penal de 1886 chamava-se *correcional* porque a principal finalidade das mesmas era a regeneração e a readaptação dos condenados, sendo que hoje é evidente que tal finalidade é comum a todas as espécies de prisões. Eram penas correcionais as previstas no artigo 56.º que, quanto ao objecto, tinham várias classificações, destacando-se a *pena privativa de liberdade*, cujo limite mínimo era, em regra, de três dias, e o máximo de dois anos, apesar de que, em algumas disposições legais, acabava-se *esquecendo* tal limitação e previam-se, em alguns tipos legais de crimes, penalidades que ultrapassavam este máximo. Ademais, tendo em conta a classificação

que analisar, em concreto, se o tipo legal de crime do processo que se pretende levar a mediação é punido com uma moldura penal abstrata, superior a cinco anos de prisão, pois o tipo de ilícito em causa deve prever pena de prisão até cinco anos ou pena de multa.

Outra limitação decorre da exclusão da aplicação da mediação em processo penal, nos casos de crimes contra a liberdade ou contra a autodeterminação sexual, bem como nos crimes de peculato, corrupção e tráfico de influência.

Ficam igualmente excluídos da mediação penal, os casos em que a forma do processo em causa seja sumária, porque esta forma de processo serve basicamente para julgar pessoas detidas em flagrante delito a praticar crime punível com pena de prisão inferior ou igual a três anos.

Por último, mas não menos importante, a lei determina que se deve ter em conta a idade do ofendido, que terá que ter idade igual ou superior a 16 anos, para que seja admitida a mediação penal.

Porém, admite-se a intervenção de um representante do ofendido, nos casos em que este tenha falecido e não tenha renunciado ao direito de queixa, ou não seja capaz de perceber o alcance e significado do exercício do seu direito de queixa.

De realçar que a LMCC não faz qualquer referência à idade que o autor ou agente do crime deve ter para que se possa admitir o processo a mediação penal, o que achamos pacífico, pois nos termos da Constituição da República de Angola e da Lei Penal, respectivamente, a maioridade é adquirida aos 18 anos de idade (art.º 24.º CRA) e a imputabilidade penal aos 16 (art.º 17.º do CPA). Assim, em hipótese alguma o agente do crime poderá ter menos de 16 anos de idade, visto que, como se sabe, os indivíduos abaixo dos 16 anos estão sujeitos um regime especial – a jurisdição dos Tribunais de Menores, pelo que, ainda que cometam uma

supra, como penas correccionais havia ainda a *pena pecuniária* (a de multa); a *pena restritiva de liberdade* (o desterro), a *pena privativa de direitos* (suspensão temporária de direitos políticos) e a *pena humilhante* (a repreensão).

infracção, serão considerados sempre menores em conflito com a lei e nunca criminosos, exactamente por serem inimputáveis em razão da idade, e lhes serem aplicáveis somente medidas de assistência, educação ou de correcção.

Outrossim, o legislador determina que se aplique à mediação penal, de modo subsidiário, os termos da mediação civil e comercial. Porém, deve-se entender somente aplicável aquilo que não contraria a letra e o espírito nas normas presentes no capítulo respectivo, considerando as especificidades do tipo de ilícito e a qualidade processual das partes. Não obstante tenham objectos transacionáveis, não podemos perder de vista que tratam de bens jurídicos de tutela maior, pelo que lhes deve ser reservado tratamento consentâneo.

Para além disso, o legislador reservou a realização da mediação penal apenas aos centros públicos de mediação, entendidos como instituições públicas, com o objectivo de promover e exercer a resolução extrajudicial e pacífica de litígios.

Não nos parece ser, de todo, a via mais eficaz, a julgar pelo facto de geralmente existirem muito poucos centros de mediação e, no nosso caso, existir apenas um único – o CREL : Centro de Resolução Extrajudicial de Conflitos, cujo regulamento foi aprovado pelo Decreto Executivo n.º 244/14 de 04 de Julho –, se considerarmos que a mediação feita pela Inspeção Geral do Trabalho (IGT), é limitada exclusivamente à matéria laboral, pelo que, ainda que se pretendesse implementar de imediato em todos os processos penais abrangidos, não se atingiria o desiderato pretendido.

Em vista disso, ao arguido é reconhecido o direito ao perdão podendo, em determinados casos, extinguir o procedimento criminal e/ ou podendo mesmo não ter início o processo, por falta de queixa. Prevendo a lei a existência de mediadores com formação especializada que, mediante requisitos pré-determinados e a supervisão da Direcção Nacional de Resolução Extrajudicial de Conflitos (DNREC) do Ministério da Justiça e dos Direitos

Humanos (MJDH), não obstante a possibilidade de existência de convenção feita entre os órgãos competentes para a administração da justiça e os mediadores singulares ou centros de mediação, é de se propor, de *iure condito*, que esta competência seja extensiva aos centros ou mediadores privados, desde que devidamente seleccionados⁹².

Concluimos este ponto referindo alguns dos crimes susceptíveis ao recurso à mediação penal. São eles: Ofensa Simples à Integridade Física (art.º 159.º); Ofensa à Integridade Física por Negligência (art.º 164.º); Representação de Violência (art.º 167.º); Ameaças (art.º 170.º); Coação (art.º 171.º); Perseguição (art.º 173.º); Sequestro (art.º 174.º); Discriminação (art.º 212.º); Difamação (art.º 214.º); injúria (art.º 213.º); Profanação de lugar fúnebre (art.º 222.º); Introdução em Casa Alheia (art.º 228.º); Casamento Fraudulento (art.º 238.º); Perturbação e Devassa da Vida Privada (art.º 230.º); Furto (art.º 392.º); Abuso de Confiança (art.º 404.º); Dano (art.º 410.º); Burla (art.º 417.º); Infidelidade (art.º 426.º); Usura (art.º 429.º), entre outros.

De notar que os mencionados constituem somente parte dos crimes susceptíveis de aplicação da mediação penal, sendo exemplos típicos de ilícitos que, se fossem decididos pela mediação, fariam uma grande diferença face ao sistema jurídico tradicional que possuímos, completamente lotado, oneroso, lento na tramitação processual e que, no mais das vezes, gera um sentimento de injustiça, sobretudo para as camadas menos favorecidas.

Logo, precisamos de descentralizar a justiça, e só adoptando os MARC, em geral, e a mediação penal, em particular, se poderá efectivamente alcançar o desiderato, descongestionando os

92 Os artigos 29.º e 30.º da LMCC estabelecem requisitos que nos parecem bastantes para se permitir que seja a mediação penal feita também por privados, até porque tem como objecto bens jurídicos passíveis de transacção. Outrossim, se ao mediador é conferida a possibilidade de uma vez inscrito na lista do MJDH, ter as actas por si subscritas como títulos executivos, nos termos do artigo 12.º, poder-se-ia fazer, à semelhança da actividade notarial, a selecção de centros ou o cadastramento de mediadores para este efeito, se considerarmos as múltiplas vantagens que dela podem decorrer, sem deixarmos de ter em consideração a natureza penal das questões.

tribunais, reduzindo significativamente o número de processos pendentes, diminuindo a desilusão profissional face à inoperância do sistema, aproximando a justiça aos cidadãos e restaurando, assim, a paz social.

Na era em que vivemos, dos magistrados judiciais, cujo número é insuficiente para a demanda processual existente, não se espera que estes administrem a justiça em todos os conflitos existentes; impõe-se, sim, que se dediquem, especializem e se fortifiquem de arcabouços científicos bastantes para fazerem face aos crimes recentes e mais complexos, que atinjam direitos ou interesses sociais de extrema relevância, por isso, penalmente tutelados.

Sabemos que existe ainda um longo caminho a percorrer até os cidadãos, bem como a todos os fazedores de direito, para que tomem consciência da realidade da mediação penal e do seu poder enquanto instrumento de mudança social, sendo necessário uma ampla divulgação das soluções obtidas por esta via, e formação de agentes institucionais capazes de serem os principais activadores dos processos de mediação.

Por isso, os nossos esforços pleiteiam a favor da mudança de mentalidade.

ARTIGO 50.º

(Remessa do processo para mediação penal)

- 1. Para os efeitos previstos no artigo anterior, o Ministério Público, em qualquer momento da instrução preparatória, obtido o consentimento das partes, remete a um centro público de mediação a informação que considere essencial sobre o arguido e o ofendido e uma descrição sumária do objecto do processo, se estiverem preenchidos os seguintes requisitos cumulativos:**
 - a) Forem recolhidos indícios de se ter verificado crime e de que o arguido foi o seu agente;**

- b) Entender que desse modo se pode responder adequadamente às exigências de prevenção que no caso se façam sentir.**
- 2. Se o ofendido e o arguido requererem a mediação, nos casos em que esta é admitida ao abrigo dos n.ºs 1 e 2 do artigo anterior, o Ministério Público remete a um centro público de mediação, nos termos do número anterior, independentemente da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do número anterior.**
 - 3. Nos casos previstos nos números anteriores, o arguido e o ofendido são notificados de que o processo foi remetido para mediação, de acordo com modelo aprovado por regulamento.**
 - 4. Quando razões excepcionais o justificarem, nomeadamente em função da inserção comunitária ou ambiente cultural do arguido e ofendido, o mediador pode transferir o processo para outro mediador que se repute mais indicado para a condução de mediação, dando conhecimento sobre tal facto por escrito, fundamentadamente ao Ministério Público e à coordenação do centro público de mediação, que informa o Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios.**
 - 5. Caso não obtenha consentimento ou verifique que o arguido ou o ofendido não reúne condições para a participação na mediação, o mediador informa tal facto ao Ministério Público prosseguindo o processo penal.**

A remessa do processo à mediação penal é feita pelo Ministério Público, em qualquer altura da instrução do processo, sendo necessário o consentimento das partes para o efeito. Tal remessa é acompanhada de uma informação produzida pelo mesmo, contendo todos os dados essenciais e suficientes sobre as partes e sobre o objecto do litígio.

Salvo nos casos em que as partes livremente requeiram a mediação, para que o Ministério Público remeta o processo a mediação é necessário que este considere preenchidos dois requisitos que são cumulativos, designadamente: a obrigatoriedade de verificação de indícios da existência de um crime, de que o arguido o cometeu, e entender que pela via da mediação é possível dar uma resposta adequada às imposições de prevenção exigíveis para o caso⁹³.

Conforme referido, sempre que a iniciativa para a mediação seja apresentada pelas partes em comum acordo, fica afastada a necessidade de fundamentação processual da existência efectiva do crime e da qualidade de arguido, devendo, por consequência, a aferição da necessidade ou adequação do procedimento ficar subentendida, prevalecendo a vontade das partes, que devem ser notificadas oficialmente da remessa do processo ao centro de mediação, por via de documento próprio.

A norma prevê ainda a possibilidade excepcional de mudança de mediador, caso haja razões que o justifiquem, pelo que nos parece prever nestes termos a possibilidade de mudança de mediador num conflito concreto, subordinada esta materialização à transferência do processo pelo mediador que se repute mais indicado, desde que se dê a conhecer o facto ao M.º P.º, ao centro de mediação a que se estiver vinculado e à DNREC do MJDH.

Em termos de direito a constituir pensamos que também deve ser reapreciada a norma, no sentido de identificar de modo claro as razões concretas que digam respeito às partes e que possam obstar à intervenção de determinada pessoa como mediador, eventualmente atendendo a situações que possam configurar impedimentos ou suspeições.

Igualmente, entendemos que não deve ser deixada ao mediador a função de transferência do processo para o outro mediador, sendo que, por

⁹³ Não basta a existência de um processo aberto junto dos órgãos competentes para a instrução criminal, é necessário que tenham já sido feitas diligências preliminares e que se tenham bases para aferir a qualidade de arguido e a existência do crime, ou seja, devem ser remetidos processos em que já haja uma suspeita fundamentada.

maioria de razão, tratando-se de centros públicos e não de mediadores singulares e privados, esta competência pertenceria ao secretariado administrativo⁹⁴ da instituição ou a quem os estatutos e procedimentos de trabalho da mesma definir, nos termos da lei aplicável. Porém, sendo pretensão do Estado aligeirar e conferir celeridade aos processos, devem igualmente ser deixadas para trás as burocracias referidas na parte final do n.º 4 do artigo em análise, bastando para o efeito que o centro, ao devolver o processo à procedência, por documento próprio, reporte as situações que forem tidas como relevantes para o conhecimento do Ministério Público e o bom desenvolvimento do processo⁹⁵.

De referir que o n.º 5 do artigo 50.º estipula que, havendo falta de condições para a participação da mediação por parte do arguido e do ofendido, assim como, faltando consentimento destes para a participação da mediação, deve o M.º P.º ser de imediato informado pelo mediador sobre tal facto, de modo a que se dê o devido prosseguimento dos autos em processo penal.

Pensamos que, à cautela, dever-se-á proceder à devida interpretação correctiva a esta norma, de maneira a que, onde se consta a expressão *consentimento*, se entenda *consenso* (geral) ou *acordo* entre as partes, porquanto o processo não é submetido a mediação por iniciativa do M.º P.º nem por acordo das partes sem que, para tanto, haja uma absoluta declaração de vontade neste sentido. Por isso, se partirmos do princípio de que as regras adoptadas pelo centro e os procedimentos para a realização da medição resultam da presente lei ou, subsidiariamente, de outras, em nenhum outro momento o centro ou o mediador ficará dependente de consentimento, mas sim de consenso, como fundamento para possível extinção do processo pelo órgão competente.

Na mesma senda, acreditamos que devem ser determinadas, em concreto, as condições objectivas e subjectivas, para além das já previstas na presente lei, que possam obstar à realização do procedimento de mediação, uma vez remetido o processo ao centro para o efeito⁹⁶.

94 Vide n.º 3 do artigo 57.º

95 Para efeitos de extinção do processo ou realização de ulteriores termos.

96 Refira-se que, a mediação tem dignidade constitucional e é qualificada como uma das formas de acesso ao direito e a justiça, pelo que, nos termos do artigo n.º 3 do artigo 20.º da LMCC, a insuficiência de meios financeiros nunca poderá ser alegada como condição para a não realização do procedimento, sob pena de estarmos perante uma situação de denegação de justiça e de discriminação em razão da capacidade financeira do sujeito.

ARTIGO 51.º

(Procedimento de mediação penal)

- 1. O arguido e o ofendido podem, em qualquer momento do processo penal, revogar o seu consentimento para a participação na mediação penal.**
- 2. Quando se revista de utilidade para boa resolução do conflito, podem ser chamados a intervir na mediação penal outros interessados, nomeadamente eventuais responsáveis civis e lesados.**
- 3. O disposto no n.º 1 é aplicável, com as necessárias adaptações, à participação na mediação penal de eventuais responsáveis civis e lesados.**
- 4. O teor das sessões de mediação penal é confidencial, não podendo ser valorado como prova em processo judicial.**

Relativamente ao procedimento de mediação penal e na mesma senda do disposto no n.º 3 do artigo 6.º, a presente norma prevê a possibilidade da desistência das partes em qualquer fase do processo penal, mediante revogação da sua vontade de participação na mediação.

Porém, e apesar disso, a intervenção de terceiros interessados é admissível sempre que justificada para o sucesso do processo, e desde que a contraparte não se oponha, nos termos do artigo 21.º, sendo que, de *iure condito*, a participação de terceiros não deve ser permitida caso não tenham, igualmente, a qualidade processual de ofendidos, já que a admissão da intervenção destes pode levar o procedimento ao fracasso.

As sessões de mediação são reservadas à participação das partes e demais pessoas permitidas por lei, sobre as quais as partes não se oponham.

Tendo carácter confidencial, o teor das respectivas sessões de mediação não pode ser usado como prova num processo judicial,

visto que a confidencialidade é essencial para a garantia do sucesso do procedimento, pois garantindo que todas as informações obtidas nas sessões de mediação não possam ser aproveitadas no respectivo processo judicial ou em outros, permite que as partes se sintam mais à vontade para dialogar, caso contrário, haveria sempre o receio de que determinada informação prestada na sessão fosse usada contra a pessoa que a prestou.

No fundo, a função principal do carácter de confidencialidade é a de proteger as partes no caso de falta de acordo na mediação penal, impedido assim que factos ou informações declaradas sejam usadas num processo judicial. Este dever de confidencialidade aplica-se não apenas às partes, mas também ao mediador, membros da sua equipa, advogados, assessores técnicos, juízes, procuradores, bem como todas as pessoas que, directa e/ ou indirectamente, intervêm no procedimento⁹⁷.

Entretanto, importa referir que, atendendo a razões de ordem pública, permite-se excepcionalmente que nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 9.º, relativamente ao dever de revelação, seja quebrado o dever de sigilo.

ARTIGO 52.º

(Tramitação subsequente)

- 1. Não resultando da mediação penal acordo entre arguido e ofendido ou não estando o processo de mediação penal concluído no prazo de cinco meses sobre a remessa do processo para mediação, o mediador penal informa tal facto ao Ministério Público, prosseguindo o processo penal.**

⁹⁷ Sobre esta matéria, ver anotações constantes do art.º 9.º, acrescentando no seu ponto 4 que, para além da exigência da confidencialidade, o motivo principal pelo qual os Magistrados judiciais não podem actuar como mediadores prende-se com o facto destes, em exercício de funções, não poderem exercer quaisquer outras funções públicas ou privadas, salvo as de docência e de investigação científica de natureza jurídica, conforme n.º 5 do artigo 179.º da CRA.

- 2. O mediador penal pode solicitar ao Ministério Público uma prorrogação, até um máximo de três meses, do prazo previsto no número anterior, desde que se verifique uma forte probabilidade de se alcançar um acordo.**
- 3. Resultando da mediação penal acordo, o seu teor é reduzido a escrito, em documento assinado pelo arguido e pelo ofendido e transmitido pelo mediador ao Ministério Público.**
- 4. No caso previsto no número anterior, a assinatura do acordo equivale a desistência da queixa por parte do ofendido e a não oposição por parte do arguido, podendo o ofendido, caso o acordo não seja cumprido no prazo fixado, renovar a queixa no prazo de três meses, sendo reaberta a instrução preparatória.**
- 5. Para os efeitos previstos no número anterior, o Ministério Público verifica se o acordo respeita o disposto no n.º 2 do artigo 53.º e, em caso afirmativo, homologa a desistência de queixa no prazo de cinco dias úteis, devendo ser notificada imediatamente a homologação ao mediador, ao arguido e ao ofendido.**
- 6. Quando haja indicação de endereço electrónico ou de número de fax ou telefone, a notificação referida no número anterior pode ser efectuada por uma dessas vias.**
- 7. Quando o Ministério Público verifique que o acordo não respeita o disposto no n.º 2 do artigo 53.º, devolve o processo ao mediador, para que este, no prazo de 60 dias, juntamente com o ofendido e o arguido, sane a ilegalidade.**

Tramitação subsequente⁹⁸ – o procedimento da mediação penal tem, em regra, o prazo de cinco meses a contar da data da remessa do processo para a mediação. Todavia, caso o mediador se aperceba que, já excedeu ou está em vias de exceder o prazo-regra pode, junto do Ministério Público, mediante solicitação fundamentada, requerer a prorrogação do prazo até no máximo três meses.

Assim, o mediador apenas pode solicitar e fundamentar a necessidade de prorrogação do prazo ao M.º P.º com base na probabilidade forte de se alcançar o acordo; de contrário, este deve-se limitar a comunicar ao M.º P.º sobre a impossibilidade de acordo, para que se dê prosseguimento ao processo judicial.

Havendo acordo entre as partes, deve o mesmo ser lavrado por escrito e assinado pelo arguido, o ofendido e o mediador.

Acto contínuo, o acordo é remetido ao Ministério Público pelo mediador, sendo que as assinaturas constantes do referido acordo significarão, para o ofendido, que este desistiu da queixa contra o arguido e que deu causa para o processo judicial, e para o arguido traduzir-se-á na sua concordância. Contudo, em caso de incumprimento do acordo nos termos estabelecidos pelas partes, terá o ofendido o prazo de 90 dias para apresentar nova participação – renovação da queixa –, e para ver reaberta a instrução preparatória.

Se as formalidades legais estiverem devidamente cumpridas e se constatar que o acordo está conforme e não violou quaisquer das regras plasmadas no artigo seguinte, o M.º P.º homologa, no prazo de cinco dias úteis, a desistência da queixa, devendo esta homologação ser notificada de imediato às partes e ao mediador, na própria pessoa destes e no lugar onde forem encontrados, ou por comunicação telefónica, electrónica, fax ou outro meio idóneo para dar conhecimento do facto.

⁹⁸ Relativamente ao decurso dos prazos previstos na mediação penal dever-se-á ter em consideração, com vista à sua melhor interpretação, a remissão ao disposto no n.º 6 do artigo 57.º

Porém, na eventualidade do Ministério Público constatar alguma deficiência no documento (acordo), sobretudo no que diz respeito ao disposto no n.º 2 do artigo 53.º, este deverá officiar o mediador e devolver o processo ao Centro Público de Mediação, para que o mediador diligencie o duto suprimento e/ ou sane o vício no acordo existente em conjunto com as partes, no prazo peremptório de 60 dias, findo o qual, em nosso entender, não havendo a alteração dos termos do documento, deve ser considerado sem efeito o pretendido acordo e a conseqüente desistência da queixa, podendo o processo seguir os termos subsequentes previstos no n.º 4 do presente artigo.

ARTIGO 53.º

(Acordo de mediação)

- 1. O conteúdo do acordo final de mediação é livremente fixado pelos sujeitos processuais participantes, sem prejuízo do disposto no número seguinte.**
- 2. No acordo não podem incluir-se sanções privativas da liberdade ou deveres que ofendam a dignidade do arguido ou cujo cumprimento se deva prolongar por mais de um ano.**
- 3. Quando haja renovação de queixa nos termos do n.º 4 do artigo 52.º o Ministério Público verifica o incumprimento do acordo, podendo, para esse fim, recorrer aos serviços de assistência social, aos Órgãos de Polícia Criminal e a outras entidades administrativas.**

Acordo de mediação – os acordos alcançados e lavrados em actas ou termos de acordo devem ser livremente fixados pelas partes,⁹⁹ devendo resultar da vontade declarada e livre das mesmas, pois trata-se de direitos disponíveis.

99 A respeito, *vide* ponto 4 do art.º 2.º e 6 do art.º 13.º.

Porém, há que ter em conta o primado da lei e os limites à autonomia da vontade,¹⁰⁰ cujo alcance para o caso se traduz na necessidade de tais acordos não poderem contrariar a lei ou outras normas legais imperativas, nem a ordem pública e os costumes válidos e com força jurídica.

É assim que, das limitações impostas pelo princípio da legalidade, o legislador entendeu determinar expressamente que, no acordo final alcançado pelas partes, não se poderá incluir sanções cuja competência de aplicação seja do Estado (como a privação de liberdade) ou ainda prever o cumprimento pelo arguido de obrigações que ofendam a sua dignidade ou cujo cumprimento se prolongue para mais de um ano, tendo em atenção a aplicação subsidiária do disposto sobre a mediação civil e outros da presente lei¹⁰¹.

Efectivamente, a limitação da não aplicação de penas privativas de liberdade resulta da Constituição, que determina expressamente que a privação de liberdade é permitida apenas e nos casos determinados por lei, sendo que o direito à liberdade física e a garantia da não detenção arbitrária constituem direitos e garantias fundamentais estabelecidas na CRA e, como tal, vinculam todas as entidades públicas e privadas¹⁰².

Na verdade, da conjugação dos artigos constitucionais supracitados resulta a consagração do Princípio da judicialização, que determina que ninguém pode ser total ou parcialmente privado da liberdade, a não ser em consequência de uma sentença judicial condenatória, resultante da prática de um acto punido por lei com pena de prisão, sendo que as excepções a este princípio ocorrem apenas nos casos determinados na lei, como por exemplo, nas detenções em flagrante delito, nas prisões preventivas, entre outras¹⁰³.

100 Ver anotações do princípio da legalidade no art.º 8.º.

101 A este respeito, ver a obra literária do ilustre Dr. Adalberto Luacuti, intitulada *Compêndio de Legislação Processual do Trabalho Angolano*, 1.ª Edição, p. 96.

102 Artigos 64.º n.º 1; 36.º; 28.º n.º 1 e 67.º n.º 1 da CRA.

103 PRATA, Ana; VEIGA, Catarina e VILALONGA, José. *Dicionário Jurídico*, 2.ª Edição, Vol. II - Direito Penal e Direito Processual Penal, p. 388.

Outrossim, determina a norma que nos casos de renovação de queixa pelo ofendido, conforme estabelece o n.º 4 do artigo anterior, o Ministério Público deverá aferir se, efectivamente, se verificou o incumprimento do acordo, tendo para o efeito legitimidade de perscrutar junto de qualquer autoridade ou entidade administrativa.

ARTIGO 54.º

(Presença de advogado nas sessões de mediação penal)

Nas sessões de mediação penal o arguido e o ofendido podem comparecer pessoalmente ou fazer-se representar por advogado, advogado estagiário, bem como fazer-se acompanhar de pessoa da sua confiança.

A presença de advogados nas sessões de mediação penal reguladas no presente artigo prevê a actuação destes por via do patrocínio judiciário às partes, bem como em representação das mesmas, face à impossibilidade de comparência pessoal do ofendido e/ ou do arguido, sendo que esta faculdade é extensiva também aos advogados estagiários.

De direito a constituir, pensamos que não deve ser admitida a substituição da presença pessoal do ofendido e do arguido à actuação de um terceiro em nome destes, por ser na prática um factor de insucesso das mediações, visto que estes, por não serem as pessoas devidas, não só têm limitações nas declarações e posições a tomar em sede de tentativa de acordo, mas também porque o distanciamento das partes não permite a efectiva composição do conflito e a reestruturação da paz social desejável.

Assim, considerando que a mediação penal é institucional e da competência exclusiva dos centros públicos de mediação, seria de todo conveniente que estes adoptassem nos seus regulamentos, como regra, a presença pessoal das partes, de modo a permitir alcançar a pretensão que levantamos a montante.

CAPÍTULO VIII

Mediação e o Processo Judicial

ARTIGO 55.º **(Mediação pré-judicial)**

As partes podem, previamente à apresentação de qualquer litígio em tribunal, recorrer à mediação para a resolução dos litígios.

1. Também denominada por alguns autores como *mediação prévia*, resulta da efectivação do princípio da autonomia da vontade, e traduz-se na faculdade que as partes gozam de, e antes mesmo de apresentarem um conflito em tribunal, poderem buscar a via da mediação para solucionar o mesmo. Este momento não está devidamente esclarecido em termos legais nem consta como requisito de obrigatoriedade no processo. Para o caso da mediação penal, ela é requerida antes do processo judicial e deve sempre ser realizada em centros públicos de mediação, nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 49.º da presente lei.
2. Sempre que estejam a decorrer os prazos para o cumprimento do acordo final ou outros, os centros de mediação devem produzir um comprovativo de suspensão, fazendo nele constar toda a informação necessária para a aferição da idoneidade das partes e a situação concreta do processo.

Considerando que na fase judicial a tramitação dos processos está igualmente sujeita ao cumprimento de prazos, a suspensão do decurso dos mesmos por realização da mediação pré-judicial deve ser extensiva à mediação requerida na fase judicial e não apenas na instrução preparatória.

Por fim, considerando a necessidade de dar uma resposta pronta e eficiente em face dos escassos recursos agora existentes para responder à necessidade de reforma da nossa justiça, somos de

opinião de que se deveria criar um centro de medição junto da IGT ou, na melhor das hipóteses, ser revogada a norma do artigo 276.º da LGT e atribuída a competência aos centros públicos e privados de mediação ou aos núcleos regionais desconcentrados com competência genérica ou especializada na área laboral, tutelados pelo órgão competente do Ministério da Justiça (na circunstância, a sua Direcção Nacional para Resolução Extrajudicial de Litígios), como único órgão competente para legalizar e supervisionar a realização desta actividade que não é meramente administrativa, mas sim jurisdicional, se considerarmos a mediação realizada por este órgão como uma mediação pré-judicial e não apenas extrajudicial. Isto porque um dos efeitos negativos da opção legislativa tomada é, sem dúvidas, a diminuição da competência e eficiência da actuação da IGT daquela que é a sua vocação por excelência.

Sobre este tema, muito mais se poderá dizer relativamente aos procedimentos e técnicas aplicados, na prática, à imparcialidade, bem como à taxa de sucesso ou eficácia do mesmo, o que pretendemos também fazer, com maior rigor e amplitude, numa próxima publicação.

ARTIGO 56.º

(Mediação na fase judicial)

O réu pode requerer, durante a fase dos articulados, a suspensão da instância e a remessa do processo para mediação, quando seja proposta acção relativa a uma questão abrangida por convenção de mediação.

1. A mediação pode classificar-se em extrajudicial, pré-judicial ou ainda judicial, considerando o momento em que tem lugar, na existência de um conflito. Se for realizada ou se se fizer recurso a ela no momento da pendência de uma acção, a requerimento das partes ou por sugestão do juiz, será judicial.

Embora a mediação penal tenha particular incidência na fase preparatória, pode ser requerida pelas partes já na fase judicial, durante a fase dos articulados, cabendo ao juiz o seu deferimento ou indeferimento.¹⁰⁴ O mediador na fase judicial deve ser uma pessoa distinta do juiz da causa e com formação ou experiência bastante, de modo a responder cabalmente às expectativas das partes no que respeita aos objectivos. É realizada por órgãos inseridos na estrutura orgânica dos tribunais, daí ser designada *intra-judicial*, podendo ser realizada por estruturas externas ao tribunal, no centro ou em mediadores individuais (centros convenionados públicos ou privados), ou ainda por entidades absolutamente privadas e sem convenção especial, para as quais sejam remetidos processos para os devidos efeitos, por iniciativa das partes ou do Tribunal. Atendendo às vantagens decorrentes, para além do legítimo direito que o arguido tem de lançar mão deste expediente, entendemos que o próprio tribunal, conhecendo dos factos e estando ainda na fase dos articulados, poderá liminarmente remeter *ex officio* às partes para a mediação.

2. Quanto à convenção de mediação pode ser realizada na pendência do processo, seja em audiência ou fora dela, sempre que seja oportuna a realização de transacção pelas partes e a lei não coloque obstáculos sobre a possibilidade da mesma. De referir que quando a convenção de mediação ou conciliação for anterior ao litígio, ou seja, quando a interposição da acção é preexistente à causa do conflito, a sua preterição deve obstar ao recebimento do processo pelos tribunais ou, no limite, obstar ao seu prosseguimento, por violar a convenção das partes em relação à precedência das vias de resolução dos diferendos resultantes da execução de determinado acordo. Da formulação apresentada pela norma torna-se claro que se tratam de situações em que a matéria objecto do conflito com a previsão da convenção de mediação ocorre na pendência da acção e que, portanto, o substrato para a demanda deve ser outro que

¹⁰⁴ Na falta de previsão expressa da lei subentende-se que o magistrado deverá pautar a sua actuação nos mesmos termos definidos na lei sobre a actuação do M.º P.º, obviamente, com as devidas adaptações.

não a matéria sobre a qual se pretende dar início ao procedimento de mediação, podendo resultar dela uma solução parcial da globalidade do litígio ou, ainda, na impossibilidade de acordo, a mesma matéria pode imediatamente integrar o processo judicial, desde que ainda não esteja estabilizada a acção, ainda durante a fase dos articulados.

3. Reiteramos a nossa posição em como a matéria referente à mediação judicial deve ser tratada de melhor maneira no Código de Processo Civil, pelo que julgamos oportuno que seja aproveitado o processo de reforma do direito e da justiça em curso para incluir no projecto do código os temas ou pontos fundamentais, a saber:
 - a) A obrigatoriedade de informar as partes sobre a existência dos mecanismos autocompositivos de litígios e o modo de funcionamento destes;
 - b) A obrigatoriedade da mediação prévia na fase judicial, depois de apresentados os articulados iniciais, em determinados tipos de processos estipulados em função de critérios objectivos;
 - c) A obrigatoriedade do encaminhamento dos processos de mediação extrajudicial, sempre que estejam em causa interesses e direitos de menores ou pessoas vulneráveis, permitindo a judicialização dos conflitos com a promoção feita pelo M.º P.º;
 - d) A possibilidade de desistência apenas depois da pré-mediação;
 - e) A preferência, em relação aos demais processos em curso, para o procedimento de homologação;
 - f) A não abrangência, quer da mediação quer da homologação, pelas limitações de tramitação processual no período de ferias judiciais;
 - g) A possibilidade de utilização de meios electrónicos em todas as fases do processo;
 - h) No limite das alíneas h) e i) do artigo 184.º da CRA e das disposições legais aplicáveis, do direito constituído sem

prejuízo de outras disposições de direito a constituir, atribuir competência ao CSMJ ou a quem de direito para a regulamentação das matérias relativas a remuneração dos mediadores, colaboração com os centros públicos e privados, procedimento de mediação judicial e implementação gradual dos serviços de resolução autocompositiva de litígios, considerando a necessidade de articulação dos actos entre o juiz, a secretária judicial e o mediador.

ARTIGO 57.º

(Suspensão de prazos)

- 1. O recurso à mediação suspende o prazo de caducidade e de prescrição a partir da data em que for assinada a convenção de mediação ou, no caso de mediação realizada nos centros públicos de mediação, em que as partes concordem com a realização da mediação.**
- 2. Os prazos de caducidade e de prescrição retomam-se com a conclusão do procedimento de mediação motivada pelas seguintes situações:**
 - a) Recusa de uma das partes em continuar com o procedimento;**
 - b) Esgotamento do prazo máximo de duração deste;**
 - c) Quando o mediador determinar o fim do procedimento.**
- 3. Os actos que determinam a retoma do prazo de caducidade e de prescrição previstos no n.º 2 são comprovados pelo mediador ou, no caso de mediação realizada nos Centros Públicos de Mediação, pela entidade gestora do centro público onde decorreu a mediação.**
- 4. Para os efeitos previstos no presente artigo, o mediador ou, no caso de mediação realizada nos Centros Públicos de Mediação, as respectivas entidades gestoras devem emitir, sempre que solicitado, comprovativo da suspensão**

dos prazos, do qual constam obrigatoriamente os seguintes elementos:

- a) Identificação da parte que efectuou o pedido de mediação e da contraparte;**
- b) Identificação do objecto da mediação;**
- c) Data de assinatura da convenção de mediação;**
- d) No caso de mediação realizada nos Centros Públicos de Mediação, data em que as partes concordaram com realização da mediação;**
- e) Modo de conclusão do procedimento, quando já tenha ocorrido;**
- f) Data de conclusão do procedimento, quando já tenha ocorrido.**

- 5. A remessa do processo para mediação penal determina a suspensão dos prazos de duração máxima da instrução preparatória previstos na legislação processual penal,**
- 6. Os prazos de prescrição do procedimento criminal suspendem-se desde a remessa do processo para mediação penal até à sua devolução pelo mediador ao Ministério Público ou, tendo resultado da mediação acordo, até à data fixada para o seu cumprimento.**

- 1. A suspensão do prazo de prescrição do direito, não se confunde com a suspensão do procedimento de mediação prevista no artigo 24.º, lembrando que a suspensão do procedimento e, conseqüentemente, do prazo de decurso do mesmo, é um expediente excepcional à sequência de actos que se iniciam nos termos do disposto no artigo 18.º da presente lei.

De modo a evitar que se use este expediente para justificar a dilação do prazo para a prática de determinados actos, consideramos que devem ser melhor concretizadas as situações ou etapas do processo

de mediação em que se deva considerar estabilizada a mediação e a necessidade da suspensão do decurso do prazo e dos seus efeitos. De outro modo, podemos ferir gravemente a certeza e a segurança jurídica, fundamentais para o bom desenvolvimento social em qualquer Estado Democrático e de Direito.

Outrossim, pensamos que em se tratando de um processo extrajudicial, seja ele institucional ou não, deve-se antes saber se as partes convencionaram previamente a realização da mediação ou não, para que, em caso afirmativo, a suspensão do prazo tenha lugar apenas com o requerimento da mediação, seja ela institucional ou não. Não havendo prévia convenção ou, nos casos em que a realização da mediação é requerida ao juiz, manifestada num processo pendente e por questões supervenientes ao objecto da lide, a suspensão deve ter lugar no momento da assinatura da convenção de mediação ou com a manifestação de vontade da parte contrária, nos autos judicial ou arbitral, aceitando a realização da mediação.

No caso da mediação institucional, considerando que o procedimento, via de regra, é estabelecido no regulamento do centro ou nos termos da presente lei, o momento da suspensão deverá ser aquele em que, havendo uma cláusula de mediação que indica o centro competente, a solicitação seja feita pelo requerente, para a instalação da mediação. Pensamos que o legislador não esteve bem ao não admitir, de modo expresso, a possibilidade de suspensão do prazo, nos casos de mediação institucional com reserva de competência para o centro escolhido previamente pelas partes, uma vez que o consentimento para o efeito não é dado no momento do requerimento da mediação, mas sim aquando da realização do contrato, o que faz do requerimento inicial uma condição constitutiva. Embora, de certo modo, tal interpretação possa ser extraída do n.º 1 do artigo em questão, entendemos que, em nome da segurança jurídica, esta disposição legal devia ser mais clara, afastando imediatamente as dúvidas possíveis e estimulando o uso da mediação institucional.

2. Sempre que necessário for, os centros devem emitir as competentes declarações ou termos de suspensão, bem como de prorrogação dos procedimentos em papel próprio e com chancela conhecida publicamente, de maneira a evitar o uso de manobras dilatórias ou falsificação de documentos. Existirá grande vulnerabilidade de tal acontecer, sempre que se tratar de mediações *ad hoc* e realizadas por mediadores sem certificação e que não constem da lista do MJDH ou, no limite, de algum centro de resolução de conflitos, razão para dizer que a fiscalização deve ser sempre muito rigorosa.
3. Quanto às mediações penais, consideramos que a previsão legal vai de encontro com a nossa opinião relativamente à mediação institucional, conforme comentário anterior, sendo certo que o legislador coloca limites claros para o prazo de suspensão, não admitindo que o mesmo se estenda para além do período reservado para a instrução do processo.
4. Por fim, entendemos que a disposição prevista no presente artigo não é aplicável às mediações em matéria laboral, considerando o facto das mesmas terem um regime especial previsto na LGT, com o qual, desde já, discordamos, por ser injusto, desigual e inconstitucional e, por conseguinte, reclamar alteração urgente.

CAPÍTULO IX
Disposições Finais e Transitórias

ARTIGO 58.º
(Norma transitória)

Os Centros Privados de Mediação existentes à data da entrada em vigor da presente Lei devem efectuar a sua inscrição junto do Organismo da Administração Pública responsável pela Resolução Extrajudicial de Litígios no prazo de 18 meses.

Face a tal disposição é de referir que, até à entrada em vigor da presente lei, não existiam centros privados de resolução de conflitos em Angola, existindo apenas os centros de aconselhamento social, cuja actividade se mantém e, embora não sendo a mesma, acaba complementando a dos centros privados, na medida em que eles servem para a prevenção de conflitos.

ARTIGO 59.º
(Regulamentação)

A presente Lei deve ser regulamentada no prazo de 180 dias, contados da data da sua entrada em vigor.

Pela presente lei são postergadas para o plano da regulamentação diversas matérias de elevada importância, sendo que muitas condicionam efectivamente a boa aplicação da presente lei, não apenas no sentido de esclarecer situações técnicas, como também para a criação fundamentada dos termos para a concretização de determinados institutos e pretensões, tais como:

1. A criação da Lista de Mediadores do MJDH;
2. A determinação do procedimento para a Mediação Penal;

3. A autorização de entidades formadoras e o reconhecimento de formações para certificação;
4. O sistema público de mediação;
5. A criação de centros de mediação e os níveis de competência;
6. Mediação dos conflitos de família;
7. Mediação judicial, etc.

ARTIGO 60.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e as omissões resultantes da interpretação e da aplicação da presente Lei são resolvidas pela Assembleia Nacional.

ARTIGO 61.º

(Entrada em vigor)

A presente Lei entra em vigor no prazo de 30 (trinta) dias após a sua publicação.

Vista e aprovada pela Assembleia Nacional, em Luanda, aos 16 de Junho de 2016.

O presidente da Assembleia Nacional, *Fernando da Piedade Dias dos Santos*.

Promulgada aos 5 de Agosto de 2016.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

BIBLIOGRAFIA

ARAGÃO, António Yannick. *Inconstitucionalidade por Violação à Isonomia em Relação ao Trabalhador Doméstico*, 1.^a Edição, Whereangola, 2019.

BARTOLOMEU, Correia Fernandes. *Arbitragem Voluntária Como Meio Extrajudicial de Resolução de Conflitos em Angola*, Almedina, 2014.

CAPEÇA, Norberto Moma – O Despedimento à Luz da Nova Lei Geral de Trabalho, Edição do Autor, 2015.

CARVALHO, Jorge Morais; FERREIRA, João Pedro Pinto e CARVALHO, Joana Campos. *Manual de Resolução Alternativa de Litígios de Consumo*, Almedina, 2017.

Centro de Arbitragem Comercial da CCI Portuguesa. *Regulamentos*, 2016.

DIAMVUTU, Lino. *A Convenção de Arbitragem no Direito Angolano*, Edições Almedina, 2016.

DIAMVUTU, Lino; VALE, Sofia e GONÇALVES, Manuel. *Lei da Arbitragem Voluntária Comentada - Angola*, Almedina, 2013.

FONSECA, Tiago Soares. *A transacção civil na litigância extrajudicial e judicial*, 1.^a Edição, Gestlegal, 2018.

GODINHO, Sérgio. *Arbitrabilidade Objectiva nos Conflitos Individuais de Trabalho*, Estudos de Arbitragem em Homenagem ao Bastonário Manuel Gonçalves, 2021, Almedina.

GOUVEIA, Mariana França. *Curso de Resolução Alternativa de Litígios*, 3.^a Edição, Almedina, 2019.

JÚDICE, José Miguel. *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação da Associação Portuguesa de Árbitros, Arbitragem e Mediação: Separados à Nascimento?* Editora Almedina, 2009.

LIMA JÚNIOR, Asdrúbal Nascimento. *Manual de Resolução de Conflitos Empresariais*, 1998.

LOPES, Dulce e PATRÃO, Afonso. *Lei da Mediação Comentada*, 2.^a Edição, Almedina, 2016.

LUACUTI, Adalberto. *Compêndio de Legislação Processual do Trabalho Angolano*, 2018.

Webgrafia

SANTOS, Everton da Silva e CASTIGLIONI, Tamires Gomes da Silva. *Os princípios éticos da mediação para a solução de conflitos*, Revista de Formas Consensuais de Solução de Conflitos, 2018. Disponível em <http://www.nucleodoconhecimento.com.br/researchgate.net>

SILVA, Adonias Osias da e ARAÚJO, Carla Regina de Freitas. *Mediação como instrumento para a justiça da paz*, Revista Científica Multidisciplinar, Vol. I. <http://www.nucleodoconhecimento.com.br/lei/mediacao-como-instrumento-para-a-justica-da-paz>; 2016.

VILAS-BÓAS, Renata Malta. *Os Princípios Norteadores da Mediação e o Mediador. Conteúdo Jurídico*, Brasília-DF. Disponível em <http://www.conteudojuridico.com.br>

adambrasil.com: portal de conciliação, mediação e arbitragem;

Canal ALGIMEDIAÇÃO;

Canal CAMACL – Arbitragem e mediação Angola;

Jus.com.br – Mediação penal: uma via de acesso à justiça criminal humanizada;

www.casadosaber.com.br;

www.migalhas.com.br;

Webinários do ICFML realizados durante o período de Estado de Emergência/ 2020;

Webinários realizados pela AJA – Associação de Juízes de Angola;

YouTube. Momento Arbitragem – Mediação judicial e extrajudicial; Como abrir um escritório de mediação; Advogado na mediação – é obrigatório?; Quem pode ser mediador?; O CNJ, a mediação e o novo CPC (série especial); *Diferença* entre conciliador e mediador no novo CPC.